Culturas, Identidade e Território

11

ÍNDICE

NOTA EDITORIAL
João Ferrão

ARTIGOS

Resumos

«Nações e nacionalismo - algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa (ocidental) e o caso português»
José Manuel Sobral

«A problemática da representação no pensamento geográfico contemporâneo»
Eduardo Brito Henriques

«Hubris ou arrogância do humanismo: uma ofensa para a Natureza?»
Margarida Queirós

«O quotidiano suburbano como factor de exclusão social»
Augusto Cebola

«A universidade e a rede urbana europeia»
Eduarda Silva Marques da Costa, Eduardo Brito Henriques, Jorge Macaísta Malheiros, Margarida Queirós, Maria José Boavida

«Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes: uma articulação promissora»
João Ferrão

TERRITÓRIO E POLÍTICA REGIONAL

«Do planeamento estratégico ao desenvolvimento sustentável - experiência em Portugal»
João Cabral e Teresa Sá Marques

«Estudo prospectivo das regiões atlânticas»
CEDRE - Centro Europeu de Desenvolvimento Regional

«O compêndio de sistemas de planeamento espacial europeu»
David Shaw, Vincent Nadin e Tim Westlake

AS VÁRIAS GEOGRAFIAS: ONDE ESTÃO, COMO VÃO?

«Educação ambiental e geografia»
Ana Gomes Pereira e Manuel Gomes

«Uma proposta de aplicação de Educação ambiental ao sistema litoral do Martinhal»
Manuel Gomes e Ana Ramos Pereira

PROJECTOS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

«No Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa»
César Lino Lopes

IMPRESSÕES E OPINIÕES

«Nas margens da geografia humana: um olhar sobre a obra de Francisco Tenreiro»
Carlos Alberto Medeiros

«El lugar en donde los hombres se convierten en vendedoras de munecas y en turistas»
Fernando João Moreira

NORMAS E REGRAS

«Legislação (Junho de 1995-0utubro de 1996»
Carlos Nunes Silva

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOTÍCIAS INFORMÁTICAS

«Internet - Navegar é preciso»
Isabel Margarida André

f i c h a t é c n i c a

Direcção
João Ferrão

Secretariado de redacção
Carlos Sirgado
Isabel Margarida André
Paulo Miguel Madeira

Conselho de redacção
Ana Monteiro de Sousa
Carlos Sirgado
Isabel Margarida André
José Luís Zêzere
Margarida Pereira

Propriedade do título
Associação Portuguesa de Geógrafos

Edição e distribuição
Associação Portuguesa de Geógrafos

Correspondência
R. Professor Sousa Câmara, 170
1000 Lisboa – Tel. 387 87 87

Revisão do texto
José Soares de Almeida

Composição e paginação
Instituto de Ciências Sociais – Fernando Araújo

Impressão
Tipografia Guerra

ISSN 0872-6825
Depósito legal n.º 109329/97
Impressa em Abril de 1997

Revista gratuita para os sócios da APG
Preço de venda ao público: 1575$00
Tiragem: 1000 exemplares

A opinião expressa nos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores

Subsidiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

ÍNDICE

NOTA EDITORIAL 3

ARTIGOS

Resumos 7

José Manuel Sobral, «Nações e nacionalismo — algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa (ocidental) e o caso português» 13

Eduardo Brito Henriques, «A problemática da representação no pensamento geográfico contemporâneo» 43

Margarida Queirós, «*Hubris* ou arrogância do humanismo: uma ofensa para a Natureza?» 55

Augusto Cebola, «O quotidiano suburbano como factor de 'exclusão social'» 65

Eduarda Silva Marques da Costa, Eduardo Brito Henriques, Jorge Macaísta Malheiros, Margarida Queirós, Maria José Boavida, «A universidade e a rede urbana europeia» 79

João Ferrão, «Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes: uma articulação promissora» 97

TERRITÓRIO E POLÍTICA REGIONAL

João Cabral e Teresa Sá Marques, «Do planeamento estratégico ao desenvolvimento sustentável — experiência em Portugal» 107

CEDRE — Centro Europeu de Desenvolvimento Regional, «Estudo prospectivo das regiões atlânticas» 117

David Shaw, Vincent Nadin e Tim Westlake, «O compêndio de sistemas de planeamento espacial europeu» 127

AS VÁRIAS GEOGRAFIAS: ONDE ESTÃO, COMO VÃO?

Ana Ramos Pereira e Manuel Gomes, «Educação ambiental e geografia» 135

Manuel Gomes e Ana Ramos Pereira, «Uma proposta de aplicação de educação ambiental ao sistema litoral do Martinhal» 151

PROJECTOS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

César Lino Lopes, «No Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa» 171

IMPRESSÕES E OPINIÕES

Carlos Alberto Medeiros, «Nas margens da geografia humana: um olhar sobre a obra de Francisco Tenreiro» 177

Fernando João Moreira, «El lugar en donde los hombres se convierten en vendedoras de muñecas y en turistas» 181

NORMAS E REGRAS

Carlos Nunes Silva, «Legislação (Junho de 1995-Outubro de 1996)» 191

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS 197

NOTÍCIAS INFORMÁTICAS

Isabel Margarida André, «Internet — 'Navegar é preciso'» 213

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 3

NOTA EDITORIAL

A utopia no sentido etimológico da palavra, isto é, a ausência de lugar, não existe. Mesmo no mundo crescentemente global em que vivemos, os lugares, pelas suas características, pelas memórias e identidades que contêm, pelas representações diversas que deles possuímos, continuam a condicionar oportunidades, decisões e práticas. Embora de forma não hegemónica e muito menos exclusiva (os velhos determinismos geográficos encontram-se, espera-se, definitivamente ultrapassados), a dimensão territorial permanece como componente substantiva de muitos dos processos que moldam as sociedades contemporâneas.

É justamente esta preocupação que orienta o projecto INFORGEO, em geral, e a organização deste número, em particular. A sua diversidade temática é evidente. Por detrás dessa heterogeneidade transparece, contudo, a convicção de que em matérias tão distintas como a construção do nacionalismo ou da sociedade cognitiva, a função universitária europeia ou a exclusão suburbana, o território constitui um vector, activo ou de referência, que importa identificar, entender e avaliar, tanto do ponto de vista analítico como do ponto de vista prospectivo e da acção. É este o contributo, e o desafio, deixado pelos autores que aceitaram colaborar neste número temático «Culturas, identidade e território», que inicia o novo ciclo de INFORGEO como revista de periodicidade anual.

JOÃO FERRÃO

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 7-12

RESUMOS

NAÇÕES E NACIONALISMO ALGUMAS TEORIAS RECENTES SOBRE A SUA GÉNESE E PERSISTÊNCIA NA EUROPA (OCIDENTAL) E O CASO PORTUGUÊS

José Manuel Sobral

Este ensaio começa por fazer uma recensão de algumas das interpretações mais recentes da génese das nações e da emergência do nacionalismo na Europa ocidental. Estas são divididas em dois núcleos: as que defendem um surgimento recente dos fenómenos em análise e aquelas que apontam para uma genealogia dos mesmos que pode recuar à época medieval. Depois de se tecerem algumas considerações sumárias sobre a importância e persistência dos laços e identidades de carácter nacional, analisa-se, a partir da bibliografia existente, o caso português, defendendo-se que o mesmo só é inteligível se a nação e os vínculos de identidade nacional forem entendidos em termos de um processo histórico de longa duração.

A PROBLEMÁTICA DA REPRESENTAÇÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO

Eduardo Brito Henriques

Desde os finais dos anos 80 gerou-se em certos círculos da comunidade geográfica um debate relativamente inédito a respeito dos limites da representação, discussão que já anteriormente eclodira em outras ciências sociais e humanas e que tivera reflexos na própria concepção do projecto científico e da prática de investigação. No seguimento do pensamento filosófico antifundacionalista, em que se pode incluir a chamada filosofia pós-moderna, e das teorias literárias pós-estruturalistas, colocava-se em causa a possibilidade de a teoria, enquanto representação da realidade, captar e reflectir as estruturas objectivas desta e escapar às restrições que relevam da linguagem em que se exprime.

No presente artigo procura-se analisar o modo como a geografia se tem visto a si própria enquanto representação do mundo e como

essas diversas concepções da relação teoria/ realidade se repercutiram no seu projecto científico. Passa-se assim brevemente em revista a história do pensamento geográfico desde as origens da geografia moderna às mais recentes influências do pós-modernismo e à chamada «viragem hermenêutica», sublinhando as alterações que se produziram ao nível mais profundo da «cultura científica» ou da episteme que enforma a atitude do geógrafo face ao mundo e à possibilidade da sua representação.

HUBRIS OU ARROGÂNCIA DO HUMANISMO: UMA OFENSA PARA A NATUREZA?

Margarida Queirós

As sucessivas (re)construções das relações dos humanos com a biosfera sugerem que as circunstâncias que as envolvem são muito variáveis, não existindo uma única interpretação aplicável a todos os cenários espácio-temporais. Apesar das atitudes das sociedades humanas face à Natureza ao longo da sua história, é possível, todavia, encontrar um paradigma cultural dominante, resultado do utilitarismo convencional e da assumpção de uma posição antropocêntrica. Recentemente tem-se teorizado, particularmente sob a rubrica da ética ambiental, acerca da existência de certas obrigacões morais para com os animais que sentem prazer/dor. Esta noção tem sido expandida, ao ponto de se argumentar que todos os seres animados e inanimados merecem preocupação, quer tenham ou não valor para os humanos. Estas posições éticas contemporâneas, dirigidas a categorias mais vastas da vida, revelam claramente a emergência de uma visão ecocêntrica do cosmos e apoiam-se, sobretudo, noutras dimensões culturais que não a ocidental.

No plano ideológico, cada vez mais o mundo ocidental reconhece também direitos a uma outra esfera da vida chamada Natureza. Assim sendo, os seres humanos consideram-se indivíduos sociais ou culturais ao mesmo tempo que seres biológicos e naturais. A (re)interpretação da cena ambiental dominante, ao reconhecer as necessidades humanas face aos limites ambientais, é a prova declarada da procura de um equilíbrio entre a Natureza e a sociedade na agenda política, todavia ainda sob o signo do antropocentrismo.

O QUOTIDIANO SUBURBANO COMO FACTOR DE «EXCLUSÃO SOCIAL»

Augusto Cebola

A conceptualização do quotidiano, dos subúrbios e da «exclusão social» constitui o suporte teórico para a abordagem dos processos que conduzem à diminuição da qualidade de vida das populações suburbanas.

A dicotomia entre a residência e o emprego representa o constrangimento espácio-temporal mais significativo na articulação dos sistemas de actividades dos residentes nos subúrbios.

Conjugando a informação contida nos inquéritos e nos relatos das «histórias de vida» com as aplicações práticas do modelo da «geografia do tempo», reconheceu-se que as disponibilidades de tempo e de utilização do espaço são consideravelmente limitadas para as populações suburbanas. Os efeitos directos dessa limitação traduzem-se numa diminuição das oportunidades de emprego de acordo com o nível de qualificação e numa reduzida participação na vida familiar e social. Estas condições de «exclusão social» são mais acentuadas no género feminino devido à maior dependência que os respectivos sistemas de actividades exibem face à rigidez dos horários

e à localização dos estabelecimentos escolares das crianças.

No actual panorama de deslocalização das actividades e de precarização do emprego, propõem-se acções, numa perspectiva de planeamento integrado, que visam a obtenção de competências específicas para os indivíduos menos qualificados e, paralelamente, a reformulação do ensino pré-escolar para que diminua a desigualdade entre géneros face às oportunidades de emprego.

A UNIVERSIDADE E A REDE URBANA EUROPEIA

Eduarda Silva Marques da Costa
Eduardo Brito Henriques
Jorge Macaísta Malheiros
Margarida Queirós
Maria José Boavida

O presente artigo analisa o processo que está na base da configuração da rede universitária da Europa ocidental (com excepção do Reino Unido e da Irlanda), realçando os diferentes ciclos histórico-geográficos existentes e os factores de estruturação inerentes a cada um deles.

Para além desta análise da evolução da rede universitária europeia, procede-se a uma breve discussão acerca da importância da função da universidade contemporânea na formação escolar, no mercado de trabalho e na competitividade urbana. Neste sentido, assume-se que o desenvolvimento das redes de circulação interuniversitária no âmbito da União Europeia contribuirá, por um lado, para a subalternização dos sistemas universitários nacionais face ao sistema universitário global europeu e, por outro, para um reforço da hierarquização da rede de universidades, saindo reforçado o papel de liderança daquelas que já ocupam posições privilegiadas.

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE COGNITIVA E REGIÕES INTELIGENTES: UMA ARTICULAÇÃO PROMISSORA

João Ferrão

Este texto pretende ilustrar o modo como os especialistas em desenvolvimento territorial podem contribuir, com originalidade e utilidade, para o actual debate sobre a sociedade cognitiva e os processos de construção de inteligência colectiva. Partindo das propostas do Livro Branco sobre Educação e Formação recentemente publicado pela Comissão Europeia, interessantes na forma como reflectem preocupações adequadas aos princípios de educação pós-fordista mas decepcionantes no que se refere à capacidade de levar em conta a diversidade de memórias sócio-culturais, institucionais e políticas inscritas em cada território, recorre-se ao conceito de região inteligente, cujas virtualidades são exploradas no sentido de enriquecer o debate acima referido.

ABSTRACTS

RECENT THEORIES ON THE RISE AND PERMANANCE OF NATIONS AND NATIONALISM IN WESTERN EUROPE, WITH SPECIAL REFERENCE TO PORTUGAL

José Manuel Sobral

This essay starts by summarising recent interpretations of the rise of nations and of nationalism in Europe. They fall into two camps: those which argue that the rise of nations and nationalism are of recent origin, and those which trace the origins of this rise back to medieval times. After some general summary remarks about the importance and durability of bonds and identities which characterise the nation as such, the author analyses the specific situation of Portugal on the basis of the existing bibliography, and argues that the nation, together with those bonds which form its national identity, can only be properly understood in the context of long-term historical developments.

THE PROBLEM OF REPRESENTATION IN CONTEMPORARY GEOGRAPHIC THOUGHT

Eduardo Brito Henriques

A somewhat unusual debate has been taking place in certain parts of the geography community since the end of the 1980s as to the limits of representation. This debate had already occurred in other areas of the social sciences and had some impact on the idea of the scientific project as such, and on research practice. Following on from «anti-foundationalist» philosophical thought, in which we can include so-called post-modern philosophy, and literary theories of post-structuralism, there was a serious questioning of the ability of theory to capture and reflect the objective structure of reality and to escape the confines of the language in which it is expressed.

This article attempts to analyse in what way geography sees itself as a representation of the world and to assess the impact of the various views of the relationship between theory and reality on geography as a scientific project. There is a brief review of the history of geographic thought, starting with the origins of modern geography and culminating in the most recent influences of post-modernism and the so-called «hermeneutic shift». In the process the article emphasises the changes which have taken place at the deepest level of «scientific culture» or of the underlying structure of knowledge which informs the geographer's attitude to the world and to the possibility of representing it.

HUBRIS OR THE ARROGANCE OF HUMANISM: AN INSULT TO NATURE?

Margarida Queirós

Successive (re)constructions of the relationship of human beings to the biosphere suggest that the circumstances surrounding them are highly variable, and there is no single interpretation which applies to all space-time scenarios. Given the attitude of human societies to nature throughout their history, it is however possible to identify a dominant cultural standard, which is the result of conventional utilitarianism and the adoption of an anthropocentric attitude. Recently there has been a lot of theoretical speculation, particularly in the context of environmental morality,

about whether we should feel certain moral obligations towards animals, who feel pleasure and pain. This idea has been taken further, to the point of arguing that we should be concerned with all animate and inanimate beings, whether or not they are of value to the human race. These contemporary moral attitudes, which embrace the wider issues of life, show the clear emergence of an eco-centric vision of the cosmos and, above all, are based on cultural dimensions which are extraneous to the western world.

On the ideological level, the western world is increasingly aware of the rights of that other dimension of life which is nature. With this level of awareness, human beings regard themselves as social or cultural individuals as well as biological and natural beings. By recognising human needs in the face of environmental constraints, this (re)interpretation of the prevailing environmental scene is visible proof that the search for equilibrium between human society and nature is a firm item on the political agenda, even if it is still dominated by an anthropocentric perspective.

SUBURBAN DAILY LIFE AS A FACTOR IN «SOCIAL EXCLUSION»

Augusto Cebola

Daily life in the suburbs and «social exclusion» form the theoretical backdrop for a study of the processes which lead to a lower quality of life for suburban resident populations.

The dichotomy between place of residence and place of employment is the most significant space-time constraint on the activities of those who live in the suburbs.

Information gathered in interviews and by listening to «life stories», coupled with the practical application of the «time geography» model make it possible to conclude that suburban residents' availability of time and use of space suffer from considerable limitations. The direct effects of these constraints are apparent in the reduced number of job opportunities for an equivalent level of qualifications, and in the fact that they have a lower degree of participation in family and social life. These manifestations of «social exclusion» are greater for women, on account of the greater impact which strict timetables and the location of children's schools have on their activities.

In the current climate, where different activities take place a long way from each other and there is job insecurity, this publication puts forward a plan of action, within an integrated planning framework, for less qualified individuals to acquire specific skills, and at the same time for the reform of pre-school teaching, in order to reduce the inequality of the sexes in relation to job opportunities.

UNIVERSITY AND EUROPEAN URBAN NETWORK

Eduarda Silva Marques da Costa
Eduardo Brito Henriques
Jorge Macaísta Malheiros
Margarida Queirós
Maria José Boavida

The present article discusses the configuration process of the western European university network (except for the universities of the United Kingdom and Ireland), stressing the different historic-geographical cycles and the structuring factors associated to them.

Besides this analisys, a discussion about the contemporary significance of the university to the professional training, the labour market and the urban competitiveness will also be carried on. The authors of the paper assume that the development of the circula-

tory networks between the EU universities will contribute both to subordinate the national university systems to the global European networks and to strengthen the leadership role of the universities which presently dominate the European university hierarchy.

EDUCATION, COGNITIVE SOCIETY AND LEARNING REGIONS: A PROMISING LINKAGE

João Ferrão

This article endeavours to illustrate how territorial development specialists can make a useful and original contribution to the current debate on cognitive society and the processes of building collective intelligence. Starting from the premises of the European Commission's recent White Paper on Education and Training, which are of interest insofar as they reflect concerns which are appropriate to post-fordist education, but disappointing in their failure to take into account the diversity of socio-cultural, institutional and political memories in each territory, the author has developed the concept of «learning region», the virtues of which are analysed and explored, with a view to furthering the debate above-mentioned.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 13-41

NAÇÕES E NACIONALISMO ALGUMAS TEORIAS RECENTES SOBRE A SUA GÉNESE E PERSISTÊNCIA NA EUROPA (OCIDENTAL) E O CASO PORTUGUÊS*

*José Manuel Sobral***

1. A persistência dos nacionalismos

Valerá a pena insistir na importância do fenómeno nacionalista? Na Europa, onde há uma velha implantação do estado-nação e da sua mitologia, e onde se procura construir uma associação de estados com um carácter supranacional, a União Europeia, os conflitos em torno de reivindicações nacionalistas abrangem a maioria dos países do continente. Na Península Ibérica, o unitarismo espanhol, que atingiu o seu apogeu com o regime franquista, deu lugar, no decorrer da «transição democrática», a um figurino autonómico que descentralizou o estado e consagrou uma divisão de poderes em que, ao lado de regiões que não tinham propriamente uma tradição nacionalista própria, como a Estremadura, Astúrias, Leão e Castela, Castela-La Mancha, Rioja — algumas por serem o centro do poder de estado e se identificarem plenamente com um «nacionalismo espanhol» —, aparecem colectivos que reivindicam maior autodeterminação ou mesmo independência. Estes últimos defendem possuir um estatuto de nação, pois terão línguas, tradições institucionais e mesmo uma história específica que não se confunde com a do centro do estado espanhol, consolidado pelos Habsburgos no século XVI em torno da Coroa de Castela. É o caso do País Basco, palco de um conflito sangrento que divide, aliás, o próprio campo nacionalista em dois sectores: os radicais da Eta e de organizações como Herri Batasuna, que, minoritária em termos eleitorais, reclama a independência e segue a via armada para a obter, e os moderados do Partido Nacionalista Basco, que controlam o governo local e apostam numa solução gradual de cada vez maior

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este texto teve como ponto de partida uma conferência proferida no âmbito do mestrado em Economia e Sociologia Históricas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a convite de Jorge Pedreira e Pedro Tavares de Almeida. Agradeço ao João Ferrão a proposta da sua publicação e a Luís Krus sugestões bibliográficas.

autodeterminação. A reivindicação nacionalista é também importante na Catalunha, onde os nacionalistas estão no poder. Tal não sucede na Galiza, onde o sector nacionalista é francamente minoritário. Sublinhem-se já alguns dados relevantes para entender a problemática do nacionalismo. Em todas estas colectividades existe uma língua autóctone, mais ou menos utilizada pela população, distinta do castelhano. No caso dos Bascos, o euskera, que não pertence ao tronco indo-europeu; no dos Catalães e dos Galegos, línguas latinas, a última comum, no período medieval, ao falar de que resultou o português. Possuíram existência como entidades políticas — reino da Galiza, principado da Catalunha, integrado na federação catalã-aragonesa —, viram o reconhecimento de costumes e prerrogativas próprios. Na época contemporânea tiveram movimentos nacionalistas influentes entre as últimas décadas de Oitocentos e o fim da 2.ª República, quando o franquismo liquidou violentamente, em nome da unidade de Espanha, as instituições políticas autonómicas que haviam conseguido formar[1].

Andemos um pouco para leste. Na França manifesta-se com violência o nacionalismo corso e com uma força incomparavelmente mais débil o basco e mesmo muito minoritariamente um bretão. No Reino Unido, os nacionalismos (que para além do nacionalismo propriamente inglês incidem nas suas franjas célticas) manifestam-se com intensidade variável. Na Escócia, por muito tempo um reino independente, se as propostas independentistas têm pouco eco, o nacionalismo continua a ser uma corrente política significativa. Também está presente no País de Gales, cedo absorvido pela Inglaterra. No Ulster mantém-se um conflito sangrento, em que a reivindicação nacionalista aparece, como em tantos outros casos, atravessada por conflitos de religião e classe.

A Itália, formada como estado nacional há pouco mais de um século em luta com soberanias localizadas na península — o Papado, o reino de Nápoles — ou fora dela — o império austro-húngaro —, num processo conduzido pelo estado do Piemonte-Sardenha e por militantes nacionalistas de outras áreas, vê hoje a sua existência ser questionada. A Liga Norte de Bossi, que se desenvolve no espaço mais rico de Itália e que pretende lutar contra o que afirma ser a sua exploração por um Sul pobre e corrupto, reivindica-se de entidades e figuras políticas anteriores ao estado italiano unificado no século XIX, como os que combateram as tentativas feitas na Idade Média pelos imperadores germânicos para imporem o seu domínio sobre a península. A norte, a Bélgica, formada no século passado, vê acentuar-se a divisão entre flamengos de língua germânica e valões que falam francês.

Na actualidade, os conflitos principais que têm lugar na Europa estão ligados ao nacionalismo. A antiga Jugoslávia, ela própria criada sob as ruínas do império austro-húngaro, é palco de um conflito em que a maioria das suas repúblicas se encontram envolvidas. A Checoslováquia deu lugar a duas repúblicas separadas. A dissolução da URSS tem sido acompanhada por confrontos, por vezes muito violentos, por parte das populações que a compunham. Se em alguns casos o processo de independência foi pacífico — Bielorrússia, Ucrânia... — ou relativamente pacífico — paí-

[1] Esta descrição da situação de Espanha apoia-se em: Josep R. Llobera, *The God of Modernity: the Development of Nationalism in Western Europe*, Oxford/Providence, Berg, 1994, pp. 70-84 e 134-146; Guy Hermet, *Histoire des nations et du nationalisme en Europe*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, pp. 43-51 e 264-271; Xosé M. Núñez Seixas, «Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente», in *Análise Social*, n.os 131-132, vol. XXX, 1995, 2.º-3.º, pp. 489-526; Angel Smith e Clare Mar-Molinero (eds.), «The myths and realities of nation-building in the Iberian Peninsula», in *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula*, Oxford, Berg, 1996, pp. 1-30.

ses bálticos —, em outros a reivindicação nacionalista não foi satisfeita e chegou mesmo a ser violentamente reprimida no caso da Chechénia. De qualquer modo, a dissolução da antiga entidade política trouxe a primeiro plano a efervescência nacionalista nos espaços europeu e asiático. A estes conflitos abertos há que juntar o enorme potencial existente em territórios marcados por uma forte presença nacional e sem autonomia — como o Cossovo —, os problemas de relacionamento entre maiorias e minorias — como na Bulgária com turcos ou na Roménia com populações húngaras —, um número enorme e diversificado de reivindicações em que o nacionalismo aparece como forma hegemónica que se visa impor, ou como manifestação de resistência, identidade e desejo de autodeterminação.

Não vale a pena prosseguir a descrição para leste, onde encontraremos logo o confronto greco-turco, as lutas palestiniana e curda, o conflito entre Azeris e Arménios, etc. O nacionalismo europeu esteve na base das duas guerras mundiais: a questão da Bósnia-Herzegovina incendiou a primeira; o alargamento do estado para abranger todos os tidos por *nacionais* alemães, ligado a um projecto imperial racista e messiânico, foi o fósforo da segunda. A descolonização foi conduzida em nome do nacionalismo e os conflitos que têm atravessado a África pós-colonial e a Ásia levam a sua marca. Grandes movimentos políticos, que implicaram profundas transformações sociais e mudaram o espaço mundial, como foi o caso da revolução chinesa, são indissociáveis da componente nacionalista[2].

Será, contudo, erróneo avaliar o impacto do nacionalismo através destas manifestações mais conflitivas, que aparecem distantes do quotidiano dos que não vivem situações de confronto. O nacionalismo perdura e reproduz-se de modo anódino no dia a dia dos cidadãos de estados que se concebem como nações. Estes vivem em sociedades em que se naturalizou a ideia de que quem fala a mesma língua, habita um dado território e está submetido a uma mesma autoridade central constitui um colectivo com uma identidade própria. O complexo de direitos, obrigações, símbolos e rituais partilhados, hábitos, história, reproduz-se rotineiramente e não é redutível à acção de instâncias de socialização, como a escola ou os exércitos. Há um *nacionalismo banal* inscrito no cerne das sociedades contemporâneas e que é constitutivo da sua identidade[3].

2. Modernidade das nações?

Ao longo da panorâmica de conflitos que traçámos, que pode parecer vasta, mas que na verdade peca pelo seu carácter sumário, fomos falando em nações ou em nacionalismo sem que se oferecesse qualquer definição destes termos. Também se deve ter notado, nesta exposição, que há uma vinculação destes fenómenos com a história. Podemos detectá-la em dois planos: (*a*) são fenómenos de carácter histórico, têm uma história; (*b*) a importância do recurso à história, como argumento fundador e legitimador, nos mesmos. Como escreveu Habermas: «[...] Para poder dar forma e servir de futuro a uma identidade colectiva o encadeamento da vida linguístico-cultural tem de ser tornado presente em termos capazes de fundarem sentido. E só a construção narrativa de um devir histórico dotado de um sentido adequado ao próprio colectivo pode fornecer perspectivas de futuro orientadoras da acção e

[2] Uma descrição de movimentos nacionalistas contemporâneos — com exclusão dos que eclodiram nos últimos doze anos — encontra-se em Peter Worsley, *The Three Worlds: Culture and World Development*, Londres, Weidenfeld and Nicholson, 1984, cap. IV, «Ethnicity and nationalism».

[3] V. Michael Billig, *Banal Nationalism*, Londres, Sage, 1995.

cobrir a necessidade de afirmação e auto-afirmação[4].»

Irei tratar sobretudo da nação e do nacionalismo como dados históricos, e não propriamente das narrativas históricas que têm como objecto identidades nacionais, embora estas sejam elementos decisivos da construção das nações e dos discursos nacionalistas. Estou fundamentalmente de acordo, no tratamento desses fenómenos, com a opinião de um dos investigadores recentes do nacionalismo, o antropólogo Josep Llobera. Este, depois de afirmar que a complexidade do nacionalismo leva a excluir qualquer explicação estritamente monocausal e que este só pode ser explicado historicamente, explicita com clareza o conceito de história que utiliza: «[...] o conceito de história com que trabalho é fortemente estruturado e funciona como um mecanismo de *feedback* na medida em que informação selectiva do passado é trazida firmemente ao presente através de imagens, mitos e símbolos [...][5].» Por outras palavras, se a Llobera interessa a génese dos fenómenos, também lhe interessa muitíssimo (mais) o modo como o passado persiste e é utilizado para construir os mesmos[6]. Esta perspectiva deve distinguir-se claramente do modo como os nacionalismos representam a nação: algo de primordial e a que se pertence naturalmente, em virtude de se ter nascido num território e/ou de se falar uma língua, de se descender de um determinado povo, de ter sido criado em determinadas condições. Os nacionalismos variam, mas todos eles vêem na nação uma realidade formada há muito e que configura uma identidade específica e irredutível[7].

As definições de nacionalismo e de nação estão ligadas à sua interpretação. A este respeito encontramos uma divisão fulcral entre os seus estudiosos. Para alguns, a nação é um produto de uma história recente, dependente da criação do estado moderno ou de transformações de estrutura no campo da economia. Para outros, uma genealogia da nação implica um rastrear da emergência de vínculos políticos e culturais, de identidade, anteriores aos dois últimos séculos, os quais, como é sabido, foram marcados pela ampla difusão de movimentos nacionalistas. Entre os primeiros encontram-se Ernest Gellner e Eric Hobsbawm.

Gellner vê o nacionalismo como «[...] um princípio político que defende a congruência das unidades política e nacional»[8]. Essa congruência é um produto histórico, pois o estado desenvolveu-se independentemente da nação e algumas nações emergiram sem necessitarem de um estado próprio. A abordagem de Gellner é complexa, e o resumo que dela se faz aqui necessariamente simplificador. Assenta numa certa leitura da evolução das sociedades humanas, identificadas através de uma tipologia que comporta, para o tema que nos interessa, dois tipos principais: as sociedades *agro-letradas* (*agro-literate*) e as *so-*

---

[4] Jürgen Habermas, «Conciencia histórica e identidad postradicional», in *Identidades Nacionales y Postnacionales*, Madrid, Tecnos, 1989, p. 91.

[5] Llobera, *op. cit.*, p. 213.

[6] É a perspectiva global subjacente ao grande trabalho de Pierre Vilar *La Catalogne dans L'Espagne moderne* (Paris, Flammarion, 1976, 1.ª ed. 1962). Vão igualmente no mesmo sentido as observações de um outro investigador do nacionalismo, ao sublinhar que, se o passado é moldado pelo presente, este também é moldado pelo passado enquanto herança. Cf. Prasenjit Duara, «Historicizing national identity», *in* Geoff Eley e Ronald Grigor Suny (eds.), *Becoming National*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 150-177.

[7] Eric J. Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 14. Consultem-se igualmente, a este respeito, as diversas teses sobre a formação de Portugal que apontam para factores geográficos, étnicos, linguísticos, culturais — como a «cultura castreja» —, muito anteriores à formação do reino de Portugal. Cf. Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1970 (7.ª ed.), pp. 7-39.

[8] Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1983, p. 1.

ciedades industriais. As primeiras sociedades, agrárias, são marcadas por uma extrema distância e segregação entre os segmentos sociais que as compõem: as elites administrativas, burocráticas, militares e às vezes as comerciais, muito minoritárias, por um lado; do outro as comunidades de produtores agrícolas. A mobilidade ocupacional e social é débil: a reprodução social opera-se em contextos restritos. Produtores e artesãos aprendem os saberes na família e na ocupação.

Os territórios destes estados não se confundem com os da nação. Abrangem colectividades com línguas e culturas distintas, insularizadas umas das outras, que não possuem uma consciência de formarem um colectivo mais amplo — as lealdades situar-se-iam ao nível da família ou da aldeia. A elite, ou elites letradas, uma minoria de especialistas — como o clero nas sociedades europeias —, também tem um carácter transnacional, no sentido de não se circunscrever a essa unidade política. Não há uma cultura comum às elites e ao grosso da população. Mesmo ao nível dos sistemas de crenças há uma enorme clivagem entre os letrados e os outros. Entre os primeiros, que possuem o monopólio da escrita, encontram-se os intérpretes das grandes religiões codificadas, por exemplo. Os segundos possuem crenças próprias, que não se confundem com os ensinamentos dos textos, como sucede com as práticas islâmicas do culto dos santos, mencionado pelo autor, ou com o conjunto sincrético de crenças em confronto com a verdade oficial, que constitui o chamado *cristianismo popular*. A situação altera-se radicalmente com o advento da industrialização. Esta engendra uma forte mudança na divisão social do trabalho, com uma acentuada especialização, e produzirá uma sociedade móvel e culturalmente homogénea. É construído um sistema educativo de massa, por intermédio do qual se unifica o meio de comunicação por excelência que é a língua, sistema que torna possível um aprendizado genérico de saberes adequados à era industrial, que exige uma padronização dos mesmos. A indústria requer uma mão-de-obra adaptada a uma inovação tecnológica constante, e não os saberes muito especializados, aprendidos na prática durante um longo aprendizado entre os detentores dos mesmos — a família, os corpos de ofícios —, como sucedia no artesanato tradicional.

A escola tem um papel central em termos de reprodução social. Face à rigidez das sociedades agrárias, as sociedades industriais têm um potencial igualitário propiciado pela mobilidade social e pelo facto de não haver barreiras estatutárias — como as existentes num sistema de castas ou ordens ou qualquer ideologia que justifique como naturais as diferenças sociais — que impeçam radicalmente as pessoas de mudar de posição, o que não significa, como é óbvio, o fim das desigualdades. As razões pelas quais o *industrialismo* não conduziu ao internacionalismo dever-se-ão, na perspectiva de Gellner, ao facto de o processo de industrialização não ter ocorrido simultaneamente à superfície do globo — o momento em que este se desenrolou é crucial na organização das novas unidades políticas, herdeiras das entidades políticas e das culturas anteriores[9]. Na construção das mesmas, esses traços — linguísticos, culturais ou outros — são fundamentais, quer em termos de homogeneização interna, quer em termos de diferenciação face ao exterior. São barreiras. Assim surgem os estados-nações, produto da congruência entre unidades culturais e políticas. Toda a infra-estrutura básica necessária ao industrialismo — nomeadamente o sistema educativo, segundo Gellner — assenta no estado. As nações são os focos da lealdade dos

[9] Gellner usa o conceito de *industrialismo*, através do qual engloba sociedades capitalistas e não capitalistas, para denotar a importância de uma organização burocrática e racionalizada ligada à industrialização, ecoando a teorização de Weber. Cf. *ibid.*, pp. 19-20.

seus cidadãos, os estados irão repousar, em termos de legitimidade, na soberania dos mesmos. Como escreve Gellner, «[...] esta nova e definitiva unidade política [o estado-nação] adquire uma importância inteiramente nova e considerável, estando ligada (como raramente sucedeu no passado) tanto ao estado como à barreira cultural. A nação é agora supremamente importante, graças à erosão de subgrupos [de parentesco, locais ou grupos privilegiados fechados, por exemplo] e à importância de uma cultura partilhada dependente da escrita[10].»

A implantação da sociedade industrial é, contudo, conflitiva. Nas suas primeiras fases engendra desigualdades agudas e penosas, tanto mais sentidas quanto foram criadas expectativas igualitárias. Estas tensões podem apoiar-se em símbolos adequados, na linguagem, na cultura ou em traços genéticos, que ganham saliência devido ao incremento da comunicação. A partir destas desigualdades podem criar-se — igualmente — nações[11].

A tese de Gellner assenta numa generalização, admitindo excepções — e uma delas refere-se ao facto de haver na «margem atlântica» da Europa no período medieval estados dinásticos que correspondiam mais ou menos, «por acidente», *(sic)*, a uma língua e a uma cultura[12]. Aponta para o facto de o nacionalismo se fazer a partir de elementos sociais e culturais anteriores à industrialização. Contudo, as suas propostas assinalam claramente a modernidade do nacionalismo e da nação.

Há grandes convergências entre a tese de Gellner e as propostas de Hobsbawm. Afirma este historiador: «Não vejo a 'nação' como uma entidade social primária ou imutável. Pertence exclusivamente a um período particular e recente, numa perspectiva histórica. Só é uma entidade social porque está relacionada com um certo tipo de estado territorial moderno, o estado-nação, e só tem sentido discutir a nação e a nacionalidade na medida em que ambas se relacionam com ele. Além disso, tal como Gellner, sublinharia os elementos de artefacto, de invenção e de engenharia social que entram no fabrico das nações [...] As nações não fazem estados e nacionalismos, o contrário é que é verdadeiro[13].» Para Hobsbawm, a questão nacional situa-se no ponto de intersecção da política, da tecnologia e da transformação social. Em termos políticos, as nações são definidas pelo nacionalismo revo-

[10] *Ibid.*, p. 63. Já anteriormente Gellner havia chamado a atenção para o facto de os nacionalismos oferecerem uma resposta à necessidade de os indivíduos encontrarem uma comunidade estável e coerente [a nação], necessidade que outrora seria satisfeita pela família, pela vizinhança e pela comunidade religiosa, as quais haviam deixado de ter esse papel nos últimos dois séculos [devido à industrialização]. Cf. Ernest Gellner, *Nationalism*, Londres, Hutchinson, 1960, pp. 99-102.

[11] Gellner, *op. cit.*, pp. 73-75. O pano de fundo da análise de Gellner são unidades políticas onde o impacto industrial se faz sentir de modo distinto e em que certos sinais distintivos — como a cor da pele, algum dialecto — servem de referente, pelos que se julgam excluídos dos benefícios, para a *criação* nacionalista.

[12] Gellner, *op. cit.*, pp. 39-40. É de presumir que se trate de uma referência a Portugal e/ou a outro reino ibérico, como Castela. V. igualmente, quanto à possibilidade de sobreposição entre «estruturas pré-industriais» e «sentimento nacional», p. 138.

[13] Eric J. Hobsbawm, *op. cit.*, pp. 9-10. Note-se, entretanto, que, quando Gellner fala em «invenções» do nacionalismo, não quer dizer que o nacionalismo seja meramente contingente e artificial e que poderia não ter existido se não fosse a intervenção dos ideólogos; os conteúdos dos nacionalismos particulares podem ser «invenções arbitrárias» — como o «traje nacional escocês», o *kilt* — mas o princípio do nacionalismo não, como decorre da sua teoria sociológica global sobre o mesmo (cf. E. Gellner, *op. cit.*, pp. 55-56). Sobre a «invenção de tradições», v. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, em particular os textos de Eric Hobsbawm e o de Hugh Trevor-Roper que, entre outras questões, tratam do *kilt*.

lucionário — no contexto da «era das revoluções», a francesa, a americana e as que se seguem no século XIX — como «conjunto de cidadãos cuja soberania colectiva os constituía num estado que era a sua expressão política»[14]. As nações existem não só como «funções de um tipo particular de estado territorial ou das aspirações a construir um — em termos gerais, o estado de cidadãos da Revolução Francesa –», mas também no contexto de um estádio particular de tecnologia e de desenvolvimento económico. Em termos das condições tecnológicas e económicas, manifesta a sua concordância genérica com Gellner[15].

Todavia, e ao contrário deste último, Hobsbawm dá grande relevo, na avaliação do impacto da modernização sobre o fenómeno nacional, à «gente vulgar objecto da propaganda» e não só às acções das elites (governos e activistas). Tal deve-se, para ele, a três conjuntos de factores: ao facto de as ideologias oficiais não constituírem guias adequados para perceber o que se passa na cabeça dos apoiantes; a não se poder assumir que para a maioria das pessoas a identidade nacional, quando existe, exclui ou é superior a outras identidades, pois está associada a outras identificações; finalmente, ao facto de a mesma mudar ao longo do tempo[16]. Por isso, Hobsbawm chama a atenção para a importância do conjunto de manifestações a que chama *protonacionalismo popular* que, de qualquer modo, não são suficientes para formar nacionalidades, nações ou estados[17]. Hobsbawm coloca entre os laços proto-nacionais os sentimentos de pertença a um determinado território, investido com certos significados — como a «Santa Rússia» para os Cossacos do século XVII, exemplo citado pelo autor, definida ao mesmo tempo pela fé (o centro da fé ortodoxa desde a queda de Contantinopla no século XV), pelos ícones sagrados, pelo czar e pelo estado[18]. Outros elementos são a língua e a etnicidade (que são critérios definidores da nação nos discursos nacionalistas). Quanto ao primeiro, Hobsbawm, embora aceite que haja uma certa identificação popular com uma linguagem ou dialectos próprios de uma comunidade, aponta para a enorme variedade dialectal e para o facto de antes da existência de instrução primária generalizada não se poder falar propriamente em línguas nacionais, pois não haveria uma norma linguística geral: aquilo que veio a ser o francês, por exemplo, era compreendido apenas por uma minoria na época da Revolução Francesa, e com o italiano passava-se algo semelhante. Este historiador não nega inteiramente que haja sentimentos de identificação com uma dada língua, ou com um conjunto de dialectos inter-relacionados, como no caso dos falantes magiares, e que, nestes casos, «[...] o nacionalismo de um período posterior pode ter raízes genuinamente populares»[19]. Nem o facto de certas línguas literárias virem a identificar-se com línguas de estado, quando eram as de determinadas administrações, e que tal constituísse um factor de coesão protonacional. Aquilo que nega é que a língua pudesse constituir uma espécie de «identificação mística da nacionalidade», como queriam os nacionalistas — que chegaram a inventar línguas nacionais, como o servo-croata e o hebraico moderno, produtos do século XX. E que a língua pudesse ter potencial, por si só, para construir nações ou estados[20]. Quanto à etnicidade — para si a ideia de se pertencer a um mesmo grupo, com ascendência comum —, que tende a ver como equivalente a «raça», pensa que isso pode ser importante em caso de povos como os Bascos, os Curdos, os Somalis e os Judeus, a quem chama mesmo protonações. Mas acha que «tal

[14] Hobsbawm, *op. cit.*, pp. 18-19.
[15] Id., *ibid.*, p. 10.
[16] Id., *ibid.*, p. 11.
[17] Id., *ibid.*, p. 77.
[18] Id., *ibid.*, pp. 49-50.
[19] Id., *ibid.*, p. 53.
[20] Id., *ibid.*, p. 64.

etnicidade não possui uma relação histórica com aquilo que é o elemento crucial da nação moderna, quer dizer, a formação do estado--nação [...]»[21]. Assinalem-se dois elementos nesta referência: por um lado, a desvalorização surpreendente da etnicidade em populações obviamente empenhadas na construção de autodeterminação política e/ou independência, sendo que nos dois últimos casos existe estado. Por outro, o facto de o critério definidor da nação ser a existência de estado — protonacional é tudo o que é anterior a tal e cujo impacto é desvalorizado por Hobsbawm. O peso da etnicidade é tido pouco em conta relativamente, mesmo quando se reconhece a importância da homogeneidade étnica de velhas entidades políticas de enorme importância, como é o caso da China, da Coreia e do Japão, e se vê em tal uma base do nacionalismo moderno nesses países[22].

Um outro factor que surge no conjunto protonacionalista é a religião, como se poderá ver em casos como o da Polónia ou da Irlanda — católicos em confronto com protestantes e, no primeiro caso, também com ortodoxos. Ou no caso da Rússia, a Terceira Roma, centro da ortodoxia depois da tomada de Constantinopla pelos Otomanos. Porém, não só determinados povos não se identificam com uma dada religião, como as grandes religiões — as chamadas religiões do livro, como o cristianismo ou o islão — são muito mais amplas do que qualquer colectividade em particular. A religião não é, pois, necessariamente uma marca do protonacionalismo, embora possa sê-lo por vezes. Finalmente, Hobsbawm assinala a importância de certos ícones sagrados — onde engloba símbolos, rituais e práticas colectivas — e o facto de se ter consciência de pertencer, ou ter pertencido, a uma entidade política duradoura como critérios que permitem assinalar a existência de protonacionalismo. Entre os primeiros inclui festividades como os Jogos Florais da Catalunha, momento de celebração de uma identidade liguístico-cultural, ou as cinco orações diárias do muçulmanos, e imagens sagradas identificadas com a população de um determinado território — como a Virgem de Guadalupe, no México, ou a de Montserrat, na Catalunha. Ainda aqui, os aspectos mais significativos de um ponto de vista protonacional serão para si os que se encontram associados especificamente a um estado. De facto é o sentimento de se pertencer a um estado que perdura, ou que existiu no passado, o critério mais decisivo de protonacionalidade para Hobsbawm. Todavia, apesar de falar em «nações históricas», de admitir que as pessoas comuns se podiam identificar como povo e país através de um símbolo, como o do governante supremo, Hobsbawm acha que tais elementos foram hipervalorizados pelos ideólogos do nacionalismo[23]. Chega a afirmar que «não é muito verosímil», palavras suas, que os camponeses se identificassem com um «país» que consistia na comunidade de senhores que seriam os alvos principais do seu descontentamento[24] — como se no nacionalismo moderno não se morresse a lutar por uma comunidade a que também pertencerão dominantes e dominados. Em resumo, o historiador britânico entende que o protonacionalismo não é suficiente para formar nacionalidades, nações ou estados e que as continuidades entre protonacionalismo e nacionalismo são por vezes fictícias — como no caso dos Gregos, que se viam sobretudo como herdeiros do Império Romano (Bizâncio) e que passaram, com o triunfo do nacionalismo em Oitocentos, a reivindicar-se da herança da Grécia clássica. No entanto, onde existia, o protonacionalismo constituiu um material de base que facilitou a tarefa aos nacionalistas.

Toda a análise de Hobsbawm assenta no pressuposto de não haver uma relação neces-

[21] Id., *ibid.*, pp. 63-64.
[22] Id., *ibid.*, p. 66.
[23] Id., *ibid.*, pp. 71-74.
[24] Id., *ibid.*, p. 74.

sária entre os elementos protonacionalistas e o nacionalismo — para ele explicitamente só há nacionalismo moderno, aquele que surge com a Revolução Francesa, assimilado a uma noção de soberania popular exercida ou a exercer num estado independente, ou que aparece em teorizações nacionalistas como as de Herder. Toma diversos elementos — língua, cultura, etnicidade — em separado para tentar mostrar como, ao contrário do que pensavam os ideólogos nacionalistas, eles não são suficientes para fundar nações (que identifica com estados-nações). Não pondera, contudo, o peso combinado que podem ter todos esses factores, e muito menos nos fornece uma ideia do processo que levou a dar tanta importância às nações no período contemporâneo. A nação aparece como algo de descontínuo, tal como em Gellner.

3. *As nações, produto de um processo histórico de longa duração?*

Se Gellner e Hobsbawm podem ser tidos como expoentes de uma perspectiva *modernista* no estudo das nações e do nacionalismo, os dois autores que iremos abordar com relativa minúcia nas páginas que se seguem — Anthony D. Smith e Josep R. Llobera — revalorizam, pelo contrário, os elementos pré-modernos dos mesmos fenómenos. À descontinuidade mais ou menos radical da sua emergência sucede, da sua parte, uma tentativa para examinar o seu surgimento, nos moldes modernos que vieram a universalizar-se — pois a ideologia nacionalista e o modelo do estado-nação foram «exportados» do continente europeu para as antigas colónias —, como o culminar de processos históricos que radicam, no caso europeu, no período medieval.

Na interpretação de Anthony Smith, para entender esses processos é necessário abandonar a análise da nação e do nacionalismo em termos de ideologia ou como forma de actividade política, pois nesses termos, subentende-se, só os encontraríamos nos «tempos modernos» — *grosso modo* a partir do século XVIII, desde os impactos das revoluções, francesa ou americana, e da produção doutrinária que as acompanhou. Smith parte da definição seguinte de nação: «[...] uma dada população humana que ocupa um território histórico e que partilha mitos e memórias históricas comuns, uma cultura política e de massas, uma economia comum e os mesmos direitos e deveres legais para todos os seus membros[25].» Esta definição tem o carácter de um «tipo ideal» — ou de um padrão —, que possuirá uma correspondência variável com exemplos concretos, mas que não é uma construção arbitrária. De acordo com este padrão, não haverá nações [na Europa, entenda-se, mas poder-se-ia generalizar], nem nacionalismo, antes do século XIV, *grosso modo*[26]. Com efeito, e sempre dependendo da situação específica de cada caso, não há até então sociedades, ou estados, com uma cultura comum a todos os seus membros, antes culturas ligadas à posição social — culturas clericais ou de funcionários, escritas, culturas populares de base oral... —, nem direitos e deveres comuns à totalidade dos habitantes — basta pensar nas imunidades e privilégios das elites —, nem mesmo uma economia comum, em virtude de não existir um mercado interno unificado e a própria circulação ser restrita. As fronteiras ainda não possuíam um carácter relativamente fixo, e certos mitos e memórias colectivas apenas diziam respeito a um sector diminuto da população: as elites.

Porém, pode afirmar-se que já havia comunidades culturais colectivas, designadas por Smith como *comunidades étnicas* ou *etnias*. Estas não constituíam entidades pri-

[25] Anthony D. Smith, *National Identity*, Harmondsworth, Penguin Books, 1991, p. 43.

[26] Id., *ibid.*, p. 51.

mordiais, a-históricas, ou conjuntos de tipo rácico, mas conjuntos sociais com um carácter histórico e simbólico-cultural. São definidas principalmente pelos atributos seguintes, mais ou menos presentes em cada caso e com uma uma difusão maior ou menor no seio da população:

1. Um nome próprio colectivo;
2. Um mito de uma ancestralidade comum;
3. Memórias históricas partilhadas;
4. Um ou mais elementos culturais comuns (língua, religião, costumes...);
5. Uma associação com uma «terra natal específica»;
6. Um sentido de solidariedade para sectores significativos da população[27].

Estes colectivos encontram-se em vários tempos da história da humanidade — os Judeus, por exemplo, constituíam um desses casos. Mas também possuem estas características na Europa, na opinião do autor, os reinos bárbaros formados na sequência da destruição do Império Romano do Ocidente. A reunião dos atributos mencionados dá-se ao longo do tempo, pois muitos deles constituíam um património exclusivo dos seus núcleos aristocráticos.

A solidez e coesão destas comunidades étnicas, em que assentavam as suas possibilidades de sobrevivência, dependiam da existência e eficácia de processos como o da formação e consolidação de estados — um factor crucial —, da guerra e da religião organizada[28]. O estado permite, e ao mesmo tempo constrange, uma certa homogeneização da população e dos seus costumes, fixa-a a um território delimitado. A guerra exalta uma identidade própria e aviva a diferença face aos outros, para além de gerar memórias, mitos, heróis — e ressentimento[29]. A existência organizada da religião também serve para cimentar etnias de várias formas — através da identificação das mesmas com uma crença ou um líder espiritual, por exemplo. O facto de haver patronos dessas entidades no período medieval, às vezes mesmo figuras régias — como S. Luís, em França, ou S. Venceslau, na Boémia —, constitui uma ilustração do papel que ele confere à religião organizada nestes processos, embora tal não seja referido por Smith. Entretanto, se os sacerdotes funcionam como «guardiães das tradições» — e guardiães das tradições da realeza dos estados étnicos —, o papel de criação e difusão de lendas e de uma literatura colectiva passa por outros letrados, bardos e poetas.

Aos reinos bárbaros da alta Idade Média, nos quais muitos dos habitantes não pertenciam à comunidade étnica dominante, sucedem, no fim do período medieval, estados poderosos que incorporam territórios adjacentes e populações culturalmente diferentes[30]. Foi um processo multissecular, em que o núcleo aristocrático, com mitos e tradições próprias, revelou a sua capacidade para englobar outros estratos e difundir as suas representações. Houve, contudo, entidades que despareceram — aos Borguinhões, citados, entre outros, pelo autor, haveria que acrescentar os reinos hispânicos de Suevos e Visigodos.

Deixando de lado por agora a consideração pormenorizada do caso português, atente-se na abordagem do sucedido em Inglaterra, feita por Smith. Aqui, na sequência da conquista por Guilherme, *o Conquistador,* duque da Normandia, uma comunidade *inglesa* viria substituir paulatinamente os antigos núcleos étnicos anglo, dinamarquês, saxão e norman-

[27] Id., *ibid.,* pp. 20-21.
[28] Id., *ibid.,* pp. 26-28.
[29] A importância do ressentimento, ligado à guerra, é destacada por Guy Hermet, *op. cit.,* p. 57.
[30] Anthony D. Smith, *op. cit.,* pp. 38-39.

do. A centralização administrativa, a fixação de fronteiras — em finais da Idade Média restritas às ilhas, devido à perda de possessões no continente —, a emergência de uma língua própria, a cristalização identitária decorrente nomeadamente das guerras prolongadas com o reino da França e também do confronto com Galeses e Escoceses, levaram ao fortalecimento de uma identidade étnica no estado inglês[31].

Para Smith não há, todavia, identidade entre *comunidade étnica* e *nação*. No entanto, pensa que é importante procurar as origens da nação em laços étnicos pré-modernos — mesmo que nem todas as nações modernas possam apresentar tal base —, por vários motivos, de que destaco o facto de as primeiras nações se terem formado a partir de tais laços e de os modelos europeus terem servido de modelo para a formação de nações em outras partes do mundo[32].

Para os estados medievais se tornarem nações, de acordo com a definição proposta, será necessário que passem por revoluções sucessivas nas esferas da administração — centralização administrativa, homogeneização jurídica ... —, da economia — desenvolvimento do mercado, dos centros urbanos, da burguesia e ligação do campo económico ao estado [através da fiscalidade, nomeadamente] — e da cultura, com o incremento dos estudos universitários e de uma cultura profissional e profana, que produz também o funcionalismo estatal. Mas a criação da nação, uma preocupação explícita de intelectuais e políticos nos dois últimos séculos, havia sido precedida pela disseminação anterior de uma cultura étnica aristocrática, que se havia transmutado numa cultura mais inclusiva de um ponto de vista social, e de uma «territorialização da memória», que identificava a memória de pelo menos uma parte da população com um dado espaço e eventos que lhe diziam respeito[33].

Encontramos a mesma valorização de elementos pré-modernos na análise do nacionalismo por Smith, como já anteriormente assinalámos. O nacionalismo, entendido «[...] como movimento ideológico que procura alcançar e manter a autonomia, unidade e identidade para uma população que alguns dos seus elementos pensam constituir uma 'nação', actual ou potencial», é algo de moderno[34]. Porém, se se conceber o nacionalismo não apenas como ideologia política ou movimento social que visa atingir a autonomia e unidade de uma nação e consolidar a sua identidade, mas também como forma cultural, é possível discernir elementos anteriores que entram na constituição da sua própria matriz social e cultural. Esta é devedora das etnias pré-modernas e do crescimento progressivo dos estados nacionais no Ocidente[35]. Na base dos conceitos operatórios no nacionalismo — como os de ***autonomia***, ***unidade*** ou *identidade* de uma nação — estão novas linguagens surgidas na Europa nos séculos XVII e XVIII. Também se haviam tornado frequentes, ao longo do tempo, caracterizações em termos de

[31] Id., *ibid.*, pp. 55-57.

[32] Id., *ibid.*, p. 41.

[33] Id., *ibid.*, pp. 59-61. V., igualmente do mesmo autor, a propósito da «territorialização da memória», «The politics of ethnicity and nationalism», in *International Affairs*, vol. 72, n.º 3, Julho de 1996, pp. 445-458. A análise mais desenvolvida da paisagem como referente de sentimentos de pertença e sobre o seu papel no nacionalismo propriamente dito, insistindo nas suas continuidades, é a de Simon Schama, *Lanscape and Memory*, Londres, Harper and Collins, 1995. O capítulo mais importante (2.º) é aquele em que o autor se debruça sobre a relação entre os povos germânicos e a floresta — um referente da identidade *nacional*. É fundamental a este respeito a obra clássica de Maurice Halbwachs, *La mémoire collective*, cap. IV, «La mémoire collective et l'espace» (Paris, PUF, 1968 — 1.ª ed. 1950).

[34] A. Smith, *National Identity*, cit., p. 73.

[35] Id., *ibid.*, pp. 71-72.

semelhanças e diferenças — no falar, no comer, no vestir, nas «maneiras» ... — entre sociedades europeias, o que se devia ao incremento contínuo das comunicações. Aparecem conceitos, como o de *carácter nacional,* comuns no século XVIII em autores como Montesquieu ou Herder — embora com uma abordagem distinta. Herder, que exerceu uma influência enorme no nacionalismo europeu, pensava que cada nação possuía maneiras próprias de pensar, agir e comunicar, e que se devia trabalhar em prol da sua redescoberta. «[...] Pertencer a uma dada nação, estar ligado aos seus membros por laços indissolúveis e impalpáveis de uma língua comum, de uma memória histórica, de hábitos, tradições e sentimentos, é [para Herder] uma necessidade básica tão natural como as da comida, bebida, segurança ou procriação». Daí toda a importância das tentativas para descobrir a autenticidade e as raízes de um povo através da pesquisa filológica, histórica e arqueológica[36].

Embora se recuse a aceitar a ideia de uma data de emergência de um verdadeiro nacionalismo, Smith aponta para o século XVIII como o seu cadinho, embora não deixe de assinalar que já anteriormente tinham existido poderosos movimentos de nacionalismo religioso messiânico — na Holanda, Inglaterra, Boémia, etc.[37].

Não é propriamente na datação do nacionalismo político que Smith se afasta de «modernistas» como Gellner e mesmo Hobsbawm — apesar de este parecer procurar encontrar matizes a uma modernidade destes fenómenos com a ideia de «protonacionalismos» (de qualquer modo teleológica). Mas quando chama a atenção para os diversos elementos em que assentará o nacionalismo e que lhe são anteriores, lembrando inclusivamente o facto de muitos «nacionalistas culturais» não estarem particularmente interessados na aquisição de um estado, ao contrário de nacionalistas posteriores[38].

Tal como Smith, o antropólogo Josep Llobera desloca a análise da génese das nações para um tempo anterior ao do triunfo do nacionalismo como ideologia política — os dois últimos séculos. Para ele, as nações e a *identidade nacional* são fenómenos de longa duração. O período medieval constitui um momento privilegiado para observar a sua

[36] Id., *ibid.,* pp. 74-75. Isaiah Berlin, que propõe uma definição de nacionalismo distinta da de Smith, assinala a diferença entre a existência de «sentimento nacional — consciência de pertença a um grupo determinado —, de xenofobia — a exaltação do que é próprio e e o desprezo pelo outro — e de patriotismo — amor pela terra natal e pelos seus — e o *nacionalismo,* que define através de quatro características: a crença na necessidade absoluta de pertencer a uma nação; [a crença] na relação orgânica entre todos os elementos que constituem uma nação; [a crença] no valor do que é próprio, pura e simplesmente porque é nosso; e, finalmente, em virtude de se confrontar com contendores rivais em busca de autoridade e lealdade, [a crença] na supremacia das suas exigências». Cf. Isaiah Berlin, «Nacionalismo: passado olvidado y poder presente», in *Contra la Corriente: Ensayos sobre la Historia de las Ideas,* México, Fondo de Cultura Economica, 1992 (1.ª ed. 1972), p. 428. Embora de modo diverso, Berlin, que valoriza imenso o papel da Alemanha como matriz do nacionalismo e a figura de Herder — além de outros contributos, como os de Montesquieu e de Rousseau —, chama a atenção para o facto de o nacionalismo propriamente dito ser precedido por um «sentimento nacional» que não foi inventado (*op. cit.,* pp. 435-436). V., igualmente do mesmo autor, o ensaio «La contra-ilustración», inserto no volume citado, donde retirei o período que se encontra entre aspas, e «La branche ployée: sur la montée du totalitarisme» e «Sur un prétendu relativisme», in *Le bois tordu de l'humanité: romantisme, nationalisme et totalitarisme,* Paris, Albin Michel, 1992 (1.ª ed. 1972). Sobre as ideologias nacionalistas, que aqui nos limitamos a aflorar, pode ver-se uma síntese aprofundada em Guy Hermet, *op. cit.,* cap. 5, «Les deux nations modernes: Herder et Renan».

[37] Smith, *op. cit.*, p. 84.

[38] Id., *ibid.,* p. 74.

emergência, muito embora o autor assinale que se deve ter em conta na análise das realidades medievais a sua dependência de instituições, reais ou imaginárias, anteriores, oriundas da época romana, como a ideia de *imperium* ou o efeito particularista das divisões administrativas dessa época[39].

Llobera considera nações as entidades conceptualizadas como *etnias* por Smith. Assim, define-as por possuírem «[...] um nome próprio colectivo, um mito específico de ancestralidade comum ou um mito comum de descendência, um ou mais elementos de cultura partilhados, uma associação com uma terra natal ou uma história específicas e um certo sentido de solidariedade para secções específicas da população»[40]. Procura detectar a formação destas realidades no período medieval, mostrando a sua grande variabilidade em cada caso e não deixando de insistir, como Smith, no facto de os sentimentos de *identidade nacional* estarem restringidos a um número reduzido de pessoas[41]. Para a maioria ainda serão as fronteiras de um lugar ou de um senhorio alguns dos referentes identitários principais.

Tomemos a abordagem que faz de França como ilustração da sua interpretação. Com o estado capetíngio verifica-se a uma consolidação da França como «comunidade imaginada», o que não significa que esta foi inventada a partir do nada. Assistiu-se a uma reelaboração de tópicos carolíngios — relativos à superioridade dos Francos, por exemplo — e de mitos de origem — um pagão (as origens troianas do povo franco), o outro cristão (o mito de Clóvis, o santo fundador do reino cristão merovíngio), que serviu para edificar a imagem da França como nação *cristianíssima*. Surgem, aliás, histórias nacionais em que é atribuído à França pela providência divina um papel de defensora da cristandade. O culto dos santos — como S. Dinis, padroeiro da dinastia que se irá tornar patrono do reino, e o do próprio rei S. Luís —, o desenvolvimento do amor pelo território e pela língua e uma panóplia de símbolos, como a flor de lis, encontram-se entre as formas mais importantes de acesso à ideia de França[42]. Entretanto, o pequeno reino construído a partir dos domínios capetíngios da Ile-de-France alargava-se, expulsando os reis ingleses do continente, absorvendo a zona do *langue d'oc* e mais tarde a Bretanha, bem como outras áreas culturalmente distintas.

Para Llobera, as nações — e os estados — medievais terão começado a cristalizar-se por volta de 1300[43]. Por isso rejeita as propostas «modernistas» de interpretação do fenómeno. A de Gellner, nomeadamente, tanto no que diz respeito à ideia de uma «invenção» da nação como na atribuição de um papel decisivo na criação da mesma ao impacto do desenvolvimento industrial — para Llobera, a industrialização apenas terá servido para reforçar algo já existente[44]. E alarga a crítica que faz a

[39] Josep R. Llobera, *The God of Modernity...*, cit., pp. 4-5.

[40] Id., *ibid.*, pp. 39-40.

[41] Id., *ibid.*, p. 58.

[42] Id., *ibid.*, pp. 52-55.

[43] Id., *ibid.*, pp. 79-80. Não será indiferente a Llobera, natural da Catalunha, que Pierre Vilar tenha afirmado que o principado catalão seria talvez o país da Europa face ao qual seria menos inexacto aplicar o termo, aparentemente anacrónico, *estado-nação*, para o período de 1250-1350. Cf. Pierre Vilar, *op. cit.*, p. 220. De facto, há uma forte afinidade entre as posições de ambos.

[44] Llobera, *op. cit.*, pp. 99-100. Llobera não deixa de assinalar pertinentemente o «economicismo» da proposta de Gellner. As objecções mais consistentes às posições de Gellner devem-se, todavia, a Guy Hermet, que mostra que nem na Inglaterra, pioneira da industrialização, ocorreram os efeitos concomitantes à mesma — uniformização cultural, através do ensino público, desenvolvimento de uma consciência nacional... — que ele assinala na sua generalização. O próprio processo de abertura cultural na Europa é bem anterior à industrialização, en-

Gellner a todas as leituras que vêem a nação e o nacionalismo como dependentes causalmente de modo estrito do capitalismo, quer dizer, as explicações em que o nacionalismo, tido como gerador de nações, aparece como um efeito da criação de um mercado nacional e/ou em que não passa de um instrumento da burguesia para ocultar a sua dominação de classe sob a capa do interesse nacional[45]. O nacionalismo não terá sido criado pela burguesia, embora tenha sido manipulado pela mesma e muitos burgueses tenham sido nacionalistas. Foi em sua opinião um movimento transversal às classes, com forte apoio popular, e no qual a *intelligentsia* desempenhou um grande papel[46]. Com muitas reservas, Llobera admite a existência de uma relação entre capitalismo e nacionalismo, mas só se se conceber o primeiro com o carácter abrangente de fenómeno produtor de modernidade[47] — podemos acrescentar, por conduzir à homogeneização de territórios e de culturas, ao incremento das comunicações, à urbanização e à secularização (enfraquecendo, neste caso, os vínculos de «comunidade religiosa») e ao próprio conflito entre estados e regiões, dado o seu desenvolvimento desigual, o que potencializa as expressões nacionalistas[48].

A esta caracterização do capitalismo como fautor da modernidade prende-se a consideração dada por Llobera à tese de Benedict Anderson. Para este, a nação é ao mesmo tempo a herdeira e a substituta de antigas tradições, vínculos ou lealdades. Esta constitui uma comunidade *imaginada*, «[...] porque mesmo os membros da mais pequena das nações nunca conhecerão a maioria dos outros, os encontrarão, ou mesmo ouvirão falar neles, mas na mente de cada um vive a imagem da sua comunhão»[49]. A combinação entre capitalismo e tipografia terá produzido um impacte fundamental na génese desta comunidade imaginada. Com efeito, o livro teria sido a primeira mercadoria a ser produzida em massa. Ten-

quanto as preocupações com o ensino público de massas já ocorrem num período bem mais tardio em relação ao desencadear da mesma; do mesmo modo, assistiu-se mais ao desenvolvimento entre os pobres de uma consciência de classe no decurso da revolução industrial — no entanto, ela própria anterior à industrialização — do que ao de uma consciência nacional. Cf. Guy Hermet, *op. cit.*, pp. 54-58 e sobretudo pp. 68-79. Do mesmo modo, Miroslav Hroch assinala que a maioria dos movimentos nacionais na Europa emergiram bem antes da indústria moderna. Cf. M. H., «From national movement to the fully-formed nation: the nation-building process in Europe», *in* Geoff Eley e Ronald Grigor Suny, *op. cit.*, pp. 60-77.

[45] Llobera, *op. cit.*, p. 103.

[46] Id., *ibid.*, p. 132.

[47] Id., *ibid.*, p. 103.

[48] Id., *ibid.*, p. 195.

[49] Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso Books, 1986 (1983), p. 15. Este autor assinala que todas as comunidades que não assentam no contacto face a face (e talvez mesmo essas) são imaginadas. Imaginação — ou invenção — não significa «falsidade» ou «fabrico», faz notar na mesma página Anderson, numa crítica explícita a Gellner, mas é óbvio que as palavras de Anderson se aplicam às nações e não propriamente a atributos particulares que podem mesmo ser «fabricados». Embora Anderson não o refira, há uma reflexão que contribui para perceber a construção dessa comunidade no mundo ocidental, a de Ernest Kantorowicz. Este mostra como se elaborou a ideia de estado como *corpo místico* na Idade Média, exaltando-o e dando-lhe uma glorificação quase religiosa, tal como havia sucedido com a Igreja, *corpo místico* de Cristo; como emergem as concepções corporativas e organológicas nessa época, onde a sociedade é comparada ao corpo humano; como também se irá elaborar a noção de pessoa fictícia ou jurídica, para abranger qualquer agregado de indivíduos, como uma empresa, por exemplo; e como estas ideias se ligaram à da superioridade da comunidade *patria*, situada acima dos indivíduos ou das famílias. Cf. Ernest Kantorowicz, *Los dos Cuerpos del Rey: Un Estudio de Teología Política Medieval*, Madrid, Alianza Editorial, 1985 (1.ª ed. 1957), em particular cap. v; «Mourir pour la patrie (pro patria mori) dans la pensée politique médiévale», in *Mourir pour la patrie*, Paris, PUF, 1984 (1.ª ed. 1951).

do-se esgotado o mercado dos livros em latim, acessíveis unicamente a uma reduzida minoria, os editores voltaram-se para a língua vernácula. Os efeitos desta orientação em termos de mercado repercurtir-se-iam ao nível da consciência nacional ao criarem uma linguagem unificada, que permitia a uma parte mais alargada da população comunicar e identificar-se entre si. Do mesmo modo, o escrito, ao dar um carácter fixo à linguagem — e ao acumular-se —, contribuirá, ao longo das gerações, para conferir um sentido de continuidade à nação. Nas palavras de Anderson, «[...] o que tornou as novas comunidades imagináveis foi uma interacção semiconsciente, mas explosiva, entre um sistema de produção, relações de produção capitalistas, uma tecnologia de comunicação e uma fatalidade, a diversidade linguística dos humanos»[50]. Se pensarmos no que representou a Bíblia de Lutero na Alemanha — um sentimento de união e liberdade em torno de um escrito que fora traduzido da língua sagrada do clero para o vernáculo alemão — e no papel dos *media* desde o século XIX, facilmente nos apercebemos do alcance explicativo destas propostas de Anderson.

Seja como for, para Llobera registam-se mudanças profundas entre o período medieval e o advento da modernidade e, como muitos outros, o autor vê o século XVIII como um período crucial neste processo de alterações e a Revolução Francesa, em seu entender a primeira revolução nacionalista moderna, como charneira.

A importância desta última ter-se-á feito sentir a vários níveis. Em primeiro, por aquilo que instituiu: a ideia de que toda a soberania reside na nação (e não no rei); a abolição de direitos e privilégios sociais ou provinciais; uma língua nacional (combatendo os falares locais); uma educação nacional; um exército nacional, etc. Tudo o que era *real* tornou-se *nacional*. Nessa instituição houve, sem dúvida, invenção — como se comprova ao nível simbólico, com hinos (*A Marselhesa*, por exemplo, embora só bastante mais tarde transformada em hino nacional), a *Marianne*, a bandeira, etc. Em segundo, por ter servido como modelo para outros países. E, finalmente, já no período napoleónico, por as campanhas desencadeadas pelo império terem suscitado fortes reacções nacionalistas nas áreas afectadas[51]. Acrecente-se igualmente a estes impactos o peso da elaboração doutrinária nacionalista — em que Llobera destaca Rousseau e Herder — que reunirá muitos dos materiais básicos dos diversos nacionalistas posteriores.

Em suma, para Llobera «[...] a ideia de nação como comunidade imaginada está longe de ser moderna e foi criada na Idade Média [...] em círculos de literati, muito frequentemente, mas não sempre, em torno de monarcas. *O que é moderno acerca da nação, então, é fundamentalmente o seu potencial como crença de massa*; não a sua existência como visão imaginativa. *O que é verdade é que do período medieval ao século XVIII o princípio da nacionalidade foi um dos vários laços de legitimação do estado; só depois da Revolução Francesa se tornou o mais forte pilar do estado*» (itálicos meus)[52].

4. Algumas considerações sumárias sobre tópicos abordados

As quatro interpretações, que abordámos com algum desenvolvimento, estão longe de

[50] Anderson, *op. cit.*, p. 46. Guy Hermet (*op. cit.*, pp. 79-84) concorda com Anderson no que diz respeito ao significado da tipografia, «mãe» *(sic)* das línguas nacionais.

[51] Llobera, *op. cit.*, pp. 186-192.

[52] Id., *ibid.*, p. 120.

poderem ser consideradas uma síntese dos estudos feitos sobre os temas da nação e do nacionalismo. A bibliografia é imensa. Aqui são apenas apresentadas as mais contrastantes em termos da abordagem do fenómeno e que são também das mais influentes no presente — é esse o caso das de Gellner, Hobsbawm, Smith e Benedict Anderson[53]. Não se pode ainda apreciar o impacto da de Llobera, como é óbvio. Ao juntá-las não foi exclusivamente nosso propósito apresentar propriamente uma síntese de estudos sobre estas problemáticas — que, aliás, não caberia num trabalho destas dimensões —, mas tê-las como referência numa breve abordagem do caso português. Este prima pela ausência da bibliografia internacional, antes de mais. Mas o facto de haver um reino de Portugal desde o século XII, com fronteiras estáveis e língua própria, parece colocar problemas a teses radicalmente modernistas sobre o nacionalismo[54]. Não admira, por isso, que os diversos nacionalismos — e de sentido contrário — que se manifestaram em Portugal nos dois últimos séculos se tenham debruçado sobre o período de constituição do reino de Portugal. Mas foi também sobre ele que incidiu uma das tentativas mais articuladas de tratamento dos tópicos da nação e do sentimento de identidade nacional entre nós.

Nas últimas páginas deste estudo iremos abordar os períodos medieval e moderno em Portugal, a que acrescentaremos alguns tópicos para o tratamento das problemáticas da nação e do nacionalismo em momentos posteriores. Limitar-nos-emos a referir dados já recolhidos pela pouca produção existente e a assinalar alguma conjuntura mais relevante. Há ainda grandes lacunas. Este programa revela claramente a afinidade da nossa visão dos problemas com a dos que procuram estudá-los — Smith, Llobera e outros — como fenómenos de longa duração, sem que tal implique qualquer esquema linear de desenvolvimento histórico, no sentido de as características das nações e do nacionalismo dos últimos séculos nada mais serem do que uma actualização do passado[55]. É de qualquer modo uma síntese interpretativa de alguma historiografia existente que vai nesta direcção. Note-se, entretanto, que as abordagens de Smith ou Llobera

[53] Dispenso-me de referir bibliografia «clássica» anterior — como Carlton Hayes ou Hans Kohn, por exemplo —, por a mesma já ter sido recenseada em português até 1974 por Martim de Albuquerque; v., deste autor, *A Consciência Nacional Portuguesa,* Lisboa, ed. do autor, 1974 (capítulo I). Não se descreveu pormenorizadamente a interpretação de Anderson, que, apesar de se debruçar sobre as raízes do nacionalismo e de ter situado as origens da consciência nacional no impacto, a que já aludimos, do desenvolvimento do capitalismo na imprensa, localiza o momento definitivo de implantação do nacionalismo no hemisfério ocidental entre 1776 e 1838, quando todas as novas entidades políticas emergentes [como as colónias americanas ou o estado revolucionário francês] se procuraram definir como nações. Cf. B. A., *op. cit.,* p. 49.

[54] Será, com enorme probabilidade, um exemplo de estado dinástico medieval a que correspondia uma língua e uma cultura, de que fala Gellner. V. nota 12.

[55] Entre estes devem citar-se: Guy Hermet, que considera já existirem sentimentos de pertença colectiva de tipo nacional nas «nações medievais» (*op. cit.,* pp. 52 e segs.), a não confundir com os patriotismos nacionais dos séculos XIX-XX; Pierre Fougeyrollas, *La nation: éssor et déclin des sociétés modernes,* Paris, Fayard, 1987, que aceita a existência da formação de nacionalidades (nações potenciais) na Europa desde o fim da Idade Média, vendo o surgimento das nações como ligado às «grandes revoluções» (inglesas do século XVII, americana, e, sobretudo, Revolução Francesa); Hagen Schulze, *État et nation dans l'histoire de l'Europe,* Paris, Éditions du Seuil, 1996, com uma posição concordante no geral com a de Llobera. Para um contexto não europeu — China e, em menor medida, Índia —, Prasenjit Duara, *op. cit.,* fornece argumentos para uma perspectivação da formação das nações modernas que tenha em consideração a importância das comunidades culturais do passado.

não implicam que *todas* as comunidades que se viram consagradas como nações modernas já tivessem uma matriz medieval. Há transformações — e transformações radicais — entre os fenómenos detectados em momentos anteriores e as nações e estados do período contemporâneo. Entre uns e outros operou-se a *nacionalização* da sociedade, ou seja, a transformação de sentimentos outrora minoritários — como, aliás, não deixam de sublinhar os autores que têm uma visão de uma genealogia mais longínqua destes fenómenos — em algo que se *naturalizou* como identidade primordial de habitantes de determinados estados ou de populações que se consideram dominadas ou subalternizadas nos mesmos[56]. Para tal houve uma contribuição decisiva do estado moderno e da homogeneização que o mesmo produziu — através nomeadamente da escola, do serviço militar obrigatório e da sua penetração em todas as esferas da vida social, por meio dos rituais, comemorações ou estátuas que visaram a construção de uma memória *nacional*. Esta conjugou-se com a intervenção das elites que fizeram da nação um referente e um objecto privilegiado do seu discurso. Ou, no caso das minorias inseridas em estados, que quiseram construir uma entidade política autónoma, através da acção de movimentos que visaram criar identidades culturais ou mesmo entidades políticas, movimentos que viveram — e vivem — do confronto com a identidade difundida por esses mesmos estados[57].

5. *A importância dos vínculos nacionais*

Ainda antes de entrarmos na consideração do caso português, há uma questão crucial que ainda não se referiu, mas que já estaremos agora em condições de abordar, embora de passagem. Ela está presente na panorâmica dos conflitos que começámos por apresentar. A persistência e carácter violento destes colocam interrogações. A morte por uma causa nacional — ou pela pátria —, associada ou não a outras motivações, é presumivelmente a principal fonte de sacrifico de vidas humanas nos últimos séculos. Porquê morrer e matar por uma identidade supra-individual que transcende os grupos sociais — famílias, clas-

[56] Essa identidade naturalizada foi alvo de um estudo antropológico recente, para a Checoslováquia pós-comunista, por Ladislav Holy. É um trabalho fascinante, porque demonstra a enorme plasticidade do nacionalismo e da identidade nacional. Mostra-se aí como a fundação da Checoslováquia se fez com o recurso a símbolos checos — o monarca cristianizador S. Venceslau, as guerras que se seguiram à liquidação de Jean Hus — num estado multinacional, onde havia uma minoria alemã e os eslovacos. Como comunistas e anticomunistas foram buscar argumentos ao passado, desenvolvendo variantes do nacionalismo. Como o nacionalismo se alimenta de desequilíbrios económicos e provoca reacções em cadeia — a exaltação de um nacionalismo checo gera o nacionalismo eslovaco. Como ele se reproduz nos estereótipos do quotidiano — e não apenas ao nível da discussão histórico-filosófica dos intelectuais. Como ele é importante como identidade supra-individual. Cf. Ladislav Holy, *The Little Czech and the Great Czech Nation,* Cambridge, Cambridge University Press, 1996. Sobre o processo de nacionalização da sociedade, entendido como um processo de massificação de identidades nacionais, v. George L. Moss, *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich,* Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1975, e Eugen Weber, *Peasants into Frenchmen: the Modernization of Rural France,* Londres, Chatto and Windus, 1979. Recorde-se mais uma vez o que se disse de início sobre o *nacionalismo banal.*

[57] Sobre a construção de uma memória *nacional*, tema sobre o qual abundam relativamente as publicações, e sua ligação à problemática da identidade, v. John R. Gillis, «Memory and identity: the history of a relationship», *in* John R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 1994, pp. 3-24.

ses, localidades — que dela fazem parte? Por que é que a nação envolve sentimentos tão profundos que podem sobrepor-se a considerações como a do amor à própria vida?

Se escolhermos uma via radicalmente modernista na abordagem das nações e do nacionalismo, teremos de correlacionar a intensidade destes mesmos fenómenos com factores que tiveram lugar nos últimos dois séculos. É o que faz coerentemente Gellner, que invoca a interpretação da religião de Durkheim para entender a importância dos sentimentos nacionalistas. Se para o sociólogo francês a religião era a adoração da própria sociedade sob «forma camuflada» — Deus —, no entender de Gellner o nacionalismo surge como um autoculto social, sem disfarces, das comunidades do industrialismo, que serve para as consolidar — e como reacção ao poder de outras[58]. Para Anthony Giddens, que, de um modo genérico, pensa no nacionalismo como algo de moderno, há que entender o seu conteúdo e dimensão psicológica. Estes prendem-se com as próprias condições de existência no estado moderno (o estado-nação). Neste as tarefas rotineiras do quotidiano deixaram de estar enraizadas na tradição, e, por consequência, a *segurança ontológica* passou a assentar em bases débeis[59]. Os símbolos nacionais — uma língua comum, um conceito de território histórico, o «historicismo», visto como um sentimento de ligação com as gerações passadas — oferecerão meios de suporte dessa mesma segurança ontológica, em particular perante uma ameaça do exterior. O «nacionalismo é a sensibilidade cultural da soberania», já que o estado-nação não pode ser uma unidade *puramente* administrativa, em virtude de a própria articulação de actividades no seu seio pressupor homogeneidade cultural. Nos casos em que as unidades políticas coincidem razoavelmente com comunidades de linguagem, a convergência entre estado-nação e nacionalismo é relativamente destituída de fricções. Nos outros, o advento do estado-nação estimula nacionalismos divergentes[60].

Finalmente, a resposta para a importância (nos últimos dois séculos) dos factores ligados ao nacionalismo reside, para Isaiah Berlin, no facto de os mesmos serem a expressão de descontentamentos sociais, religiosos ou económicos e de resistência à exploração[61]. A essas revoltas distintas, o nacionalismo oferece a visão de uma sociedade — a nação — que constitui um organismo vivo, que confere aos que se pensam como seus membros uma identidade no tempo, fazendo deles membros de uma comunidade de vivos e de mortos, que habita um território e possui costumes próprios, que constitui uma grande *família*[62]. Em suma, oferece algo de securizante, portador de sentido e dotado de uma enorme plasticidade.

Penso que esta é uma interpretação que explica muito da eficácia das representações do nacionalismo e dos sentimentos que lhe estão associados e que não é incompatível com elementos das anteriores — como a ideia de *segurança ontológica* avançada por Giddens, desde que a mesma seja aplicada a contextos históricos amplos e não reservada para momentos específicos de ruptura com a tradição, como a instauração da *modernidade*

[58] Gellner, *Nations and Nationalism,* cit., pp. 56--57. Há uma obra fundamental que explorou o tópico do nacionalismo como religião na era da industrialização — George L. Moss, *op. cit.*

[59] Giddens entende por segurança ontológica o «[...] sentimento de certeza ou a confiança de que os mundos natural e social são o que aparentam, incluindo os parâmetros básicos do eu e da identidade social». Cf. A. G., *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984, p. 375.

[60] Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence,* Cambridge, Polity Press, 1985, pp. 218--221.

[61] Cf. Isaiah Berlin, «La branche ployée...», *op. cit.,* pp. 248 e segs. — para ele exprimem igualmente uma recusa do racionalismo liberal do século XIX.

[62] Isaiah Berlin, «Nacionalismo: pasado olvidado y poder presente», *op. cit.,* pp. 426-427.

a que a restringe o autor. Não se sabe, aliás, que segurança ontológica existiria num universo tido como dominado pela *tradição,* nem Giddens se alarga propriamente na caracterização desta. E também desde que se tenha em conta que tais vínculos identitários se formam processualmente ao longo do tempo, como veremos ao analisar o caso português. Aliás, todas estas interpretações têm um elemento comum, na medida em que sublinham a importância do passado nos factos relativos ao nacionalismo. Ele é parte indissociável da sua enorme capacidade de mobilização. O passado, mítico ou vivido, interpretado, recriado ou inventado, é o elemento que confere uma aura de sagrado ao que se apresenta como nacional[63].

6. O caso português

Com toda a probabilidade, Portugal é um caso com alguma singularidade em termos do desenvolvimento dos estados e das nações na Europa. É um dos primeiros estados europeus, que manteve quase ininterruptamente uma existência independente. Ao contrário dos outros, apresenta uma forte homogeneidade e expulsou ou integrou — com violência — há muitos séculos etnias minoritárias, como os mouros e os judeus.

Na era que viu a emergência plena do nacionalismo político na Europa (o século XIX), a existência de uma nação portuguesa não constituía problema, embora a sua génese fosse objecto de estudo e polémica e as elites procurassem *avivar,* em seu entender, a consciência dessa mesma existência. O principal problema que se colocava era o da sua subalternidade face aos estados europeus dominantes, que contrastaria com uma situação de apogeu anterior — predominava o sentimento de *decadência.* Por acreditarem na continuidade dessa pátria, os movimentos políticos e intelectuais visavam a sua *regeneração,* para a qual era necessário conhecer as suas raízes e história e divulgar os elementos específicos que a distinguiam das outras[64].

Os procedimentos e as ideologias dos nacionalismos portugueses são múltiplos e variados e ecoam os temas dos nacionalismos europeus[65]. Com o vintismo, estabelece-se pela primeira vez o princípio de que a soberania reside na nação[66]. Os discursos justificativos da propaganda e dos movimentos políticos liberais apoiam-se significativamente, entretanto, num discurso historicista, em que as inovações a introduzir são apresentadas como decorrendo de uma *tradição nacional,* que se teria interrompido com o absolutismo — a de uma nação formada através de um pacto entre rei e povo. Também neste

[63] Gostaria de sublinhar que não oponho propriamente passado mítico e vivido, mas tão-só distingo entre duas percepções do passado: uma que pode estar ligada à experiência individual e colectiva, outra que provém de uma representação cuja acuidade não pode ser corroborada ou desmentida. Sobre a importância constitutiva do passado na vida social, v. David Loewenthal, *The Past is a Foreign Country,* Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

[64] Sobre os tópicos *decadência* e *regeneração,* Joel Serrão, *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal,* Lisboa, Livros Horizonte, 1969, pp. 37-61.

[65] Fala-se aqui em nacionalismos para designar uma pluralidade de movimentos e manifestações políticas, muitas vezes de sentido oposto e que ocorrerão em conjunturas distintas. Talvez fosse de reter a distinção entre movimento nacional — a busca da constituição plena de uma nação — e nacionalismo, em que este se caracterizaria por se dar uma «prioridade absoluta aos valores da nação sobre todos os outros valores e interesses». Deste ponto de vista, o vintismo, por exemplo, seria talvez um *movimento nacional.* Esta distinção, bem como a definição de nacionalismo aqui transcrita, são de Miroslav Hroch — v. M. H., art. cit., p. 62.

[66] Cf. entrada «Constituição de 1822», *in* Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal,* vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963.

caso não há qualquer originalidade. Não só o chamado «tradicionalismo constitucional» esteve presente em outros discursos legitimadores da implantação de regimes liberais, como esse argumento — em que é convocada uma tradição suposta para caucionar um procedimento inovador — era bem antigo e anterior à época nacional-liberal[67]. Não constitui, aliás, qualquer surpresa esta convocação da tradição e da história. Ela é coerente com o sentido global da imaginação nacionalista, em que, como já referimos, a nação é vista como uma comunidade ininterrompida, existente há muito — em certas versões quase intemporal. Uma história *nacional* será erguida por Alexandre Herculano e nada nos diz mais da relação entre liberalismo, nacionalismo e história do que a aura que o rodeou em vida e o levou a ser sepultado num monumento tão conotado simbolicamente com os feitos *nacionais* como os Jerónimos, em conjunto com figuras emblemáticas de Quinhentos — os últimos monarcas da dinastia de Avis, Camões e Vasco da Gama.

Herculano privilegiou o Portugal medieval erguido pela aliança entre o rei e o *povo* («classe média») dos concelhos, sem feudalismo, em que via realizada a índole nacional, e do qual se propunha retirar ilações para o presente, como o municipalismo, barreira, em seu entender, contra despotismos de sinal contrário, o «oligárquico» e o «democrático». Esteve sempre ligado à defesa da agricultura, principal sector económico dessa sociedade. Escreveu romances históricos de referente medieval e procurou reconstituir uma tradição que teria sobrevivido sob a forma de «lendas e narrativas». Reuniu um conjunto de documentação básica para o estudo da história medieval portuguesa, proveniente dos cartórios das ordens religiosas extintas, os *Portugaliae Monumenta Historica*. Interessou-se pela preservação do património histórico construído. A outra grande figura do romantismo liberal — Garrett —, que chegou a ser investida no cargo tradicional de cronista-mor do reino, cultivou igualmente o romance histórico. Voltando-se para o estudo da cultura tradicional, reuniu romances da tradição popular oral no seu *Romanceiro*. Devem-se à sua iniciativa a criação de um conservatório de arte dramática, a fundação de um teatro nacional, peças de temática nacional — *Frei Luís de*

[67] Veja-se, um exemplo entre muitos, o texto de Almeida Garrett, «Carácter nacional» (1826), em que o autor, como tantos outros, defende o argumento de que nas (apócrifas) Cortes de Lamego, em que D. Afonso Henriques teria sido aclamado rei, se teria instituído o código fundamental dos Portugueses, assente na aliança entre as Cortes como representantes do povo e o rei, que não agia sem o seu concurso; esta tradição teria sido interrompida a partir D. João III, tendo a Inquisição um papel importante neste cercear da «liberdade» e da «representação popular». Cf. Luís Augusto da Costa Dias (ed.), *Obras Completas de Almeida Garrett, Obra Política, Doutrinação da Sociedade Liberal (1824-27)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 173-181. V., para toda esta problemática, António J. Silva Pereira, «Estado de direito e tradicionalismo liberal», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. II, 1978-1979, pp. 119-161. Frei António Brandão, na *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, havia dado um acolhimento muito céptico à existência das Cortes de Lamego, mito que terá tido grande aceitação durante a Restauração por se pretender que as disposições das mesmas interditavam a sucessão real à filha do rei que casasse no estrangeiro, o que havia sucedido com a mãe de Filipe II, filha de D. Manuel I, retirando assim legitimidade aos Áustrias como reis de Portugal — cf. Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Sá da Costa, 1950, pp. 101-105. V. igualmente: Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*, vol. I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, pp. 231-233; Joaquim Veríssimo Serrão, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1962, pp. 174-179. Moses I. Finley, «La constitución ancestral», in *Uso y Abuso de la Historia*, Barcelona, Crítica, 1977 (1975), pp. 45-90, mostra que o argumento de uma constituição «ancestral» atravessa períodos tão distintos como a Grécia clássica, a Inglaterra do século XVII ou os nossos dias.

Sousa (com uma alusão ao *sebastianismo*) — ou que invocariam formas dramáticas nacionais — *Um Auto de Gil Vicente*. Escreveu ainda o poema *Camões*, em que a morte do poeta coincidiria com a da «pátria» (na sequência de Alcácer Quibir)[68].

Todas estas atitudes se enquadram no romantismo nacionalista do seu tempo, que escreveu histórias nacionais, compilou tradições populares e se inspirou no passado medieval — para fazer divulgar e conhecer uma identidade nacional que, nessa perspectiva, teria estado por muito tempo esquecida[69]. As suas actividades estão de tal modo em sintonia com outras correntes do seu tempo que Oliveira Martins, que insistia noutras tradições como nacionais — a da expansão, a do absolutismo e a católica —, e não na medieval, em que Portugal não teria passado de um senhorio rebelado, afirmará que Herculano e Garrett, de modo diferenciado, tentaram «criar uma tradição nacional portuguesa» de que um dos resultados foi a implantação em Portugal de um género literário importado da Escócia, decantado das obras de Walter Scott[70].

Não oferecia dúvidas, portanto, a existência de uma nação portuguesa, embora as explicações sobre o surgimento da mesma, ou sobre as características específicas da sua «identidade», fizessem ainda correr muita tinta ao longo dos séculos XIX-XX, de acordo com a marca de nacionalismos distintos e em conflito. Basta pensar na polémica que Herculano travou a propósito do chamado «milagre de Ourique», que fazia parte de uma representação antiga de Portugal, ligada a uma visão providencialista da sua emergência que persiste ainda nas décadas finais de Oitocentos entre defensores do «miguelismo», por exemplo[71]. Mas haveria sentimentos de *nacionalidade* anteriores? Poder-se-á falar na existência de uma etnia no sentido de um Smith ou de uma nação no entendimento de um Llobera? Ou esta seria *fundamentalmente* um produto de

[68] Sobre Alexandre Herculano, v.: António José Saraiva, *Alexandre Herculano e o Liberalismo em Portugal,* Lisboa, Bertrand, 1977 (1.ª ed. 1949); Joaquim Barradas de Carvalho, *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano,* Lisboa, Seara Nova, 1971. Para uma interpretação genérica da acção de Garrett e Herculano — e, em geral, de toda a cultura romântica em Portugal — e sobre o nacionalismo, v. José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal,* Lisboa, Livros Horizonte, 1974, 7 vols. (para os elementos aqui referenciados, consultar os dois primeiros). O poema épico de Camões fora objecto na segunda década do século de uma edição luxuosa, por encargo do morgado de Mateus; por sua parte, o pintor Domingos António de Sequeira pinta o quadro *A Morte de Camões,* cuja memória é objecto de uma *missa de requiem* de João Domingos Bontempo. Cf. Alan Freeland, «The people and the poet: Portuguese national identity and the Camões tercentennary», *in* Angel Smith e Clare Mar-Molinero (eds.), *op. cit.,* pp. 53-67.

[69] V., a este respeito, Peter Burke, *A Cultura Popular na Idade Moderna, Europa, 1500-1800,* S. Paulo, Companhia das Letras, 1989 (1.ª ed. 1978), cap. 1, «A descoberta do povo». Sobre as relações entre romantismo/etnologia/filologia/nacionalismo em Portugal, Albert Silbert, «O colectivismo agrário em Portugal — história de um problema» (1960), in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista,* Lisboa, Livros Horizonte, 1972, pp. 211-297.

[70] Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo,* Lisboa, Guimarães Editores, 1953, vol. 2, pp. 329-334.

[71] A lenda de Ourique começa a formar-se desde o século XII. De acordo com a mesma, Cristo teria aparecido a Afonso Henriques e ter-lhe-ia prometido a vitória nessa batalha. A mesma lenda está ligada a uma interpretação simbólica das armas do rei, em que se vê nas mesmas a figuração de marcas da vida de Cristo: as chagas e os trinta dinheiros por que Judas o vendeu. Sobre esta lenda, que foi vista como implicando um pacto entre Deus e Portugal e uma missão providencial do país, e sua trajectória até ao século XVI, Martim de Albuquerque, *A Consciência Nacional,* cit., pp. 340-348. Foi utilizada como referente de uma identidade portuguesa na restauração — v., a mero título de exemplo, o extracto de um texto de João Pinto Ribeiro *in* Reis Torgal, *op. cit.,* p. 304. Sobre o significado da polémica oitocentista, v. Ana Isabel Buescu, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano,* Lisboa, INIC, 1987.

um nacionalismo moderno? As páginas que se seguem, que constituem uma mera sondagem em torno destas interrogações e não o resultado de uma investigação aprofundada, pretendem contribuir para a sua elucidação, à luz de alguma produção historiográfica recente.

Sempre com ponderação, José Mattoso afirma, na *Identificação de Um País,* que o fenómeno nacional é de natureza política — o estado, assente na acção da classe dominante, é o motor efectivo da dominação política. Ao longo desta sua história social do Portugal medieval, este historiador procura analisar os diversos factores que poderiam forjar um sentimento de nacionalidade: o espaço, a economia, a tecnologia, os poderes. Defende que só se poderá falar em área económica nacional com a imposição, por D. Afonso II, da sua moeda, e que a unificação linguística conhece um momento importante no reinado de D. Dinis.

A sua tentativa de compreensão da génese da nação e da nacionalidade é cautelosa para evitar anacronismos — por vezes o adjectivo *nacional*, aqui aplicado ao contexto medieval, é colocado entre «aspas». Para o autor, estes fenómenos radicam na relação entre factores económicos, sociais e ideológicos. Assinala, por exemplo, a relevância da via terrestre Guimarães-Lisboa, a que chama o «sistema nervoso» do corpo nacional, eixo vital e de consolidação, com as cidades que a pontuam, do novo estado que se deslocou para o Sul[72]. Refere a importância da definição das fronteiras, que passarão a ser praticamente as dos nossos dias com o tratado de Alcanizes no século XIII, bem como os seus efeitos. Estas permitiram «que se tornassem mais conscientes», palavras suas, «as noções de importação e exportação» e que se relacionasse «[...] com um espaço determinado a oposição entre nacional e estrangeiro, que passou a aplicar-se não só a pessoas, mas também a coisas e mesmo à moeda»[73].

Depois irá examinar se os habitantes do reino tinham consciência de pertencerem a algo que fosse diferente do seu concelho ou senhorio, no caso da maioria da população, ou se havia algo mais do que fidelidade pessoal ao rei, no caso dos nobres. Analisa o papel ideológico da Chancelaria Régia e de clérigos, como os do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Debruça-se sobre a emergência do nome *Portugal,* sinal para ele de que «[...] os notários da coroa consideravam a independência [...] como o resultado de um esforço comum e não da concessão pessoal a um chefe»[74]. Investiga os símbolos do poder, como as quinas e os castelos; aborda a noção espacial de *regnum* e a designação de «Portugueses» — o nome de um conjunto étnico — dada aos seus habitantes. Não encontrando indícios de «ideologia nacional» — palavras suas — nos escritos da cúria régia, vai encontrar a «mais clara consciência da nacionalidade», ainda são termos seus, nos clérigos e entre estes, principalmente nos protegidos de Afonso Henriques, os Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra, um dos quais escreveu que contra Afonso Henriques lutavam os de «nação estrangeira»[75].

Não lhe parece que haja algo que se assemelhe a uma «consciência nacional» da nobreza e exprime a opinião de que, para os habitantes dos concelhos, o rei continuaria a ser um senhor no sentido feudal do termo. Em suma, em sua opinião, e no período que vai até 1325, a «consciência nacional está ainda

[72] José Mattoso, *Identificação de Um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal,* vol. II, *Composição,* Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 191-194. Note-se que o espaço da via Guimarães-Lisboa abrange ainda hoje a maioria das zonas mais dinâmicas do país.

[73] Id., *ibid.,* pp. 194-195.

[74] Id., *ibid.,* pp. 198-199.

[75] Id., *ibid.,* p. 205.

numa fase muito incipiente», embora, pelo contrário, «a noção de identidade nacional», unidade política definida por um poder sobre um espaço balizado por fronteiras e os seus habitantes, esteja perfeitamente definida desde a primeira metade do século XIII. A nação existe, em sua opinião, mas a consciência da mesma estará apenas na mente de uma minoria próxima do poder, a qual constitui o seu núcleo difusor[76].

A interpretação de Mattoso está próxima das abordagens de Smith (para a etnia) e de Llobera (para a nação). Sublinharia mais uma vez, sobretudo, o facto de estes se referirem ao facto de a consciência clara de pertencer a tais entidades poder ser apenas património de uma minoria. A sua interpretação do caso português parece ajustar-se bastante ao tipo de comunidade étnica que o primeiro designa como *lateral*. Esta é composta habitualmente por aristocratas e pelo alto clero — embora possa incorporar mais esporadicamente outros, como burocratas, comerciantes ricos, militares. É *lateral* porque, estando confinada aos estratos mais elevados, estes podem formar laços estreitos com *etnias* laterais vizinhas[77]. Parece ajustar-se bastante aos primeiros períodos da formação de Portugal. Se tivermos em conta a definição de comunidade étnica de Smith — em que se incluem nome identificador, elementos culturais comuns, como a língua, memórias colectivas, ligação a um dado território, solidariedades entre um sector significativo da população, um mito de uma «ancestralidade comum» —, veremos como o reino medieval de Portugal sobretudo nos seu primeiros tempos se encontra próximo deste tipo ideal[78]. A descrição de Mattoso parece concordante com a apresentação que o mesmo Smith faz do «estado étnico aristocrático», instrumento de incorporação de outros estratos e regiões confinantes nos símbolos e valores do núcleo, que se inicia durante a reconquista[79].

Uma outra análise, a de Martim de Albuquerque, insiste na existência *gradual* de elementos constitutivos do sentimento de nacionalidade durante a 1.ª dinastia. São eles nomeadamente a acção da dinastia como catalisador do sentido da existência de uma unidade colectiva e o facto de haver uma ligação entre príncipe e conjunto étnico, aparecendo também por vezes a ideia de uma ligação entre o mesmo e a terra — Afonso Henriques intitula-se «rei portugalense» e «rei de Portugal». Surgem expressões de «amor à terra» e de Portugal como «terra viçosa». A própria palavra *nação,* inicialmente portadora de um «exclusivo *sentido*

[76] Id., *ibid.,* pp. 208-212. Maria Helena Cruz Coelho, «La génesis y afirmación del reyno de Portugal», *in* M. H. Cruz Coelho, Manuel Fernández Alvarez, Slobodan Pajovic (eds.), *Pueblos, Naciones y Estados en la Historia,* Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, pp. 11-27, está de acordo em linhas gerais com Mattoso, embora não se refira desenvolvidamente à problemática da formação da nacionalidade e antes à da constituição do reino.

[77] Smith, *National Identity,* cit., pp. 52-53.

[78] Existiam igualmente antepassados míticos do núcleo dirigente. A nobreza medieval portuguesa reivindicava-se nomeadamente de uma genealogia visigótica que seria comum a uma realeza peninsular que se reclamava da mesma origem prestigiante, ligada à tarefa da recristianização. Estas memórias míticas — com profundas similitudes com o que ocorre em outras sociedades medievais — não contarão pouco para a consolidação de identidades e solidariedades de grupo. V., a respeito de toda esta problemática, Luís Krus: *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa,* Redondo, 1994, artigos «Tempo de Godos e tempo de Mouros — as memórias da *reconquista*», «Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*», «O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII», e *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1994.

[79] Smith, *National..., cit.,* p. 55.

étnico, assume, não raro, um *sentido territorial*»[80]. Assinala igualmente o facto de se gerar um complexo emotivo ligado ao *sangue* e à *terra,* que assumiu frequentemente formas de sentimento religioso. Assistir-se-ia a uma secularização da própria ideia de cruzada-guerra santa, tão importante nos reinos ibéricos, em função de «uma quase-guerra santa na defesa do reino e da nação». A ideia de *morte pela terra* — que permitiria mesmo atingir a salvação eterna —, um tópico oriundo da antiguidade romana *(pro patria mori),* já se encontrará aqui presente[81]. Nesse sentimento de religiosidade com que se investe o país insere-se a lenda de Ourique, a existência de santos patronos do reino — primeiro S. Tiago, o evangelizador da península, depois S. Jorge, para estabelecer uma diferença face aos Castelhanos no contexto da crise aberta em 1383 —, bem como as tentativas de beatificação de Afonso Henriques, que perdurarão até ao século XVIII[82].

Outro momento privilegiado de observação da formação de sentimentos de nacionalidade reside nos tempos das grandes alterações políticas que envolveram o reino de Portugal, pelo exacerbamento que provocam ao nível da produção escrita e porque temos acesso, como é evidente através da perspectiva dos narradores, à grande incógnita dos estudos deste tema, os comportamentos populares. Fernão Lopes é a principal fonte disponível para os acontecimentos político-militares ligados ao fim da 1.ª dinastia e à instauração da dinastia de Avis com D. João I. Ora, nas suas crónicas há testemunho de um inequívoco anticastelhanismo popular, expresso na recusa dos direitos ao trono da filha de D. Fernando, casada com o rei de Castela. Enquanto a nobreza se apresenta dividida, com as suas figuras principais leais à filha do monarca, os meios «populares» — *arraia-miúda* e burgueses — recusam de todo em todo essa solução, quer em Lisboa, quer noutras localidades, onde se registaram múltiplos ataques às fortalezas fiéis a D. Leonor Teles e a sua filha e genro. É um sentimento violentamente xenófobo, que leva a massacres, como o do bispo castelhano — de *nação contrária*, diz o texto — de Lisboa ou o dos sobreviventes derrotados da batalha de Aljubarrota, verdadeiramente caçados pela população rural. Algumas expressões a que recorre na *Crónica de El-Rei D. João* — como o *amor da terra* e a *afeição natural* — para explicar adesões à causa do *Mestre de Avis* — a *causa de Portugal,* o *Evangelho português* — serão elementos definidores de sentimentos de pertença nacional[83]. O próprio

[80] Albuquerque, *op. cit.,* pp. 57-67.

[81] Id., *ibid.,* pp. 67-79. V., a este respeito, Kantorowicz, atrás citado, que é referido igualmente por Albuquerque.

[82] Albuquerque, *op. cit.,* pp. 348-352. A importância dessa busca da *sacralização* da figura real resulta de um lento processo histórico. Pois se já no século XII, perante a ameaça almóada, e em particular a partir do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Afonso Henriques era apresentado como instrumento de Deus, esta imagem confrontava-se com imagens concorrentes, em que o mesmo era apresentado como um chefe de um bando guerreiro ou como um rival dos senhores feudais, em condições de alguma humilhação (esta última imagem provinha de fontes senhoriais). Cf. José Mattoso, «As três faces de Afonso Henriques», in *Penélope,* n.º 8, 1992, pp. 25-42.

[83] Cf. Fernão Lopes, *Crónica de El-Rei D. Fernando* e *Crónica de El-Rei D. João, in* António José Saraiva, *As Crónicas de Fernão Lopes*, Lisboa, Gradiva, 1993 (3.ª ed.). V., do mesmo autor, que insiste na importância do «sentimento nacional» no cronista, *Fernão Lopes*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1965 (1.ª ed. 1953). Nesta obra, Saraiva refere que se não trata do conceito actual de nação, o qual não explicita. Por certo, na época, era vulgar na Europa que as *nações* fossem identificadas com as línguas vulgares — como sucedia nas universidades, onde se agrupavam estudantes de diversas *nações* —, as quais, de facto, não correspondem muitas vezes a entidades a que hoje conferimos tais atributos. Mas aqui, como o mencionado investigador não deixa de salientar, há uma referência a um território e a uma colectividade, a *Portugal* e aos *Portugueses,* bem como a um rei que faz parte dos mesmos.

nome do reino — *Portugal* —, bem como o aparecimento reiterado da designação colectiva de *Portugueses,* denotam uma identificação entre uma entidade social territorializada e os que dela fazem parte. Os estereótipos identitários emergem[84].

Ao longo dos séculos XV e XVI o país começa a ser concebido como uma pátria — a palavra aparece em português no século XV e vulgariza-se no seguinte —, vocábulo que acabará por inserir, na sua polissemia, o sentido de um «estado territorial nacional», no entender de Martim de Albuquerque. Ligados a essa noção continuam a ressurgir os tópicos do amor pela terra de que se é natural, algo que implica deveres, incluindo o da prova de amor supremo: a morte[85]. Opera-se uma transposição das ideias sobre a pátria celeste (o paraíso) para a pátria terrena, a terra ou o reino «[...] corpo místico como o corpo de Cristo. Assim, quem morria pela pátria alcançava a glória eterna» — noção que já se manifestara com anterioridade, como vimos[86]. Irão surgindo entretanto, no campo da produção letrada, noções que denotam uma concepção organicista da nação — um corpo de que o príncipe é cabeça —, algo que é comum na Europa desse tempo, e o país é representado como um corpo humano[87].

Na contraposição com o outro que, no caso das representações da identidade portuguesa, é em primeiro lugar o castelhano, mais forte desde o século XV com a união com a federação catalã-aragonesa e a conquista de Granada, ressalta a xenofobia, apesar de haver consciência, ao nível dos letrados, de se pertencer a uma Hispânia — e, para além dela, à cristandade —, facto sublinhado pela prática da escrita em castelhano por escritores portugueses dos séculos XVI e XVII.

Portugal havia-se, entretanto, transformado num império comercial. Tal facto foi acompanhado da construção de uma «imagem nacional» distintiva, onde ressaltava a exaltação do país e dos seus habitantes. Tal é patente na literatura, com a própria formula-

V. igualmente sobre a evolução do conceito de *nação*: Pierre Vilar, «Pueblos, naciones, estados», in *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*, Barcelona, Editorial Crítica, 1980, pp. 143-200; Martim de Albuquerque, *op. cit.*, que contempla especificamente o caso português, pp. 49, 66-67, 80-81 e 92-96. Também não vale a pena questionarmo-nos neste contexto sobre a fidedignidade do relato de Fernão Lopes, que não foi testemunha do que descreve, pois, se as expressões que utiliza podem não ser as da época, no mínimo, o seu relato descreve situações e atitudes que não suscitavam estranheza no seu tempo, o da geração posterior aos acontecimentos.

[84] A importância dos nomes é mencionada por António José Saraiva (Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 31), como o havia sido referida para um tempo anterior por Mattoso. O mesmo autor chama a atenção para alguns sinais de favor divino em relação aos portugueses que surgem na *Crónica de El-Rei D. João.* Os portugueses que seguem os reis de Castela são tidos por «desnaturados». Um comportamento manipulador é classificado como *castelhania* (*Crónica de El-Rei D. João,* cit., p. 231). Por apresentar alguma semelhança com o caso de Portugal, veja-se a importância identificatória do nome *Catalunha,* desde o período medieval, em Pierre Vilar, *La Catalogne...,* cit., p. 93; a propósito dos «estereótipos identitários», atente-se que no século XVII era já antigo o ditado «de Castela nem vento nem casamento», segundo D. Francisco Manuel de Melo, referido por Albuquerque, *op. cit.,* p. 250.

Vale a pena sublinhar que o nome da nacionalidade — território e habitantes — era um dos seus símbolos mais importantes, com a língua e o território, para o antropólogo Arnold van Gennep, que também defendia o carácter pré-moderno da mesma. Cf. Josep R. Llobera, «Anthropological approaches to he study of nationalism in Europe. The work of Van Gennep and Mauss», *in* Victoria A. Goddard, Josep R. Llobera e Cris Shore (eds.), *The Anthropology of Europe: Identities and Boundaries in Conflict,* Oxford, Berg, 1994, pp. 93-111.

[85] Sobre a evolução dos sentidos de pátria e dos sentimentos conotados com a mesma, em geral e no caso português, Albuquerque, *op. cit.,* pp. 99-162.

[86] Id., *ibid.,* pp. 113-114. Mais uma vez a referência central a este respeito são as obras de Kantorowicz já mencionadas.

[87] Albuquerque, *op. cit.,* pp. 171-194.

ção de uma epopeia, cujo maior exemplo será a obra de Camões e fará a glória deste[88]. Nessa imagem nacional inclui-se a busca de ascendentes prestigiados. Os Portugueses são identificados com os Lusitanos desde o século XV — e Portugal com a Lusitânia —, tópico que será corrente nos séculos XVII e XVIII, sem que a sua carreira tenha terminado propriamente aí[89]. Essa criação de uma origem o mais intemporal possível chega a recuar às figuras bíblicas do *Génesis,* a Túbal, neto de Noé e fundador de Setúbal. Divulgam-se os traços tidos como típicos dos Portugueses — em Portugal, como em toda a Europa ocidental, é a época de definição do chamado «carácter nacional» —, um dos quais, pelo menos, fará fortuna em discursos nacionalistas que nos são próximos: a saudade. Conferem-se aos Portugueses todas as virtudes[90]. Exalta-se a língua, cuja gramática se estuda, mormente no confronto com o castelhano, fazendo-se, inclusive, recuar a sua génese através da invenção de algumas produções, reivindicando-se o seu mais próximo parentesco com o latim, elogiando-se as suas capacidades expressivas[91].

O território é objecto de atenção. É de 1561 o primeiro mapa de Portugal — a que se seguirão outras descrições geográficas — e quase ao mesmo tempo a fronteira, por iniciativa de Espanha, transforma-se em fronteira alfandegária. Emergirá então o moderno conceito de fronteira, que une a «fronteira-zona-de-combate», a «fronteira-alfandegária» e a «fronteira-linha-de-demarcação». Refere-se a fertilidade e a riqueza do campo português, embora haja vozes discordantes, elogia-se a

[88] Deve-se a Martim de Albuquerque a descrição dessa construção de uma «imagem nacional» — um processo análogo ao que estava a suceder noutras sociedades europeias. V., a este respeito, o capítulo VI da obra que temos vindo a citar. Sobre a ideologia *d'Os Lusíadas,* que ecoam temas anteriores, António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa* (Porto, Porto, Editora, s. d., — 1.ª ed., 1955). Sobre o «ideário» *d'Os Lusíadas,* v. especialmente pp. 348-354 e, acerca da recepção das obras de Camões, com reedições sucessivas, p. 475; v., também a este respeito, Albuquerque, *op. cit.*, pp. 256-261. A «ideologia oficial» ligada à expansão e o carácter providencial dos feitos portugueses que aparecem na literatura desde Zurara — e outros lugares-comuns sobre os Portugueses, na expressão de Saraiva e Lopes, que o texto épico de Camões acolheu — são analisados em diversos momentos dos capítulos IV, VI e VIII da sua obra. Cf., também a este respeito, Hernâni Cidade, *op. cit.*, pp. 27 e segs. Luís Reis Torgal, *op. cit.*, cap. III, mostra a persistência de uma ideologia de «império» entre os letrados da Restauração, que servia de argumento legitimador da mesma e que ecoa no P.e António Vieira na profecia de um quinto império cristão realizado pelos Portugueses, povo eleito de Deus.

[89] Albuquerque, *op. cit.*, pp. 275-285. Este tópico teve um momento importante com a restauração — que vê publicar o *Viriato Trágico,* de Braz Garcia de Mascarenhas — e manter-se-á até ao século actual. Cf. Amílcar Guerra e Carlos Fabião, «Viriato: genealogia de um mito», in *Penélope,* n.º 8, 1992, pp. 9-23. Também os Franceses têm um Vercingétorix e os Alemães um Armínio, o que chega para ilustrar a «originalidade» dos tópicos nacionalistas. V., sobre as lendas de origens étnicas, Julio Caro Baroja, *De Arquetipos y Leyendas*, Madrid, Ediciones Istmo, 1991, pp. 147-152. Sobre a historiografia deste período, consultar nomeadamente: Francisco Bethencourt, «La sociogénesis del sentimiento nacional», in *Manuscrits,* n.º 8, Universitát Autónoma de Barcelona, Janeiro de 1990, pp. 24-29 (oferece uma síntese global para o período entre os séculos XVI e XVIII); Hernâni Cidade, *op. cit.*, pp. 79-105; Saraiva e Lopes, cap. XII; Diogo Ramada Curto, «Historiografia e memória», in 3.º vol. da *História de Portugal,* dir. de José Mattoso, coordenado por Joaquim Romero Magalhães (Lisboa, Círculo de Leitores, 1993), pp. 372-373.

[90] Albuquerque, *op. cit.*, pp. 285-293. Sobre as fontes da história fabulosa de Portugal, que recua à mais alta antiguidade, v. as considerações feitas para materiais de Espanha, donde provêm elementos da mesma, *in* Julio Caro Baroja, *Las Falsificaciones en la Historia,* Barcelona, Seix Barral, 1992, pp. 49-111. Busca-se a antiguidade, porque esta é fonte de prestígio, como refere Baroja.

[91] Id., *ibid.*, pp. 311-334. V. igualmente manifestações de defesa da superioridade da língua portu-

urbe, Lisboa. A paisagem é fonte de emoções, referente do amor à terra[92].

A história mais recente é mobilizada para a glorificação do reino e dos seus habitantes. A produção das elites letradas ecoa o orgulho pátrio e a propaganda de uma monarquia de que dependiam[93]. Os feitos portugueses — a expansão — são celebrados, quer como prossecução da cristianização, uma missão da Providência incumbida a Portugal, agora noutros continentes que não a península da reconquista, quer por se tratar de feitos que, segundo os que os celebravam, emulavam os dos heróis da Antiguidade — como sucede n'*Os Lusíadas* de Camões[94]. Todas estas manifestações denotam um forte orgulho etnocêntrico que persiste sob a monarquia dual e será verosimilmente exacerbado com a Restauração[95]. Durante os reinados portugueses dos Áustrias manifestou-se um sentimento popular anticastelhano e terá funcionado «[...] mais nuns estratos do que noutros o sentimento de uma comunidade política, ou seja, de que Portugal constituía uma *comunidade perfeita*, isto é, capaz de viver sobre si, quer essa comunidade se entenda, em termos gentilícios, como uma *natio*, quer, em termos dinásticos, como um *regnum*. Sentimento aprofundado pelas reflexões decorrentes da incorporação de Portugal na monarquia católica[96].»

É no contexto do anticastelhanismo que se deve inserir toda a problemática do sebastianismo — a crença de que D. Sebastião não havia morrido em Marrocos, se encontrava oculto e havia de regressar. Esta crença messiânica, cujo tema — o do rei ou senhor escondido que um dia há-de voltar — era antigo, ressurge com particular intensidade durante a monarquia dual, e nomeadamente por parte dos que recusaram a ascensão ao trono de Portugal por Filipe II[97]. De tal modo que um dos maiores propagandistas da Res-

guesa, interpretadas como sintoma de resistência ao castelhano, em A. J. Saraiva e O. Lopes, *op. cit.*, por exemplo, pp. 268-269, 423 e 475. No mesmo sentido Hernâni Cidade, *op. cit.*, pp. 32 e segs. Este interesse pela língua vernácula era comum nos meios letrados humanistas da época.

[92] Id., *ibid.*, pp. 293-311. Recordem-se as referências anteriores à importância da «territorialização da memória» na génese das nações e dos nacionalismos. Cf., de um modo geral, sobre o espaço de Portugal e as preocupações com o mesmo no século XVI e começos do seguinte, bem como a ligação entre os esforços no sentido do conhecimento do território e a preocupação com a «identidade portuguesa» (e o anticastelhanismo), Joaquim Romero Magalhães, «O enquadramento do espaço nacional», *in* José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 3.º vol., cit., pp. 13-59. Sobre o conhecimento do país e dos seus habitantes — através de mapas, corografias, viagens, dicionários geográficos, censos — entre os séculos XVI e XIX, v. Bethencourt, art. cit., pp. 29-34.

[93] Sobre a «consagração» da monarquia através da sua ligação aos descobrimentos, consultar Diogo Ramada Curto, «Historiografia e memória», *op. cit.*, pp. 365-373. Paulo Pereira, *ibid.*, «A conjuntura artística e as mudanças de gosto», pp. 423-467, analisa o complexo simbólico que rodeia D. Manuel e o sentido propagandístico do manuelino. Muito significativamente refere que este rei financia a reconstrução dos túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, reclamando também de certo modo para si o milagre de Ourique, ao mandar bater moeda nova (os «portugueses») com o dístico, numa das faces, *In hoc signo vinces* (p. 436).

[94] Albuquerque, *op. cit.*, pp. 356-373.

[95] António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 475. V. igualmente, de modo global, Cidade, *op. cit.*

[96] Cf. Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, «A identidade portuguesa», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, 4.º vol., coord. por António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 19-37. A citação é da p. 29.

[97] O tema do rei «oculto» já era antigo no messianismo na Europa — com o imperador Frederico Barba Ruiva, por exemplo, e é anterior em Portugal, como *encoberto* (com o Bandarra), a D. Sebastião. V., de um modo geral, Norman Cohn, *Les fanatiques de l'Apocalypse*, Paris, Julliard, 1962, e, para o sebastianismo e transferências das profecias para D. João IV, bem como sobre a relação entre a Providência e Portugal, J. Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947 (2.ª ed.).

tauração, que nela vê a intervenção da providência divina, combaterá o sebastianismo, defendendo a encarnação das profecias em D. João IV[98].

Conhecemos muito melhor, por que deixaram traço na historiografia, no discurso político, nos sermões, na literatura, erudita ou de *cordel,* os elementos oriundos de meios mais ou menos letrados do que o comportamento dos actores sociais, em especial os dos meios populares. Estes últimos eram, aliás, destinatários dos sermões e das profecias, sem que a eles se limitassem os mesmos. Porém, algum estudo feito sobre a época não deixa de assinalar a existência de um anticastelhanismo popular, xenófobo, sem o qual se torna difícil explicar o sucesso de uma luta que dura décadas e impõe pesados sacrifícios, em pessoas e bens, aos que tiveram de a suportar. Se houve nobres e letrados que seguiram o partido dos Áustrias, estes não tiveram adesão entre as classes populares[99].

Em princípios do século XIX, Portugal é de novo ocupado por um exército estrangeiro. Curiosamente, a colaboração com o ocupante virá de membros das classes dominantes — aristocracia, burguesia, algum alto clero, magistratura. E alguns esperavam que dela resultassem reformas tidas por indispensáveis. Estes tiveram de enfrentar uma violentíssima reacção popular, que suspeitava dos «afrancesados» — sempre membros de qualquer segmento de elite —, dos que imaginava traidores, os quais se atreveu a perseguir, liquidando por vezes mesmo os que lhe caíram nas mãos. Não deixa de ser interessante frisar que alguns desses levantamentos foram desencadeados quando se tocou nos símbolos dessa comunidade imaginada que é a nação: a bandeira e as armas de Portugal (que haviam sido

[98] Esse propagandista é o P.e António Vieira. Mas estava longe de estar só: um comandante militar da época da Restauração, por exemplo, que achava que o Bandarra a profetizara, mandará construir um túmulo do profeta. V., a este respeito, Lúcio de Azevedo, *op. cit.,* pp. 70 e segs. O jesuíta retomará também, como muitos outros, o tópico do milagre de Ourique — que teria servido para formar a auréola de Portugal como «povo eleito» no século XVII, segundo Cidade, *op. cit.,* pp. 162-169 — e chegará mesmo a apresentar Portugal como um novo Israel. V., a este respeito, António José Saraiva, «O pregador, Deus e o seu povo na Bahia em 1640: estudo do *Sermão pela Vitória de Nossas Armas contra os Holandeses*», *in* António José Saraiva, *O Discurso Engenhoso: Ensaios sobre Vieira,* Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 111-137. Neste estudo Saraiva não deixa de chamar a atenção de que está subjacente ao sermão a noção de Portugal como «nação» no sentido de «comunidade étnica, definida pelos laços de sangue» — são palavras suas —, e de o sentimento de estrutura «nacional» ser então especialmente forte no Brasil, dominado por portugueses, e estar na base da extraordinária homogeneidade cultural de um território tão vasto.

[99] V. o testemunho coevo de D. Francisco Manuel de Melo, em que os levantamentos antifiscais de Évora — e Alentejo — surgem também como motins contra o estrangeiro. Atente-se no papel atribuído a membros do clero no fomento do anticastelhanismo que aponta para a necessidade de se avaliar a actuação da Igreja na formação de sentimentos de pertença nacional. Cf. Joel Serrão (ed.), D. Francisco Manuel de Melo, *Alterações de Évora-1637,* Lisboa, Portugália, 1967 — e o seu estudo introdutório. Luís Reis Torgal, «Acerca do significado sócio-político da revolução de 1640», in *Revista de História das Ideias,* 6, «Revoltas e revoluções», 1, Coimbra, 1984, pp. 301-319, acha possível que tais movimentos exprimam um sentimento nacional, embora com segurança entenda que apenas sejam xenófobos, e assinala que os mesmos exprimem tensões em que o factor nacional não será preponderante. António de Oliveira, *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino* (1580-1640) Lisboa, Difel, 1990, debruça-se em particular sobre o carácter antifiscal dos levantamentos que têm lugar durante a união dinástica e os conflitos de poder ao nível das elites, embora não deixe de referir a «xenofobia» dos meios populares. Compreende-se alguma prudência dos autores para tratarem um tópico contaminado pelo discurso nacionalista, aliás muito bem analisado por Torgal, «Ideologia política...», *op. cit.,* pp. 4-36. Mas é necessário explicar uma *xenofobia* que se apresenta como factor explicativo.

dadas por Deus de acordo com a lenda de Ourique). Os levantamentos reflectem fortes ressentimentos sociais — contra os dominantes, ou pura e simplesmente contra agentes do aparelho de estado tidos por «colaboracionistas», também distintos socialmente dos «populares» que os perseguiam. Ressentimentos em que ressurge algumas vezes um anti-semitismo, que já se manifestara, de acordo com o relato de Fernão Lopes, no decurso da crise desencadeada com a morte de D. Fernando, associado — talvez como então — à defesa da identidade religiosa, pois os Franceses seriam hereges e Napoleão o Anticristo. A crença messiânica sebástica ainda tinha na época seguidores — e teve-os posteriormente[100].

Todavia, este momento já não coloca as questões de interpretação dos tempos anteriores. Já se vê nestas manifestações um conteúdo *nacionalista*. Mas o que teria mudado entretanto, sobretudo nos meios populares, em relação a épocas passadas, já que parte das elites poderia identificar-se com as linguagens modernas da nação e do nacionalismo? Mas só parte destas, como será patente na guerra civil entre liberais e miguelistas e na própria polémica em torno do chamado milagre de Ourique, que já mencionámos. Aí se encontram concepções contrapostas da *nação* e da *identidade nacional*.

Com a construção de um estado moderno, o (lento) desenvolvimento do sistema escolar público, a unificação cultural que segue a maior abertura e unificação dos espaços social e económico, com a própria luta política, as concepções nacionalistas definidas a partir do poder de estado — e na luta pelo mesmo — conhecem uma maior difusão. Mas este é um momento que suscita menos polémica entre os investigadores, já que se aceita pacificamente a vigência de sentimentos *nacionais*, embora a análise das ideologias ou das práticas de propaganda nacionalistas esteja longe de ser um guia seguro para a compreensão dos vínculos de identidade e das representações da maioria.

[100] Há uma forte continuidade de tópicos, que ressurgem contra os Franceses, provenientes de várias fontes, por vezes do período medieval, e que já se articulam nos séculos XVI-XVII — crença sebástica, a reactivação da lenda de Ourique, a própria importância da religião na «identidade portuguesa», etc. O texto de Fernão Lopes a que se faz referência é a *Crónica de El-Rei D. João*, cit. — o cronista alude a tentativas de saque da Judiaria de Lisboa aquando da morte do conde de Andeiro e refere a condição de «cismáticos» dos Castelhanos, pois estes estavam ligados à obediência papal de Avinhão. Quanto aos levantamentos contra os Franceses, não se pode inferir deste resumo o carácter homogéneo dos mesmos, pois os brotes de anti-semitismo foram localizados (em zonas de maior densidade da persistência de populações tidas como judias, por exemplo) e o ataque aos dominantes, que indicia uma fortíssima clivagem social, manifestou-se sobretudo por questionar hieraquias tradicionais de poder e obediência — as dos notáveis ou dos agentes de estado —, só rarissimamente pondo em causa outras formas de dominação, como a propriedade. Cf. José Acúrsio das Neves, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração destes Reinos*, tomos I a V, Porto, Edições Afrontamento, s. d.; Vasco Pulido Valente, «'O povo em armas': a revolta nacional de 1808-1809», in *Análise Social*, vol. XV, 57, 1979, pp. 7-48; Ana Cristina Araújo, «Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas», in *Revista de História das Ideias*, 7, «Revoltas e revoluções», 2, Coimbra, 1985, pp. 7-90.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 43-53

A PROBLEMÁTICA DA REPRESENTAÇÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO

*Eduardo Brito Henriques**

1. Os limites da representação

A discussão a respeito da linguagem e das relações entre a realidade, o discurso e os textos permaneceu até há bem pouco tempo um assunto quase exclusivo do debate filosófico e linguístico-literário. Fora destes círculos, reconhecidamente restritos, não era assunto que merecesse grande atenção e o eventual interesse de autores provenientes de outras áreas académicas por estas temáticas era normalmente visto como uma extravagância merecedora de pouco crédito.

Hoje a situação é já, sob muitos aspectos, diferente. É certo que não se pode afirmar que o debate sobre estas matérias tenha atingido nas outras ciências sociais e humanas um grau de profundidade e uma amplitude comparáveis aos que alcançou na filosofia ou nos estudos literários. As especificidades das diversas disciplinas, mormente a sua maior ou menor propensão para os debates de natureza teórica, explicam que este tipo de discussão tenha penetrado e frutificado com uma facilidade variável em cada uma delas. Em todo o caso, a verdade é que a problemática da linguagem tem vindo a ganhar nos últimos anos uma posição de crescente relevo no conjunto dos temas de reflexão das ciências sociais e humanas, podendo ser hoje considerada inclusivamente, sem grande risco de exagero, um dos assuntos de ordem teórico-epistemológica mais candentes e transdisciplinares[1].

Na origem deste súbito e generalizado despertar das ciências sociais e humanas para os problemas da linguagem encontra-se aquilo que tem sido descrito, sem a conotação necessariamente negativa que a designação pode à primeira vista parecer encerrar, como uma «crise de representação» vivida e partilhada pela generalidade das humanidades. Um fenó-

* Centro de Estudos Geográficos e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa.

[1] Sobre os impactes das novas preocupações com a linguagem em outras áreas científicas, v., por exemplo, as sínteses apresentadas por M. Dear (1988), T. Barnes e J. Duncan (1992) ou P. Marden (1992). Convém igualmente consultar M. Foucault (1966), autor que pela primeira vez em estudo polémico identificou a tendência para as humanidades se organizarem em torno e a partir da linguística e estudos afins.

meno que corresponde no essencial ao avolumar das dúvidas sobre a natureza das relações que se estabelecem (ou que é possível estabelecer) entre a realidade e as suas representações, os objectos e as respectivas imagens, e à tendência para a formação de um consenso cada vez mais alargado em torno da ideia de que muito provavelmente a correspondência entre uns e os outros não será tão pacífica, linear e transparente quanto as concepções do problema mais tradicionais faziam crer.

O desenvolvimento das teorias literárias pós-estruturalistas desempenhou um papel fundamental neste processo. Foi nas áreas da linguística, da semiótica e da crítica literária, com autores como J. Derrida, J. Lacan e R. Barthes (nomeadamente o dito «segundo Barthes»), que estas questões primeiro emergiram e conheceram um amadurecimento mais rápido e profundo. Ao sublinharem o peso das condições contextuais na produção dos textos e na própria formação dos significados, as teorias literárias pós-estruturalistas mais não vieram fazer do que demonstrar que aqueles (e quem diz os textos diz também as imagens e as teorias...), longe de poderem ser vistos como meras cópias ou reproduções da realidade a que se referem, deviam ser entendidos antes como produtos da criação humana, concebidos em conformidade ou à luz de um dado quadro de referência. Tratava-se de admitir, por outras palavras, que os discursos e as representações dizem quase tanto sobre os valores, as crenças e as intenções das comunidades que os produzem como da realidade exterior que supostamente descrevem ou narram.

Mas o problema da representação, tal como é hoje equacionado no seio das ciências sociais e humanas, encerra ainda uma outra questão. Aquilo que tem estado em causa não é só o modo como se entende a relação entre a realidade e o discurso. Não se trata, portanto, apenas de rever os pontos de vista a respeito desta matéria de acordo com os ensinamentos entretanto produzidos pelas teorias literárias pós-estruturalistas. Para além disso, (res)surge também a dúvida de saber se será ou não possível aceder ao próprio conhecimento da realidade em si, ou seja, para além e independentemente da sua figuração nos discursos.

Muitos daqueles que recentemente se viram envolvidos neste debate têm revelado proximidade face às posições originariamente preconizadas por F. Nietzsche e, também em parte, na obra mais tardia de L. Wittgenstein, onde se problematizam as relações entre a linguagem e o conhecimento e se sublinham as limitações que aquela impõe ao próprio saber, reduzindo-o ao campo do dizível. De entre as influências e heranças mais visíveis do pensamento destes dois filósofos na polémica actualmente gerada no domínio da epistemologia ressalta sobretudo a crítica de Nietzsche ao mito do dado e o consequente reconhecimento de que todo o saber, mesmo aquele que se funda na pretensa objectividade dos factos e supostamente os traduz com a máxima fidelidade, não passa, em última análise, de um produto social[2].

A célebre afirmação de rebeldia de Nietzsche relativamente ao positivismo em *A Vontade de Poder* — «Contra o positivismo [...] eu diria: não, factos é precisamente o que não há, apenas há interpretações» (Nietzsche, 1883--1888, cit. por West, 1992, 21) — sintetiza bem o sentido da posição antifundacionalista deste filósofo alemão, secundada em datas mais recentes por muitos outros, originários sobretudo da chamada filosofia pós-moderna americana. O que nela se defende não é, como faz o idealismo, a negação da existência de um mundo externo independente da consciência pensante e da própria experiência sensorial. O que aqui se coloca em causa é, em vez disso,

[2] Sobre o papel de Nietzsche na filosofia contemporânea e, em particular, na filosofia das ciências, v. C. West (1992).

a possibilidade de ser solucionada a separação entre sujeito e objecto e de se chegar à apreensão das estruturas objectivas da própria realidade. Aquilo que Nietzsche sugeria e sustentava não era mais, em suma, do que a impossibilidade de se proceder a uma observação absolutamente isenta, considerando, pelo contrário, que qualquer forma de olhar — para já não falar das conclusões que se tiram das observações — seria sempre orientada por um quadro teórico de referência ou de partida[3]. A prova tornava-se, neste sentido, uma categoria intrateórica — quer dizer, com valor e significado apenas num dado sistema de referência ou face a determinado pressuposto —, deixando assim a realidade de poder ser entendida como a última instância de recurso na validação do saber[4].

Só à luz deste tipo de posições filosóficas, ou teórico-epistemológicas, é possível entender cabalmente muitas das recentes tensões observadas no seio das ciências, especialmente das ciências sociais e humanas, bem como algumas das suas actuais orientações. Só num contexto de crescente reconhecimento das limitações do discurso científico, nomeadamente de descrença quanto ao facto de este constituir a verdadeira e única representação da própria realidade em si e de possuir por isso uma superioridade absoluta e indisputável por qualquer outra forma de representação do mundo, é possível entender, por exemplo, os exercícios auto-exegéticos em que se lançaram muitas disciplinas (com destaque para a antropologia), ou a forma como a história se revê hoje e se posiciona face não só ao passado propriamente dito como também a outras modalidades (não científicas) de narração histórica.

2. *Os discursos geográficos tradicionais, ou a tranquilizante convicção na possibilidade da representação mimética*

Os ecos das posições filosóficas acima enunciadas começaram a fazer-se sentir na geografia (humana), com alguma nitidez, em finais dos anos 80. Desde então, a atenção dispensada pelos geógrafos às questões da representação e da relação entre o discurso e a realidade tem vindo a aumentar, como, aliás, pode facilmente concluir-se do conteúdo dos artigos publicados em certas revistas mais vocacionadas para a inovação de natureza teórico-epistemológica, como a *Progress in Human Geography*, a série D da *Environment and Planning* ou as *Transactions* do Instituto dos Geógrafos Britânicos.

Não se pode dizer, apesar disso, que estas questões constituam já hoje um tema de discussão corrente entre os geógrafos. Pelo contrário: fora dos círculos limitados, mais especializados, da discussão puramente académica ou teórica, este é um assunto ainda pouco familiar e, em certa medida, mesmo

[3] A. Bailly *et al.* (1995, 52) explicitaram recentemente esta ideia nos seguintes termos: «Não existe o facto primeiro, o facto bruto, independente do observador e das suas pré-concepções. O 'facto' é o resultado de uma leitura da realidade por uma pessoa que 'observa' através dos seus sentidos, dos seus instrumentos estatísticos, da sua cultura, das suas ideias, da sua 'visão' *a priori* do fenómeno [...] O facto é, portanto, construído a partir de uma percepção do real e de uma filtragem cultural e teórica.»

[4] Recorde-se que esta mesma ideia foi defendida por T. Kuhn (1962) no seu polémico ensaio sobre a história e o pensamento das ciências naturais. Reconhecendo a impossibilidade da *verificação* dos enunciados teóricos, Kuhn (1962) argumentou que o processo de aceitação de uma teoria podia ser visto em termos de concordância com aquilo que designou por *paradigma,* ou seja, do seu maior ou menor ajustamento aos princípios metodológicos e aos pressupostos teóricos que a comunidade científica partilhava e admitia como válidos em cada momento.

incómodo, o que pode ser explicado pelo facto de a crença na possibilidade da representação mimética estar profundamente enraizada na geografia, atravessando as mais diversas práticas de investigação.

J. Duncan e D. Ley (1993) chamaram a atenção para este aspecto na introdução do interessantíssimo livro que organizaram a respeito da problemática da representação em geografia e onde elaboraram uma síntese original das diversas sensibilidades que sobre esta matéria se foram definindo no seio da investigação geográfica anglo-saxónica ao longo deste século. Contra a visão mais convencional e difundida da história da geografia, à luz da qual se tende a privilegiar as diferenças sobre as semelhanças, aqueles autores sustentaram que, apesar das evidentes divergências, havia uma unidade na forma como a geografia cultural tradicional, dita da escola de Berkeley[5], e a nova geografia viam o discurso científico, sugerindo que em ambas dominava aquilo que designaram por uma «teoria mimética da representação» — a ideia, em suma, de que a observação e a teorização científica permitiam uma reprodução fiel das estruturas da realidade.

Podemos, todavia, levar mais longe as constatações de Duncan e Ley (1993). A prevalência desta concepção mimética do discurso geográfico detecta-se já muito antes do possibilismo e prolonga-se ainda para lá da nova geografia. É uma ideia que percorre quase toda a história do pensamento geográfico, especialmente da geografia moderna (pós-humboldtiana), e se encontra já simbolicamente inscrita na própria designação da disciplina: «*descrição* da Terra».

Entre A. von Humboldt e os geógrafos possibilistas, passando pelos exploradores das sociedades de geografia do século XIX, é possível encontrar uma clara continuidade, cujo traço essencial reside na confiança acima de qualquer suspeita depositada na observação. É disso elucidativo o modo como a pesquisa geográfica, seguindo a tradição iniciada pelos naturalistas no iluminismo, se fundou quase exclusivamente ao longo de todo este período sobre o trabalho de campo — o fascínio das expedições! — e na ideia de que a apreensão da realidade pela experiência, ou seja, pela observação, não se encontrava afectada por nenhuma forma de raciocínio apriorístico. Para além disso, esteve-lhe sempre subjacente ao longo de todo este período, mas de modo mais explícito no possibilismo, a ideia de que, através do aperfeiçoamento da escrita, do desenvolvimento das técnicas de representação cartográfica, da fotografia — uma paixão que muitos geógrafos souberam cultivar com talento... — e, embora menos frequentemente, do desenho, o geógrafo conseguiria a proeza de reproduzir fielmente as características do próprio facto observado, dilucidando ao mesmo tempo as relações que os olhares não treinados jamais conseguiriam descortinar.

Com a afirmação da nova geografia os estudos geográficos perdem na retórica, na forma de expressão, muito do colorido das monografias tradicionais. Sob o imperativo da objectividade e do rigor científico, a prosa torna-se, na generalidade, mais seca. Ao mesmo tempo que perde vigor o enfoque ecológico, diminui o peso das formas da representação da paisagem entre as ilustrações (fotografias, *croquis*, etc.). Mas os gráficos e os mapas temáticos tornam-se, em contrapartida, mais comuns, diversificam-se e sofisticam-se. Operam-se, além disso, mudanças ainda mais profundas aos níveis da metodologia e dos próprios objectivos da investigação. No mesmo esforço de rigor, a observação qualitativa cede o lugar ao inquérito e à recolha de dados quantificáveis. E é igualmente com esse intuito, procurando seguir o modelo da economia, suposta-

[5] A geografia cultural da escola de Berkeley, de que C. Sauer foi o fundador e o mais influente representante, constituiu, de certa forma, a «homóloga» do possibilismo na geografia anglo-saxónica.

mente a mais «científica» de todas as ciências sociais, à qual pretendia aparentar-se, que a geografia humana descobre então na linguagem matemática a [ilusão(?) da] possibilidade da descrição perfeita dos fenómenos e da determinação das causas e das leis gerais que os regem.

As alterações introduzidas com a nova geografia não vieram, contudo, modificar as concepções fundamentais da relação ciência/discurso/realidade. Embora utilizando novos recursos, instrumentos e práticas, a observação, a pesquisa empírica, continuou no centro da investigação, considerada uma via absolutamente insuspeita na superação do fosso entre a consciência pensante e o mundo exterior. A tradição do trabalho de campo como base ou fundamento de qualquer pesquisa geográfica que se pretendesse séria não se perdeu, apenas se actualizou. E manteve-se de igual modo inabalável a ideia de que por intermédio do discurso dos geógrafos, e apenas por intermédio deste, seria possível aceder à compreensão da realidade geográfica em si.

Nem mesmo em datas mais recentes a irrupção do subjectivo e do psiquismo nos estudos geográficos com a geografia da percepção, não obstante as evidentes transformações que produziu no plano dos interesses e dos objectivos da pesquisa, constituiu um factor de ruptura naquele tipo de concepções basilares. Mas, bem vistos os factos, talvez outra coisa não fosse sequer de esperar, atendendo a que muitos dos autores que mais contribuíram para o desenvolvimento desta linha de pesquisa derivaram justamente da nova geografia.

Colocada a questão em termos muito simples, podemos considerar que o projecto científico da geografia da percepção consistia basicamente na determinação do modo como os indivíduos (os não geógrafos) percebiam a realidade geográfica, ou seja, na identificação das deformações que as suas representações mentais apresentavam e na descoberta das causas de tais distorções. Tudo isto partia, portanto, do princípio da existência de diversas formas de representação do espaço geográfico. Mas partia também do pressuposto de que, de entre elas, só uma, a obtida segundo a abstracção matemática (a cartografia) e os critérios da prática científica, podia ser tomada como certa, normativa e referencial, pois só essa conseguia reproduzir fielmente a realidade, aliás tão fielmente que ela mesma era tomada como a própria realidade...

O influente trabalho de P. Gould e R. White (1974) sobre os mapas mentais revela bem esta postura ao assentar naquilo que pode ser visto afinal, simplesmente, como uma comparação entre a realidade descrita pela cartografia, que supostamente é a própria realidade, e a forma como esta era percebida pelos indivíduos inquiridos. Mais recentemente, foi ainda este raciocínio dualista, assente na oposição entre um «espaço real ou verdadeiro» (o espaço geográfico, ou, dizendo ainda melhor, o espaço dos geógrafos) e um «espaço imaginado ou falso» (o espaço percebido, ou, mais correctamente, o espaço percebido pelos não geógrafos), que levou, por exemplo, A. Garcia Ballesteros e J. Bosque Sendrá (1989) a analisarem, para o caso de Segóvia, as diferenças entre as «distâncias reais» e as «distâncias percebidas», ou A. Esteves (no prelo) a estudar, para o caso de Lisboa, as dissemelhanças entre a geografia do crime (segundo os dados estatísticos) e a percepção dos espaços de risco.

3. *A investigação geográfica contemporânea, entre a crítica dos «realismos ingénuos» e o desafio da interpretação*

As novas orientações que têm vindo a desenhar-se na pesquisa geográfica desde meados dos anos 80 podem ser sistematizadas, por

comodidade e para facilitar a exposição, em dois grupos fundamentais: (*i*) os estudos realizados à luz da proposta filosófica e metodológica do realismo transcendental, cujo principal mentor tem sido o filósofo britânico contemporâneo R. Bhaskar e que na comunidade geográfica teve em A. Sayer o seu mais importante difusor[6]; (*ii*) os trabalhos nos quais é mais forte e visível a influência dos filósofos convencionalistas e antifundacionalistas (F. Nietzsche, M. Foucault, R. Rorty, etc.) e dos teóricos contemporâneos da crítica literária.

É, obviamente, um pouco forçado apresentar estas duas sensibilidades como corpos distintos e bem demarcados, já que entre as duas linhas de reflexão existem certos pontos de contacto. Com efeito, tanto uma como a outra revelam a mesma atitude crítica face ao que designam por «realismos ingénuos» e nos quais podem incluir-se as formas tradicionais do saber geográfico. Ambas admitem a existência de uma realidade exterior, mas ambas estão certas também de que o acesso às estruturas dessa realidade não é tão simples quanto pretendiam as soluções empiricistas da pesquisa geográfica tradicional. É bem conhecida a crítica que o realismo lança, a este respeito, sobre o positivismo, acusando-o de confundir o real com o empírico, a experiência com os factos e estes com os mecanismos. É aqui, porém, que as duas orientações identificadas inicialmente se separam: enquanto a geografia realista admite que por intermédio de uma outra metodologia, assente na abstracção, é possível identificar as estruturas fixas da realidade e dilucidar os mecanismos que modelam as suas formas concretas, a outra linha de pesquisa vê com maior cepticismo a possibilidade de se ultrapassar o plano da representação e captar o verdadeiro sentido do mundo.

Numa análise mais detalhada, contudo, podem distinguir-se ainda no seio desta última atitude, segundo J. Duncan e D. Ley (1993), duas posições que apresentam algumas dissemelhanças: a abordagem pós-modernista e a hermenêutica ou interpretativa.

3.1. Geografia da pós-modernidade e pós-modernismo em geografia

O qualificativo de «pós-moderno» e outros termos afins, como «pós-modernidade» ou «pós-modernismo», adquiriram nos últimos anos uma ampla divulgação, tendo-se tornado de uso comum nos mais variados contextos. Acompanhando esta tendência geral, também os geógrafos acabaram por internalizá-los no seu discurso, apesar de subsistirem dúvidas quanto à existência de um consenso ou de um claro entendimento sobre o que efectivamente se pretende significar com o emprego de cada um destes conceitos, tanto mais que, na verdade, falar de pós-modernidade e pós-modernismo não é rigorosamente o mesmo.

A pós-modernidade, em primeiro lugar, tem uma dimensão histórica, sócio-cultural, contextual, se se quiser. Surge e só tem sentido como conceito no âmbito de uma leitura integrada e articuladora das muitas transformações que têm vindo a operar-se na esfera da economia, da política, da sociedade e da cultura ao longo deste final do século XX. A pós-modernidade diz, assim, respeito a todas essas mudanças, entendidas como interdependentes, da emergência de novos modelos de família à legitimação dos valores hedonistas e

[6] Sobre a filosofia, os princípios teóricos e a metodologia da geografia realista, leia-se, por exemplo, A. Sayer (1985); em língua portuguesa, pode consultar-se J. M. Malheiros (1996), em cuja introdução se faz uma breve apresentação desta corrente do pensamento geográfico, ou M. Vale (1995), a propósito das suas incidências na geografia económica. Como exemplo da aplicação dos princípios da geografia realista em estudos de geógrafos portugueses, v. também C. N. Silva (1995).

do individualismo, do consumo das imagens ao desenvolvimento dos serviços intensivos em informação, da apologia do estado minimal à produção flexível, da mundialização à crise/obsolescência do sindicalismo, etc., e que, na globalidade, acabam por dar forma ao que pode ser visto como o dealbar de um novo modelo societal e de cultura, distinto do da modernidade e baseado também em novas formas de organização da produção e do consumo[7].

O pós-modernismo, por seu turno, corresponde ao que pode ser descrito como o reflexo da pós-modernidade no pensamento, no saber, nas artes e nas formas de comunicação em geral. O pós-modernismo é, portanto, essencialmente, um estilo, uma sensibilidade e uma atitude, cujas incidências se manifestam nos mais variados campos, do cinema à arquitectura, da literatura à filosofia. Enquanto estilo, caracteriza-o o gosto pelo ornamentalismo, pelos aspectos da retórica e da forma e um certo pendor ecléctico que tende a misturar, sobrepor e conciliar referências que se diriam provenientes de universos distintos; enquanto atitude e sensibilidade, a atenção pela diferença e pelo pormenor, mesmo por aquilo que poderá ser visto como supérfluo e fragmentário, e a descrença nas grandes explicações e na racionalidade moderna (v., por exemplo, Dear, 1988; Harvey, 1989; Lagopoulos, 1993; entre outros).

Os reflexos da condição pós-moderna nos estudos geográficos fazem-se sentir a dois níveis distintos, como observaram pertinentemente P. Cloke, C. Philo e D. Sadler (1991) na excelente síntese de actualização que publicaram sobre os mais recentes debates teóricos da geografia humana: ao nível do objecto de estudo, por um lado, e ao nível da atitude privilegiada na análise e da forma como se pensa o próprio saber geográfico, por outro lado. A estas duas talvez pudéssemos acrescentar ainda uma terceira incidência, esta de natureza mais formal, no plano do estilo e da linguagem, de que o uso cada vez mais corrente das imagens figuradas, da ironia e dos jogos de palavras nos textos académico-científicos é, provavelmente, o melhor exemplo.

Como exemplificação daquele primeiro tipo de incidência podemos referir os diversos trabalhos que têm vindo a ser produzidos desde finais dos anos 80 a respeito dos reflexos territoriais da pós-modernidade, ou, dito por outras palavras, das geografias pós-modernas em emergência. É esse o caso da célebre obra de D. Harvey (1989), à qual se deve a consagração definitiva da problemática da pós-modernidade entre os geógrafos, da análise de Los Angeles que E. Soja (1989) desenvolveu justamente como exemplo de uma configuração territorial pós-moderna e, entre nós, marcando a introdução desta problemática na geografia portuguesa, a breve mas rica e muito sugestiva reflexão de T. B. Salgueiro (1991) a propósito dos efeitos da compressão espácio-temporal na experiência do espaço e das distâncias e na organização do território.

Mas estes, como muitos outros estudos sobre os aspectos territoriais associados à pós-modernidade, não partem necessariamente, do ponto de vista da filosofia da ciência, de uma atitude pós-moderna, desenvolvendo-se antes, na maior parte dos casos, a partir de outras perspectivas/abordagens. Harvey (1990), por exemplo, analisa a condição da pós-modernidade, na sua mais vasta amplitu-

[7] Um dos pontos mais polémicos desta discussão reside em saber como se articula a modernidade e a pós-modernidade e que factores terão levado à mudança. As opiniões dividem-se entre os que defendem a ideia da ruptura e os que privilegiam a tese de uma continuidade evolutiva entre modernidade e pós-modernidade. Por isso, alguns autores, como M. Augé (1992), este num belíssimo ensaio que, apesar de não ter sido produzido no seio da geografia, é em todo o caso uma brilhante reflexão geográfica e merece uma leitura atenta dos geógrafos, têm preferido o termo *sobremodernidade*.

de, dos aspectos societais e da cultura ao território, com base num quadro mental e teórico que na essência se mantém materialista (a herança da geografia radical...), tudo fazendo remontar, em última instância, às transformações ocorridas no capitalismo. Por isso, e para retomarmos o tema central deste artigo, também assim se explica que não seja entre os estudos sobre os reflexos geográficos da pós-modernidade, mas entre os trabalhos influenciados filosófica e teoricamente pelo pós-modernismo, que se observam os desafios mais ousados ao estatuto tradicional da representação no saber geográfico.

E os desafios são aqui imensos, envolvendo uma revolução profunda, brutal, de toda a «hierarquia de verdades», segundo a expressão de D. Matless (1992), sobre a qual sempre assentou o pensamento e o discurso da geografia: ao admitir-se que a imagem não é «[...] nem significante de uma essência nem reflectora de uma realidade mais básica» (Matless, 1992, 44), não só se nega a possibilidade da representação mimética, como se atenta, inclusivamente, contra a ideia da existência de um caminho bem definido entre a realidade e a teoria. Mas a atitude pós-moderna leva-nos ainda mais longe: para além de recusar a subordinação da teoria à realidade e da imagem ao objecto, chega, inclusivamente, a admitir que «qualquer aspecto do que consideramos como realidade [...] é só um efeito da referência do texto [...]» (Lagopoulos, 1993, 258), o que é dizer, por outras palavras, que, mais do que reflectir, os textos, as imagens e as teorias recriam os próprios objectos, modelando a forma como é entendido o mundo exterior.

Isolada assim num universo meramente discursivo, à deriva num mundo de objectos que não são afinal mais do que reflexos de imagens e de imagens que não reflectem necessariamente objectos, esta acaba por ser uma geografia inconcludente. Há, evidentemente, nesta atitude muito de subversivo e apaixonante, de vertiginoso até, no sentido em que nos coloca permanentemente em confronto com os limites do próprio saber. Mas há também a ameaça do niilismo, o risco de se caminhar apenas no sentido do vazio. Paralisada pela sua certeza na impossibilidade de superar o plano da teoria e de penetrar no da realidade, a geografia pós-moderna acaba por se debruçar sobre si mesma, sobre o seu próprio discurso e, de certo modo, também *contra* ele, limitando-se ao que pode ser descrito como um projecto de desconstrução crítica e sistemática das representações do espaço geográfico. É essa, aliás, a via que seguiu a generalidade dos escassos trabalhos que se produziram sob esta influência: M. Hannah e U. Strohmayer (1991), por exemplo, procederam à desconstrução da teoria estruturacionista de A. Giddens e do seu acolhimento na geografia; N. Duncan e J. P. Sharp (1993), por seu turno, analisaram as questões que se relacionam com as teorias do desenvolvimento e confrontaram diferentes posições teóricas sobre o Terceiro Mundo, demonstrando o seu circunstancialismo histórico e político e os propósitos ideológicos que elas encerram veladamente; J. B. Harley (1992), num texto ainda mais ousado, sustenta que os mapas não podem ser vistos como representações «objectivas» da realidade geográfica mas como produtos sociais e, inclusivamente, como instrumentos ideológicos de acrescido poder em virtude da «retórica da neutralidade» que os sustenta.

3.2. Hermenêutica e geografia: a redescoberta da paisagem

J. Duncan e D. Ley (1993), ainda a respeito das teorias da representação e dos seus efeitos na prática da geografia, identificam, finalmente, uma última sensibilidade baseada nos princípios da hermenêutica[8]. Como referem, a

[8] O termo *hermenêutica* procede do grego e significa, literalmente, «arte de interpretar». Diz respei-

«hermenêutica oferece um corte menos radical com a tradição racional do iluminismo [...]» (Duncan e Ley, 1993, 8), muito embora partilhe com o pós-modernismo uma posição igualmente céptica quanto à possibilidade de a prática de investigação permitir escapar ao plano da representação. A ideia em causa pode ser facilmente explicitada nos seguintes termos: qualquer forma de representação, não podendo ser confundida com a realidade, nem por isso deixa de ser, em parte, emanação dessa mesma realidade. Assim, ao contrário do pós-modernismo, admite que «[...] o mundo dentro do texto é uma verdade parcial, uma transformação do mundo extratextual, mais do que algo completamente diferente dele» (Duncan e Ley, 1993, 9).

O que torna a representação uma «verdade parcial», que sentido tem afinal esta expressão, e como é visto o papel do saber geográfico neste processo?

Ora, fala-se em primeiro lugar da representação como «verdade parcial» porque, sendo produzida necessariamente por um autor, se encontra sempre afectada pelas prioridades que definem o seu ponto de vista e pelo quadro contextual em que esse mesmo autor está inserido. Fala-se ainda de uma verdade parcial porque todas as representações partem não só do «campo de referência extratextual», ou seja dos dados do mundo real, mas também de um «campo de referência intertextual», que, no fundo, diz respeito ao contexto produzido por outros textos.

Colocado o problema nestes termos, depreende-se que também o saber da ciência, e por conseguinte o da geografia, enquanto forma de representação, está sempre afectado pelas restrições que relevam de ser produto de uma autoria num determinado quadro contextual. Enquanto as concepções tradicionais da investigação consideravam improblemática, pacífica porque neutra, a posição relativa do investigador, nesta nova leitura entende-se e assume-se que nenhuma posição de partida pode ser considerada absolutamente objectiva ou neutral (Pile, 1991). A geografia deixa, assim, de poder ser vista como *a* «descrição da Terra»; em vez disso, à luz dos princípios da hermenêutica, o projecto tradicional da geografia não conduz a mais do que a apenas *uma* das «descrições da Terra».

À semelhança do caminho que tem vindo a prosseguir a antropologia após C. Geertz[9], a quem se deve a introdução da perspectiva hermenêutica neste domínio das ciências sociais e humanas, também a geografia (humana) pode encontrar neste quadro teórico novas possibilidades de afirmação e renovação. A via preconizada passa pelo abandono de um projecto científico que se coloque num plano «representacional», ou seja, que tenha como fim a *apresentação* da realidade, embora mais não consiga do que uma representação desta, mas que, em vez disso, opte por se definir como interpretativo, problematizando as próprias condições contextuais de partida do sujeito da investigação.

Em consequência desta forma de conceber o papel da geografia (humana) e do geógrafo, redescobre-se igualmente a paisagem e a organização do território sob uma nova dimensão. Tudo o que remete para estas questões, e afinal constitui o objecto da geografia, desde a forma como se vê e representa a paisagem até ao modo como se distribuem as coisas no espaço, pode ser visto como texto, um texto cujo sentido é definido no seio da cultura (Cosgrove,

to a um campo de investigação inicialmente desenvolvido no âmbito da teologia que se ocupava da interpretação dos textos bíblicos, procurando fornecer leituras alternativas das escrituras a partir da análise das condições contextuais que presidiram à sua produção. Hoje a hermenêutica ocupa-se da interpretação dos textos em geral e foi desenvolvendo um corpo teórico relativamente rico.

[9] Sobre esta matéria, v. P. Jackson (1992).

1989; Jackson, 1992; entre outros). Sob esta perspectiva, D. Cosgrove (1989), por exemplo, analisou o sentido da planta de Washington, D. C., interpretando-a como uma inscrição territorial da cultura política americana e a celebração dos seus ideais. Ainda na mesma linha, J. Duncan (1993), por seu turno, apresentou uma interpretação do sentido da forma da cidade oitocentista de Kandy, no Sri Lanka, demonstrando não só o modo como por intermédio dela se reproduzia uma dada cosmogonia e se procurava transmitir uma certa visão apologética do papel do rei como autoridade, mas também a forma como esse sentido foi sendo «negociado» no decurso do tempo e sujeito a flutuações concordantes com as próprias alterações na arquitectura do poder no seio da sociedade cingalesa. Também no âmbito da geografia portuguesa se procedeu já a uma primeira tentativa de abordagem interpretativa ou hermenêutica num estudo que procurou analisar o sentido da paisagem turística da cidade de Lisboa e o modo como o seu conteúdo se alterou no decurso do tempo, ao sabor das mudanças, mais gerais, operadas ao nível das mentalidades e da cultura (Henriques, 1996).

*
* *

Ao longo deste artigo procurámos analisar e reflectir sobre o modo como a problemática da representação tem sido concebida no pensamento geográfico e como o reequacionar deste tipo de questões se reflectiu no próprio projecto científico da geografia e/ou na sua prática. Não há por isso nesta matéria, como não há em muitas outras, uma «conclusão»: porque tudo está ainda em aberto (não é essa afinal uma inerência da «crise da representação» a que nos referimos logo na primeira parte do artigo?) e, sobretudo, porque não existe claramente nestas questões uma via de sentido único, obrigatório, ou sequer preferencial.

A «moral da história» não é, portanto, a de que a geografia caminha toda ela, em bloco, numa ou noutra direcção, nem tão-pouco parece conveniente ou previsível que caminhasse. Pelo contrário. Numa ciência como a geografia, que sempre soube manter, e nalguns casos até conciliar, posturas, atitudes e sensibilidades distintas e que no decurso da sua longa história se abriu ao «contágio» de tantas outras ciências, aproximando-se ora de umas, ora de outras, sem nunca perder, no entanto, a especificidade de um olhar atento ao território, ou formado a partir dele, o natural é que se mantenha e aprofunde esta propriedade. Por isso é compreensível, e até salutar, que uma parte da geografia arrisque na renovação pelo caminho da hermenêutica e se «enamore» agora da teoria literária, como em tempos o fez relativamente à história ou à economia. Mas nem por isso a geografia humana, no seu todo, deverá perder ou abandonar a vocação «representacional» que sempre a caracterizou. A geografia sempre foi e deverá continuar a ser uma *visão do mundo* (mais do que uma *descrição da Terra*), fornecendo imagens e participando na teorização do modo como as coisas se distribuem, das relações que se estabelecem entre os lugares e de como estes intervêm diferenciadamente na constituição da vida material, das relações sociais, da cultura; na certeza, porém, e esse é o ensinamento que esta «geografia representacional» deverá colher das novas discussões sobre o problema da representação, de que se trata apenas de uma entre as diversas visões possíveis do mundo, sem superioridade inata, inerente, absoluta, ou indiscutível face a outras formas de representação, pensadas e exprimidas noutros registos: uma visão cuja originalidade resulta de se encontrar sujeita às regras e às lógicas da ciência e que só nessa linguagem específica, nesse modo de raciocínio, tem validade e pode ser legitimada.

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, M. (1992), *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Éditions du Seuil (trad. port.: *Não-Lugares. Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1994).

BAILLY, A., *et al.* (1995), *Représenter la ville*, Paris, Economica.

BARNES, T., e DUNCAN, J. (1992), «Introduction: writting worlds», *in* T. Barnes e J. Duncan (eds.), *Writting Worlds. Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape*, Londres, Routledge, 1-17.

CLOKE, P.; PHILO, C., e SADLER, D. (1991), *Approaching Human Geography. An Introduction to Contemporary Theoretical Debates*, Londres, Paul Chapman Publishing, Ltd.

COSGROVE, D. (1989), «Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes», *in* D. Gregory e R. Walford (eds.), *Horizons in Human Geography*, Londres, MacMillan, 118--135.

DEAR, M. (1988), «The postmodern challenge: reconstructing human geography», in *Transactions of the Institute of British Geographers,* 13 (3), 262-274.

DUNCAN, J. (1993), «Representing power: the politics and poetics of urban form in the Kandyan kingdom», *in* J. Duncan e D. Ley (eds.), *Place/ Culture/Representation,* Nova Iorque, Routledge, 232-250.

DUNCAN, J., e LEY, D. (1993), «Introduction: representing the place of culture», *in* J. Duncan e D. Ley (eds.), *Place/Culture/Representation,* Nova Iorque, Routledge, 1-24.

DUNCAN, N., e SHARP, J. P. (1993), «Confronting representation(s)», in *Environment and Planning D: Society and Space,* 11 (4), 473-486.

ESTEVES, A. (no prelo), *A Criminalidade em Lisboa. Uma Geografia da Insegurança,* Lisboa, Edições Colibri.

FOUCAULT, M. (1966), *Les Mots et les Choses*, Paris, Éditions Gallimard (trad. port.: *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas,* Lisboa, Edições 70, 1991).

GARCIA BALLESTEROS, A., e BOSQUE SENDRÁ, J. (1989), *El Espacio Subjetivo de Segovia,* Madrid, Editorial Universidad Complutense.

GOULD, P., e WHITE, R. (1974), *Mental Maps,* Harmondsworth, Penguin Books.

HANNAH, M., e STROHMAYER, U. (1991), «Ornamentalism: geography and the labour of language in structuration theory», in *Environment and Planning D: Society and Space*, 9 (3), 309-327.

HARLEY, J. B. (1992), «Deconstructing map», *in* T. Barnes e J. Duncan (eds.), *Writting Worlds. Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape*, Londres, Routledge, 231-247.

HARVEY, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Basil Blackwell, Ltd.

HENRIQUES, E. BRITO (1996), *A Lisboa Turística. Entre o Imaginário e a Cidade. A Construção de Um Lugar Turístico Urbano*, Lisboa, Edições Colibri.

JACKSON, P. (1992), *Maps of Meaning. An Introduction to Cultural Geography*, Londres, Routledge.

KUHN, T. (1962), *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, University of Chicago Press.

LAGOPOULOS, A. P. (1993), «Postmodernism, geography, and the social semiotics of space», in *Environment and Planning D: Society and Space*, 11 (3), 255-278.

MALHEIROS, J. MACAÍSTA (1996), *Os Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Edições Colibri.

MARDEN, P. (1992), «The deconstructionist tendencies of postmodern geographies: a compelling logic?», in *Progress in Human Geography*, 16 (1), 41-57.

MATLESS, D. (1992), «An occasion for geography: landscape, representation and Foucault's corpus», in *Environment and Planning D: Society and Space*, 10 (1), 41-56.

PILE, S. (1991), «Practising interpretative geography», in *Transactions of the Institute of British Geographers,* 16 (4), 458-469.

SALGUEIRO, T. BARATA (1991), «O mundo está cada vez mais pequeno. Reflexão sobre o espaço geográfico», in *Actas do I Congresso da Geografia Portuguesa — Portugal: Uma Geografia em Mudança?,* Lisboa, APG, 19-32.

SAYER, A. (1985), «Realism and geography», *in* R. J. Johnston (ed.), *The Future of Geography,* Londres, Methuen & Co., 160-173.

SILVA, C. NUNES (1995), *Poder Local e Território. Análise Geográfica das Políticas Municipais em Portugal, 1974-1994*, tese de doutoramento em Geografia (Planeamento Regional), Faculdade de Letras de Lisboa (policopiado).

SOJA, E. (1989), *Postmodern Geographies*, Londres, Verso.

VALE, M. (1995), «Perspectivas teóricas recentes no estudo da organização da produção e do território», in *Inforgeo,* 9-10, 107-116.

WEST, C. (1992), «Nietzsche e a filosofia americana pós-moderna», in *Crítica — Revista do Pensamento Contemporâneo*, 9, 13-41.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 55-63

HUBRIS OU ARROGÂNCIA DO HUMANISMO: UMA OFENSA PARA A NATUREZA?

*Margarida Queirós**

1. O ambiente em debate

A associação da ecologia à ética, defendida por Aldo Leopold em finais dos anos 40, estende claramente os direitos éticos e morais ao mundo natural, direitos até então exclusivos do homem. Esta mensagem ambiental transformou-se, nos dias de hoje, numa espécie de arma organizativa de expansão e reivindicação dos direitos dos seres vivos não humanos e mesmo dos seres inanimados. Trata-se de saber se o homem é o único sujeito de direito ou se a biosfera pode sê-lo também, o que confere renovada centralidade à questão ambiental, assegurando-lhe um estatuto mais universal. A poluição gerada pelo uso abusivo de pesticidas, emissões de gases atmosféricos, produção de resíduos tóxicos, contaminação generalizada das águas e solos e a delapidação dos recursos naturais são um resultado da actividade humana, destruindo importantes elementos do ambiente natural. São, igualmente, evidências da generalizada despreocupação dos humanos com a conservação e protecção da comunidade biótica.

A conservação dos recursos, a preservação da vida selvagem e a redução da poluição passam a ser objecto de debate na arena pública, principalmente daqueles que, através da ecologia profunda, fizeram ressurgir a veneração pela Natureza (ou o movimento de conservação da Natureza). A ideologia verde, ao afirmar que, em nome dos direitos da Natureza, o cosmos deve ser salvaguardado do homem, inspira-se na descentralização bio-regional das sociedades humanas, como forma de combater o parasitismo da actividade humana no quadro do organismo planetário, e portanto defende o regresso a formas de organização social pré-moderna, entre outros valores.

A nova construção das relações dos humanos com a Natureza ganha outro fôlego ao constatarem-se a desigual distribuição dos recursos naturais, a diferenciação dos níveis de desenvolvimento e a instável segurança/risco para os mais desfavorecidos da sociedade, temas que levantam a questão da equidade social. Por exemplo, a localização dos aterros e incineradoras de resíduos nas vizinhanças das minorias sociais é o resultado de disparidades ambientais, assim como a pobreza e a fome,

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigadora do Centro de Estudos Geográficos da mesma Universidade.

que dão origem a movimentos de equidade ambiental ao nível dos processos (regras governamentais), dos territórios (desproporcionalidade de riscos ambientais) e da sociedade (raça, classe social, género) (Pepper, 1996; Hannigan, 1995; Beatley, 1994).

Assim, da crítica às tecnologias industriais e aos seus efeitos destrutivos no planeta — característica do activismo ambientalista proclamador dos direitos das esferas não humanas e defensor da ideia do futuro «primitivismo» — aos que proclamam os direitos das minorias sociais à justiça ambiental — associados a uma visão ambientalista antropocêntrica —, o conceito de ambiente revela-se altamente contingente. Ilustra uma extraordinária diversidade, complexidade e capacidade evolutiva ao nível das correntes de pensamento, programas políticos, práticas de usos do solo e clientelas, veiculando dilemas, escolhas e valores contraditórios, característicos da sociedade ocidental contemporânea.

As sucessivas (re)construções das relações do homem com o cosmos sugerem que as circunstâncias que as envolvem são muito variáveis, não existindo um único paradigma aplicável a todos os cenários espácio-temporais. Dadas as atitudes das sociedades humanas face à Natureza ao longo da história, é possível, todavia, encontrar um paradigma cultural dominante (embora este tenha sempre coexistido com outras dimensões culturais) a partir do qual se procuram compreender os dilemas e os valores básicos daqueles que lhe deram credibilidade universal.

2. *A construção do conhecimento ambiental*

A apreensão do ambiente é uma construção cultural, reflexo das representações ideológicas dominantes. As ideologias são o conjunto de ideias (aceites por um indivíduo ou grupo) que formam a base da visão do mundo, das quais decorrem as perspectivas de como o mundo é ou deveria ser (Hannigan, 1995). Sendo um código social, variável de acordo com as sociedades humanas, o conceito de ambiente espelha a interacção dinâmica das relações dos grupos humanos com a Natureza: é por isso um forte motivo de informação e de inspiração. Artistas e cientistas interrogam-no e as questões que lançam e as respostas encontradas estão profundamente enraizadas nas suas culturas.

O ambiente levanta uma mistura de emoções na maior parte das culturas, que vão desde a admiração e fantasia ao medo e dominação. De uma forma ideológica, iconográfica e estética, a Natureza tem sido representada pelos humanos sob as suas múltiplas facetas, traduzindo ora uma sensibilidade mística ora científica, permitindo igualmente identificar escolhas e valores contraditórios dos pontos de vista ético, político e económico.

É certo que, face aos contextos ideológico-culturais, a consciência ambiental tem sido (re)descoberta e (re)definida ao longo de gerações e, do mesmo modo, a heterogeneidade e a complexidade territoriais têm condicionado as diferenças regionais na percepção do ambiente. Reconhecendo que o ambiente é um conceito fluido, fundado culturalmente e contestado socialmente, variável em função das classes sociais, etnias, religiões, experiências de vida, circunstâncias históricas e contextos institucionais, é possível afirmar não existir uma verdade objectiva, monolítica, acerca da relação sociedade-ambiente. Existem sim diferentes verdades para diferentes grupos em diversos planos sociais e ideológicos (Hannigan, 1995).

O conhecimento ambiental e dos seus problemas é francamente contingente e aberto a uma constante revisão em resposta às próprias mudanças culturais, como resultado da evolução das (re)construções sociais do mundo natural. Apesar da numerosa variedade de di-

mensões éticas sobre a relação homem/Natureza, uma vincada dicotomia de atitudes tem, contudo, condicionado as verdades óbvias da relação do homem com a (sua) Natureza:

Por um lado, a visão *antropocêntrica,* que constitui o paradigma actual dominante, característica do mundo ocidental, centra-se na lógica utilitarista ao procurar o desenvolvimento sócio-económico;

Por outro lado, a visão *ecocêntrica,* holística, associada ao pensamento «verde», acentua o dever de protecção das espécies e da biodiversidade, reflectindo o paradigma não dominante.

A primeira posição supõe uma separação entre o homem, ou o mundo social, e a Natureza, ou o mundo biofísico. O homem «é natural» (porque se considera um ser biológico e, nesta perspectiva, possui uma *primeira natureza*), mas também, porque se considera um ser pleno de racionalidade («é racional»), é capaz de actuar para além da sua primeira natureza, porque possui uma *segunda natureza* (Demeritt, 1994). Logo, como testemunho da liberdade humana face ao ambiente físico, o mundo natural pode e deve ser usado pelo homem, único ser de direito, para o seu próprio desenvolvimento. Ao invés, a segunda atitude revela que o homem é parte indissociável da Natureza e, como tal, deve respeitá-la ética e moralmente. Revela uma clara compreensão da interdependência ecológica entre as sociedades humanas e o seu *habitat,* não havendo lugar para dualidades entre os humanos e a Natureza, entre o animado e o inanimado.

Esta ambivalência de posições torna-se mais clara através de um rápido exame ao conceito de Natureza, que assume essencialmente duas dimensões: a *afectiva* (positiva), associada à beleza, grandeza, tranquilidade, liberdade, pureza, recurso precioso, e a *ameaçadora* (negativa), ligada ao desconhecido, perigo, mundo selvagem. Esta dualidade de sentimentos está bem ilustrada através de algumas produções de Walt Disney. Na versão recente de *Bambi,* a harmonia, tranquilidade e liberdade vivida pelos animais do bosque é bruscamente interrompida pela intervenção do homem. Todavia, a floresta pode ser um lugar perigoso para as crianças, como em a *Branca de Neve,* onde a natureza selvagem é a ameaça para o homem. Outros exemplos, extraídos da literatura, evidenciam uma apologia à Natureza, como é o caso dos contos infantis de Sophia de Mello Breyner Andresen, ou apresentam o elogio ao triunfo da tecnologia e, portanto, do homem sobre o mundo natural, como é bem visível nos romances de Saint-Exupéry. Na pintura, também os aspectos naturais têm sido amplamente evidenciados na sua grandeza e preciosidade, celebrando-se as montanhas, as florestas ou a nostalgia pelas alegrias da vida no campo, ao mesmo tempo que a emancipação humana, relativamente à Natureza, se protagoniza nas paisagens urbanas do período expressionista.

As atitudes dos humanos face ao «outro» mundo natural oscilam entre os posicionamentos extremos científico/místico ou tecno/*poesis*[1], ou seja, entre os limites estabelecidos e nem sempre claros do antropocentrismo/ecocentrismo.

3. As origens do antropocentrismo e do ecocentrismo

As raízes ideológicas do antropocentrismo nascem com a tradição judaico-cristã, a qual, através do livro do *Génesis,* nos revela que Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança e lhe deu o domínio sobre todas as plantas e animais. Se o Velho Testamento coloca Deus no centro do universo, o Novo Testa-

[1] A exploração e a aprendizagem da Natureza a partir da Natureza. A arte de evocar a curiosidade, a reflexão crítica e a invenção.

mento concede ao homem essa distinção. Os escritos de S. Paulo tornam a base antropocêntrica mais explícita, ao fundirem o pensamento hebraico com o dos estóicos gregos da época helenística (Young, 1990). Para estes, todos os homens participam na mesma razão universal e, por isso, reconhecem apenas *uma* natureza. Os estóicos contribuíram para a difusão da cultura e filosofia gregas no Império Romano: ao orador Cícero se deve a criação do conceito de *humanismo*[2], a concepção do mundo que tem o indivíduo no seu centro. O suporte estóico justificava a relação entre a civilização grega e o ambiente através do argumento do desígnio, que diz que todos os processos naturais seguem as leis constantes da Natureza, bem como a capacidade do homem para a subjugar se justificava pelo facto de a sua criação ter tido por objectivo tal finalidade.

A visão de Aristóteles sobre as relações de causalidade na Natureza, segundo as quais as plantas são criadas para os animais e estes para o homem, foi aproveitada e desenvolvida pelos estóicos, de tal forma que Cícero argumenta que o produto da terra é designado para aqueles que estão em condições de o utilizarem. Esta noção, de uma natureza considerada por Deus destinada ao usufruto do homem, ligada aos filósofos da Natureza, recapitulada por Aristóteles e desenvolvida por Cícero, continuou central ao pensamento ocidental até ao século XIX. O fariseu Paulo, convertido ao cristianismo, encontra, nesta cultura, forte apoio para a sua actividade missionária. O cristianismo, ao impor-se como a religião oficial do já decadente Império Romano, afirma-se como a ideologia/religião dominante do mundo greco-romano e permite difundir, através dos seus apóstolos, a mensagem de um mandato absolutamente irrefutável para subjugar a Natureza.

O cristianismo torna-se, assim, uma religião antropocêntrica, ao defender a distinção entre os seres humanos e a restante natureza e tem influenciado, mais do que qualquer outra, o pensamento das sociedades ocidentais, ao aceitar a exploração do mundo natural. Este, segundo Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino, não era sagrado, o que legitimava a aplicação dos conhecimentos humanos na gestão dos recursos naturais para seu proveito. Influenciado pela filosofia estóica e pelas ideias de Platão, Santo Agostinho defende que tudo é de natureza divina e que o homem é um ser espiritual possuidor de um corpo material (pertencente ao mundo físico e corrompido pelos agentes naturais) e uma alma (que reconhece Deus). Assim sendo, com responsabilidade sobre a sua própria vida, deve viver de modo a mostrar que pertence ao mundo dos eleitos (Gaarder, 1995). Mais tarde, S. Tomás de Aquino, retomando o pensamento aristotélico (das plantas e animais até ao homem), acredita que, na escala ascendente da vida, estão as plantas, os animais, os homens, os anjos e, por fim, Deus. O homem possui um corpo com órgãos dos sentidos e uma razão que pensa (Gaarder, 1995). Ainda que o seu objectivo fosse meramente contemplativo, ao adoptarem estas concepções, estes pensadores da Idade Média exprimiam um pensamento inovador, ligado à medição e rigor racional, lançando as bases para aqueles que mais tarde defenderam o método científico e reconheceram a capacidade do homem para proceder, através da razão e experimentação, à progressiva passagem do desconhecido para o conhecido.

Apesar de lançadas as bases para a modernidade, este período ainda se encontra ligado ao conceito de *natureza desconhecida*. A tradição mística e os movimentos esotéricos do judaísmo, exprimidos através da *cabala*, são

[2] *Humanus*, em oposição a *barbarus*, era o que diferenciava o cidadão civilizado, erudito, que assumia um papel na vida cívica e que o destacava da não-humanidade.

uma expressão do encontro espiritual e experimental do homem com o divino e o terreno. Nas orientações da cabala, a magia, nas suas diversas formas (natural, celestial e cerimonial), inicia os humanos no conhecimento e manipulação das forças ocultas que inspiram o cosmos. A alquimia, ao procurar unir a prática ao especulativo e mágico, pretende revelar a chave da transmutação da Natureza: a pedra filosofal nascida do cosmos (Cosgrove, 1990). Esta necessidade de apreender os «mistérios» da Natureza, ainda que seguindo os princípios por ela prescritos, anuncia o desejo da manipulação humana sobre a restante natureza subordinada. Estas perspectivas antigas nunca morreram completamente e persistiram marginalmente como correntes contraculturais no mundo ocidental.

É devido à nova imagem do homem do Renascimento que este se apercebe das suas possibilidades ilimitadas e por isso se pode desenvolver livremente. O *Discurso sobre a dignidade do homem,* apresentado em 1486 ao Vaticano por Pico della Mirandola, representa uma das primeiras declarações impressas do humanismo: considera a natureza humana ontologicamente livre e afirma que a dignidade humana consiste no exercício da liberdade (Buttimer, 1992). Todo o desenvolvimento técnico posterior se deve à nova atitude em relação à Natureza: qualquer indagação sobre a sua essência reside não apenas na razão, mas sobretudo na observação e experimentação. Desde então, o desenvolvimento científico abriu as portas à revolução tecnológica e os humanos julgaram poderem libertar-se, finalmente, das imposições do mundo natural. O homem afirma-se fora da Natureza, deixando de ser uma parte desta, ao começar a dominá-la e explorá-la com confiança (Gaarder, 1995). A fé inabalável na medição, cálculo, estabelecimento de leis empíricas e o progresso da ciência arrebatam os humanos para fora da criação, destruindo a poética e a intuição como formas do conhecimento válidas.

A ciência e a tecnologia justificam até aos nossos dias o uso intensivo do ambiente, estando garantida a solução dos malefícios por elas gerados. O *tecnocentrismo* promete controlar e manipular a Natureza com o objectivo de melhorar o nível de vida de todos os seres humanos. A confiança no desenvolvimento económico expressa claramente a vontade soberana das sociedades humanas, únicas dos pontos de vista moral e jurídico, e explicita deveres não recíprocos na relação homem/Natureza.

Apesar de na sociedade ocidental a apreensão monista do mundo ter ocupado um lugar marginal e subordinado, esta nunca desapareceu. O escarnecimento generalizado das ideias de Espinosa é uma evidência da marginalização da visão holística do mundo. Ao criticar a base cristã instituída, Espinosa entende que todo o ser vivo tem o direito de exprimir a sua própria natureza e associa Deus à criação, numa atitude de recusa à concepção dualista da realidade. Em paralelo com esta visão de conjunto, de que tudo é uno na Natureza, está a milenária filosofia oriental expressa pelo budismo zen, hinduísmo e taoísmo. Estas culturas partilham princípios básicos comuns à aceitação do homem como parte integrante da Natureza. A *ecossabedoria* assume o homem integralmente ligado ao cosmos, abraçando uma visão orgânica do mundo.

Estas culturas *ecocêntricas,* que homenageiam a Natureza, surgem também associadas à cultura índia actual e remontam ao período pré-colombiano. A especial relação dos índios com a Natureza merece uma breve referência. Para os índios a terra não é uma entidade separada dos homens e tão-pouco algo que estes possam explorar de livre arbítrio. Pelo contrário, os índios norte-americanos, antes da chegada do «homem branco», viviam em harmonia com a Natureza, na qual se consideravam como uma parte. Para eles, nenhuma

das partes do universo é mais importante do que as outras (nem sequer o homem), tendo cada uma um valor específico que deve ser respeitado. Esta crença, que desempenha uma posição central na sua religião, deu lugar a uma forma de vida baseada no respeito pela Natureza e na procura de conservação do seu equilíbrio. Os índios aproveitavam os presentes que a Natureza lhes oferecia, da qual dependiam para sobreviverem, sem nunca dela abusarem (Sharp, 1994). Abraçando uma visão similar à cultura oriental, na cultura ameríndia (e mesmo na aborígene australiana) todos fazem parte da grande unidade que é a vida. Se é certo que o homem manipulava a Natureza em seu próprio benefício, utilizava as suas forças através da «tecnologia» espiritual, não pensando em dominá-la. O respeito pela ordem natural permitia a estes povos sobreviver, produzir excedentes e proporcionava actividades de lazer sem que se evidenciasse a separação entre o homem e a natureza física. Esta atitude faz notar que o ambiente era usado temporariamente e transmitido de geração em geração.

Na cultura ocidental, então dominante, a pressão para exibir racionalidade e objectividade não deixou lugar para os nativos americanos e desloca-os para localizações marginais, atribuindo também à sua cultura um lugar periférico.

Não se pode associar, porém, toda a oposição ao antropocentrismo às culturas não ocidentais pré-modernas, uma vez que alguns dos protestos mais explícitos contra o humanismo do Ocidente vieram, por exemplo, de Rousseau, que, entre muitos outros aspectos, tinha como lema o regresso à Natureza, ao afirmar que as sociedades primitivas viviam de uma forma mais saudável e feliz do que os Europeus. Rousseau, ao apontar as consequências da distinção cartesiana dos animais e dos homens (os primeiros escolhem ou rejeitam por instinto, enquanto os segundos por um acto de liberdade), mostrou que a racionalidade resultava da Natureza e, como esta era *boa,* todo o *mal* do homem derivava da própria civilização, afastando-o deste modo da sua natureza (Gaarder, 1995; Ferry, 1993). Todavia, o ideal de Rousseau só recebe verdadeiro impulso com o romantismo.

O espírito romântico sentia a nostalgia pelas culturas distantes e esotéricas, de tal forma que clamava pela mística natural e pelo retorno à Natureza. Expressa particularmente bem este ideal o pensamento de Henry David Thoreau ao escrever que a terra que pisava não era uma massa morta e inerte, mas sim um corpo, um espírito, um organismo, e que qualquer parte do seu espírito nele residia. Se fica claro o combate à concepção mecanicista do mundo dos iluministas, é também verdade que o espírito romântico retoma os temas das florestas misteriosas e da natureza selvagem, esta agora encarada como unidade orgânica, viva, capaz de desenvolver as suas potencialidades intrínsecas (tal como havia defendido Espinosa). Os contos de Hans Christian Andersen e dos irmãos Grimm dão uma expressão romântica, manifestamente afectiva, poética e mística à Natureza.

Contudo, o espírito do humanismo, explicativo da visão antropocêntrica do mundo e que prevaleceu até à actualidade, foi sempre um eixo importante na tradição ocidental. Não se pode negar a hegemonia da concepção global da libertação da humanidade dos constrangimentos que emanam da Natureza. A afirmação de Francis Bacon «porque o mundo funciona ao serviço do homem e não há nada nele que não seja para o seu usufruto» (Bacon, adaptado de Pepper, 1996, p. 145) confere autoridade aos humanos para controlarem os recursos naturais e simboliza a imagem que o homem ocidental detém da Natureza. Bacon defendia que o objectivo das artes e das ciências respondia ao desafio de realizar experiências que proporcionariam luz, imitando a cria-

ção divina. Além de potenciar a invenção humana em tecnologia, seria a resposta adequada ao destino de todos os descendentes de Adão e Eva, herdeiros da maldição «ganharás o teu pão com o suor do teu rosto» (Buttimer, 1992).

A ideologia do poder sobre a Natureza (ou o credo *baconiano*) reflecte-se nos interesses práticos do protestantismo e do capitalismo. As revoluções agrícola e industrial possibilitaram a passagem progressiva para o capitalismo e viram a interpretação tecnocrática do ambiente tornar-se sua aliada. No sistema capitalista (ou o projecto científico moderno) efectuam-se grandes mudanças na organização da produção e do trabalho, alterando-se profunda e irreversivelmente as relações entre a sociedade e a Natureza. O crescimento da sociedade industrial e urbana, sob o signo dos novos valores da burguesia, deve-se indiscutivelmente à exploração sem precedentes dos recursos naturais e os seus expoentes máximos eram, sem sombra de dúvida, antropocêntricos.

O protestantismo proporciona um novo quadro ideológico mais adequado às exigências da sociedade capitalista emergente. Com efeito, a qualificação moral, nas palavras de Weber, da actividade profissional temporal foi um dos resultados mais importantes da Reforma. Neste contexto, pode establecer-se que a exploração e dominação da Natureza é justificada pela valorização social do trabalho, sem o qual não é possível alcançar a prosperidade.

Com o advento do capitalismo, a sociedade experimenta a Natureza, alterada pela tecnologia das máquinas industriais. A modernidade, ao enaltecer o progresso científico e tecnológico e ao procurar ganhos económicos, acaba por construir a sua própria contradição: a maximização da produção de energia, a exploração abusiva dos recursos naturais e a produção desmesurada de resíduos tóxicos resultam numa crise ambiental com elevados custos sociais, ameaçando a eficiência do próprio sistema capitalista.

4. O humano exclui o não humano?

A necessidade de compreender a Natureza e o seu uso para fins humanos gerou o infindável conflito espiritual que o homem sente ao encarar a Natureza: separação (o humano exclui o mundo não humano) ou união (a Natureza engloba os mundos biofísico e social)?

A primeira postura é a celebração da conquista da Natureza pelo homem, ou seja, a possibilidade de emancipação humana através da dominação da Natureza. Significa, em termos práticos, o fim da luta pela sobrevivência e, no plano ideológico, o triunfo das capacidades criativas humanas para alcançar a própria libertação. Reflecte-se prioritariamente na esfera *tecno,* tratando de construir conhecimento científico e tecnologias mais e mais sofisticadas. Justifica plenamente a desvalorização (a sua eventual valorização resulta apenas da ameaça de a sua destruição significar perigo para a existência humana) e subjugação da Natureza e traduz o projecto moderno antropocêntrico. A segunda, a *poesis,* questiona acerca de uma ética e ordem na Natureza; é, pois, reflexo da necessidade introspectiva de os humanos/primeira natureza se unirem à sua outra/segunda natureza. É este o projecto ecocêntrico, hoje talvez uma filosofia pós-moderna. Nesta perspectiva, o homem está integralmente ligado à Natureza, um cosmos vivo e moral, cujos elementos não podem ser meramente contabilizados e geridos em proveito exclusivo do homem. A intervenção humana na Natureza implica que se estabeleça uma ética de conduta.

Esta distinção entre o espírito e a matéria, humanos e Natureza, sujeito e objecto, não é mais do que o permanente (re)pensar acerca do significado do mundo, da sua existência e das formas de vida (mais ou menos integradoras) adoptadas pelas sociedades face à Natureza.

Actualmente, a reacção à modernidade faz-se sentir quando as culturas pré-modernas começam a adquirir um papel destacado na arena pública ocidental. Reiterando as tradições ameríndias, aborígenes e orientais, a veneração pela Natureza torna-se o lema dos ambientalistas modernos. Apesar do lugar marginal, as perspectivas esotéricas antigas estiveram sempre camufladas no pensamento ocidental e, já no século XX, formam a base de movimentos e ideais da consciência ambiental. De facto, a própria modernidade abre uma nova janela sobre o mundo ao (re)criar as suas relações com a Natureza: é com os progressos tecnológicos que as sociedades humanas se dão conta da compressão espácio-temporal, possibilitando observar a Terra como um todo. É a reacção da sociedade moderna à sua criação que permite um interesse renovado na interdependência ecológica entre o homem e a Natureza. É esta capacidade que vem conduzindo e condicionando as atitudes dos Ocidentais acerca das mudanças no planeta e repõe firmemente os lugares de cada um no lugar global. Pressagia-se, deste modo, a difícil união entre *tecno* e *poesis,* ao aceitar-se a (nova) unidade entre a vida humana e a Terra, ao reconhecer-se a existência de um só mundo habitado por humanos e não humanos (animais, plantas e entidades inanimadas), todos interactuando num complexo sistema de relações.

No plano ideológico, cada vez mais o mundo ocidental repensa as relações da cultura com uma outra esfera da vida chamada Natureza. Assim sendo, os seres humanos consideram-se indivíduos sociais ou culturais ao mesmo tempo que seres biológicos e naturais. Contudo, esta nova centralidade do ambiente deixa a descoberto mais uma vez a visão antropocêntrica do mundo. Não será o receio da «vingança» da Natureza que motiva as preocupações ambientais desta sociedade, ao constatarem-se os fenómenos globais (chuvas ácidas, aquecimento global, perda da biodiversidade...), e que põe em causa a sobrevivência dos humanos? De facto, os padrões do desenvolvimento estão relacionados com o alcance da poluição gerada, bem como com a desigual gestão dos recursos naturais da sociedade de consumo. Os usos do solo (rurais ou urbanos) estão no centro dos problemas ambientais actuais; estes, por sua vez, afectam a condição e a qualidade do ambiente natural e construído e, acima de tudo, a qualidade de vida das populações. A defesa ambiental contemporânea emerge, pois, das obrigações éticas e morais para com a Natureza, dado estarem em jogo os valores, as preferências e o bem-estar da humanidade. Estas obrigações são aplicáveis às próprias sociedades humanas, as quais deveriam aceder em igualdade de circunstâncias aos resultados (benéficos ou maléficos) dos mecanismos sociais, económicos e políticos. O actual desafio da ética ambiental reside na procura de uma justiça social distributiva e na protecção do ambiente natural, no qual se desenvolvem as gerações do presente e as futuras. Contudo, o valor conferido aos atributos naturais resulta, em última análise, da utilidade que estes têm ou possam vir a ter para os humanos. A dimensão homocêntrica não desaparece na sociedade ocidental contemporânea, apenas veste uma outra roupagem. A (re)interpretação da cena ambiental tratada nos relatórios Meadows (1972) e Brundtland (1987), o recente trabalho de Al Gore (1992), ou ainda as Conferências de Estocolmo (1972) e do Rio (1992), ao reconhecerem as necessidades humanas face aos limites ambientais, são a prova declarada da procura de um equilíbrio entre a Natureza e a sociedade na agenda política, todavia ainda sob o signo do antropocentrismo.

BIBLIOGRAFIA

BEATLEY, Timothy (1994), *Ethical Land Use. Principles of Policy and Planning,* The John Hopkins Univ. Press, Baltimore.

BÉGUIN, François (1995), *Le Paysage*, Dominos, Flammarion, França.

BUTTIMER, Anne (1992), «Fénix, Fausto, Narciso: esperanzas y riesgos del humanismo en geografia», *in* Aurora Ballesteros (ed.), *Geografia y Humanismo,* Oikos-Tau, Barcelona, pp. 19-55.

COOKE, Ronald U. (1992), «Common ground, shared inheritance: research imperatives for environmental geography», in *Transactions of the Institute of British Geographers,* 17 (2), pp. 131-151.

COSGROVE, Denis (1990), «Environmental thought and action: pre-modern and post-modern», in *Transactions of the Institute of British Geographers,* 15 (3), pp. 344-358.

Cutter, Susan L. (1994), «Environmental issues: green rage, social change and the new environmentalism», in *Progress in Human Geography,* 18 (2), pp. 217-226.

DAVIS, Arthur A. (1992), «The geographer's role in the solution of environmental problems», in *The Professional Geographer,* 44 (2), pp. 209-211.

DEMERITT, David (1994), «The nature of metaphors in cultural geography and environmental history», in *Progress in Human Geography,* 18 (2), pp. 163--185.

DICKENS, Peter (1996), *Reconstructing Nature. Alienation, Emancipation and the Division of Labour,* Routledge, Londres e Nova Iorque.

DUNCAN, James S. (1993), «Landscapes of the self/ landscapes of the other(s): cultural geography 1991-92», in *Progress in Human Geography,* 17 (3), pp. 367-377.

DUNCAN, James S. (1994), «The politics of landscape and nature, 1992-93», in *Progress in Human Geography,* 18 (3), pp. 361-370.

DUNCAN, James S. (1995), «Landscape geography», in *Progress in Human Geography,* 19 (3), pp. 414--422.

FERRY, Luc (1993), *A Nova Ordem Ecológica,* Ed. Asa, Lisboa.

GAARDER, Jostein (1995), *O Mundo de Sofia. Uma Aventura na Filosofia,* Editorial Presença, Lisboa.

GOETSCHEL, Roland (1985), *La Kabbale,* col. «Que sais-je?», PUF, Paris.

HANNIGAN, John A. (1995), *Environmental Sociology. A Social Constructionist Perspective,* Routledge, Londres e Nova Iorque.

KATZ, Cindi, e KIRBY, Andrew (1991), «In the nature of things: the environment and everyday life», in *Transactions of the Institute of British Geographers,* 16 (3), pp. 259-271.

MATLESS, David (1991), «Nature, the modern and the mystic: tales from early twentieth century geography», in *Transactions of the Institute of British Geographers,* 16 (3), pp. 272-286.

MILTON, Kay (1996), *Environmentalism and Cultural Theory. Exploring the Role of Antropology in Environmental Discourse,* Routledge, Londres e Nova Iorque.

MYERSON, George, e RYDIN, Yvonne (1994), «Environment and planning: a tale of the mundane and the sublime», in *Society and Space,* 12 (4), pp. 437-452.

PEPPER, David (1996), *Modern Environmentalism. An Introduction,* Routledge, Londres e Nova Iorque.

SHARP, William (1994), *Los Indios de Norteamerica*, Agualarga Editores (s. l.).

WEBER, Max (1996), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo,* Editorial Presença, Lisboa.

WILBANKS, Thomas J. (1994), «Sustainable Development in geographic perspective», in *Annals of the Association of American Geographers,* 84 (4), pp. 541-556.

YOUNG, John (1990), *Post Environmentalism,* Belhaven Press, Londres e Nova Iorque.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 65-77

O QUOTIDIANO SUBURBANO COMO FACTOR DE «EXCLUSÃO SOCIAL»*

*Augusto Cebola***

1. Introdução

Os subúrbios como espaços de exclusão constituem uma referência comum a muitos estudos que se debruçam sobre a problemática suburbana. Este trabalho não foge a essa linha, mas, ao privilegiar uma dimensão espácio-temporal, pretende que esta actue como elo de ligação entre a multiplicidade e a complexidade dos factores intervenientes no processo de exclusão social.

Desta forma, o quotidiano, numa perspectiva de relação individual e colectiva face aos recursos espaço e tempo, pode constituir, em nosso entender, o meio de atingir uma compreensão, ou pelo menos uma leitura diferente, do fenómeno da exclusão social. No entanto, em que medida o quotidiano suburbano difere de outros, de modo a merecer a ênfase aqui atribuída, ou seja, que especificidades o tornam um elemento-chave do processo, e que potencialidades encerra a sua análise como agente de intervenção na minoração do problema correspondem a perguntas prévias que não podem deixar de ser colocadas. A tentativa de responder a ambas as interrogações constituiu o fio condutor, ou, se quisermos, o caminho para onde convergiram diferentes contributos disciplinares, cujas fronteiras metodológicas por vezes se transgrediram ao longo do trabalho que aqui se sintetiza.

2. Enquadramento teórico

2.1. O quotidiano

O estudo do quotidiano, ao colocar em destaque o relacionamento individual com o tempo, entendido na sua dimensão biográfica, logo como recurso finito, permite-nos «ver» como as diferentes utilizações deste recurso intervêm na qualidade de estruturantes dos projectos pessoais, nas suas vertentes individual, familiar e social.

A utilização do tempo coloca cada um de nós perante um universo de opções cujas li-

---

* Este artigo corresponde a uma súmula da dissertação apresentada à Universidade Técnica para obtenção do grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano.

** Professor da Escola Secundária de Santa Maria — Sintra.

mitações são por de mais evidentes, desde os condicionalismos fisiológicos às exigências da vida familiar, passando pela ligação à sociedade via trabalho e relacionamento comunitário. Em face da escassez do recurso tempo e da impossibilidade de sobreposição de algumas actividades, dada a sua natureza exclusiva, torna-se necessário fazer opções, sabendo antecipadamente que o alargamento temporal de umas ocupações implica a contracção/substituição de outras.

Este conjunto de decisões, mais ou menos irreflectido, mais ou menos imposto, encontra tradução nos *time-budgets* (Szalai, ed., 1972), mas não é possível reduzir a avaliação da distribuição temporal das actividades ao longo do dia a uma simples análise contabilística da utilização das 24 horas. Para lá do «quanto» existem o «como» e «com quem» o tempo é utilizado, ou ainda «com que objectivo», razões que colocam os contributos da sociologia do quotidiano num plano imprescindível para a compreensão do problema.

A crescente importância que a sociologia do quotidiano tem vindo a assumir no contexto da sociologia pode corresponder a uma aproximação ao «fenómeno social total» (Mauss, 1950), quer na vertente proposta pelos etnometodólogos, com Garfinkel em lugar destacado ao afirmar «o enraizamento das práticas sociais no sentido da vida quotidiana», quer pelos interaccionistas, como Goffman, que dão relevo «às influências recíprocas em situações de co-presença» (Giddens, 1993). As diferentes perspectivas sobre o quotidiano podem, segundo Javeau (1982), sistematizar-se sociologicamente em três tendências:

i) As sociologias da computação ou dos sistemas de actividades;
ii) As sociologias da encenação ou das situações interaccionais;
iii) As sociologias da resistência ou das tácticas de desvio.

Entre as tendências referidas, a ponte da ligação espácio-temporal é mais firmemente assumida pelo interaccionismo, pelo que Giddens (1989), ao estabelecer uma convergência entre a «geografia do tempo» e o «interaccionismo», proporcionou um suporte teórico importante para uma análise do quotidiano.

A «geografia do tempo», cuja génese se deve a Hägerstrand ainda nos anos 60, veio possibilitar um salto qualitativo na análise do quotidiano, não só pela introdução da variável espaço, mas sobretudo pela relação simultânea estabelecida entre esta última e a variável tempo. O modelo tridimensional (espaço bidimensional + tempo) desenvolvido pela «escola de Lund» passou a constituir um instrumento teórico com enormes potencialidades para as múltiplas aplicações que os estudos sobre o quotidiano podem ter e, neste caso particular, para a demonstração das condições de «exclusão social» relacionadas com o quotidiano suburbano.

A importância que atribuímos ao modelo da «geografia do tempo» leva-nos, por isso, a uma enunciação breve dos seus princípios e conceitos fundamentais. Ao colocar o homem como fulcro da análise, o modelo perspectiva-o como ser físico e social, logo com condicionalismos inerentes a essas duas qualidades no que respeita à utilização dos recursos espaço e tempo.

As cinco limitações identificadas por Hägerstrand (1975) incluem:

1) A indivisibilidade do corpo humano ou a sua não ubiquidade;
2) A finitude da duração da vida humana;
3) A capacidade limitada de participação simultânea em várias tarefas;
4) O facto de o movimento no espaço ser sempre movimento no tempo;
5) A limitada capacidade de acondicionamento do espaço-tempo, isto é, a impossibilidade de ocupação em simultâneo do mesmo espaço físico por pessoas ou coisas.

Quanto aos conceitos fundamentais do modelo (Lenntorp, 1976), merecem destaque

(1) os caminhos ou trajectórias, (2) as estações e (3) o prisma espácio-temporal.

Os caminhos ou trajectórias constituem a concretização da relação individual com o espaço, e a teia, diariamente produzida, mostra-nos a extensão física dessa relação.

As estações equivalem aos pontos de paragem significativos, ou seja, onde decorrem actividades participadas pelo indivíduo. A casa e o local de trabalho são as estações mais representativas para a maioria das pessoas, mas a multiplicidade de «quotidianos» pode naturalmente introduzir uma enorme variedade de lugares com importância.

O prisma espácio-temporal é a representação tridimensional do espaço potencial de que os indivíduos dispõem, de acordo com constrangimentos técnicos (velocidade da deslocação) e temporais (24 horas).

Se ultrapassarmos a visão individual da relação espácio-temporal e introduzirmos os constrangimentos e dependências que os indivíduos manifestam em função dos diversos papéis que desempenham quotidianamente, o contributo da «geografia do tempo» proporciona uma riqueza interpretativa fundamental (Carlstein, 1982).

O desempenho de papéis no seio da família e no trabalho constitui, sob diferentes formas, uma relação dos sistemas de actividades de diferentes indivíduos. Ao nível familiar, a situação mais paradigmática encontra-se na articulação entre os sistemas de actividades dos filhos e os dos pais, e entre estes, particularmente quando os primeiros não possuem ainda capacidades de autonomia. Deste facto resultam constrangimentos que muitas vezes colidem com os projectos biográficos, adiando ou anulando expectativas e impondo ritmos quotidianos inadequados para uma vida com qualidade. Algumas «estações» (casa, local de emprego, escola) tendem a ser preponderantes na estruturação do sistema de actividades, quer pela respectiva localização, quer pelos horários de funcionamento (este último aspecto em relação à residência manifesta-se pela diferenciação ocupacional do mesmo espaço ao longo do dia — de lazer, de repouso, de convivialidade e, entre outros, de carácter fisiológico).

Quanto ao problema da capacidade de realização articulada de várias actividades, as estratégias familiares, face à rigidez dos horários escolares, conduzem a soluções diversificadas, mas não será abusivo afirmar que as mulheres encontram nesse facto um dos elementos que mais dificultam o seu quotidiano (Palm e Pred, 1978), pois as respectivas opções laborais, entre outras, ficam profundamente condicionadas pelo «tradicional» acompanhamento dos filhos menores, pois é difícil que os horários se compatibilizem e, adicionalmente, que os tempos de transporte igualmente possibilitem a articulação sem constrangimentos dos seus sistemas de actividades.

O facto torna-se consideravelmente mais grave quando as «estações» têm localizações que exigem dispêndios acrescidos de tempo para as várias deslocações, facto relativamente comum nas áreas suburbanas.

2.2. Os subúrbios

Etapa de um processo mais vasto associado à urbanização (Frisbie e Kasarda, 1988), os subúrbios apresentam uma grande diversidade de situações (Castells, 1977), como resultado da segregação funcional e territorial subjacente à sua expansão (Sjoberg, 1965). Esta segregação apresenta-se como a geradora das dificuldades sentidas pelas populações, que se vêem obrigadas a consumir uma parcela significativa do seu orçamento temporal em deslocações, em detrimento de outras ocupações.

Deste modo, a dependência em relação à cidade-centro, no que respeita ao emprego e às funções mais raras, obriga a migrações pendulares, como movimentos de influxo e refluxo, alternadamente para a cidade-centro e para os respectivos subúrbios (Salgueiro, 1992). O reforço das acessibilidades e a tendência para

a multipolaridade dos espaços metropolitanos podem traduzir-se numa maior fragilização das posições individuais quanto à gestão do tempo. Este aparente contra-senso deriva do alargamento das bacias de emprego a todas as actividades e da maior concorrência face ao emprego, o que pode implicar a aceitação de empregos mais distantes ou em piores condições do que os anteriores a essas mudanças estruturais (Wachs e Schofer, 1972).

Se adicionarmos a estas observações os efeitos das mudanças estruturais pós-fordistas, com uma maior precarização das relações laborais, uma crescente mobilidade das actividades e, consequentemente, dos activos, além da tendência para a bipolarização social, verificamos que as estruturas espaciais metropolitanas (Ascher, 1995) reforçam as desigualdades.

A vulnerabilidade dos grupos mais fragilizados, quer pela menor qualificação, quer pela maior precariedade das suas actividades, residentes em áreas suburbanas menos dotadas, coloca-lhes mais dificuldades no acesso ao emprego e contribui para a reprodução social de uma força de trabalho desqualificada e mal remunerada (Wolch e Dear, 1989) e actua como um potenciador das condições de «exclusão social».

2.3. A «exclusão social»

Na secção anterior destacou-se a implicação da residência suburbana perante as condições de acesso ao emprego, tendo presente que uma das limitações mais acentuadas sobre o respectivo quotidiano tem como base a crescente dicotomia casa-emprego. A preocupação com o emprego não pode deixar de estar presente, pois consideramo-lo, em sintonia com Perret e Roustang (1993), uma condição necessária para a plena assunção da cidadania e, por conseguinte, um obstáculo à criação de condições de «exclusão social». Numa altura em que a crescente incapacidade do Estado-providência, aliada à emergência de uma nova era da sociedade individualista, contribui para a separação do princípio democrático de inclusão e de igualdade, por um lado, e o princípio produtivo de diferenciação e de exclusão, por outro, os desafios que se colocam individual e colectivamente requerem igualmente estratégias pessoais e institucionais que tenham em consideração a complexidade e multiplicidade dos processos conducentes à «exclusão social» (Rosanvallon, 1995).

Por esta razão, a abordagem da «exclusão social» não pode ser feita através de uma dicotomia entre «os incluídos» e «os excluídos», uma vez que a respectiva fronteira é difusa e dinâmica (Rodgers *et al.*, 1995). Difusa, porque podemos ter indivíduos com emprego mas que não deixam de estar excluídos, isto é, a fronteira da exclusão atravessa o próprio mercado de trabalho a que pertencem, quer pela escassez de rendimentos, quer pelo recurso ao pluriemprego, ou ainda pela sujeição a condições de trabalho degradantes, com prejuízo das outras componentes da sua vida quotidiana; dinâmica, se tivermos em conta a precariedade das relações laborais, a rápida obsolescência das qualificações e as mutações conjunturais que afectam todos os níveis da sociedade e que podem excluir ou integrar os indivíduos de acordo com o sentido das respectivas evoluções.

3. Estudo de caso

Um estudo de caso cujo objectivo passasse pela integração dos três domínios basilares atrás referidos — quotidiano, subúrbios e exclusão social — estaria aparentemente facilitado pelo peso demográfico suburbano e pelas evidentes deficiências na qualidade de grande parte dos espaços suburbanos. No entanto, tal evidência não se concretiza se a escassez de meios do processo de investigação impuser restrições, facto evidente na escolha da população-alvo aqui estudada. Desta forma, tomou-se como ponto de partida o quotidiano de trabalhadores-estudantes e respectivos agre-

gados familiares, uma vez que o contacto do autor deste trabalho com os primeiros estava facilitado pela relação docente-discentes.

Dadas as características (número e composição) do universo abrangido, não se pretendeu que o grupo fosse estatisticamente representativo da população suburbana, mas constituísse antes uma amostra sociologicamente significativa, isto é, a diversidade de casos contemplados permitiria a identificação de novas situações com relevância para a compreensão do problema.

Em função deste quadro prévio, optou-se pela conjugação de duas técnicas como suporte para a recolha de informação: os inquéritos e as histórias de vida.

3.1. Os inquéritos

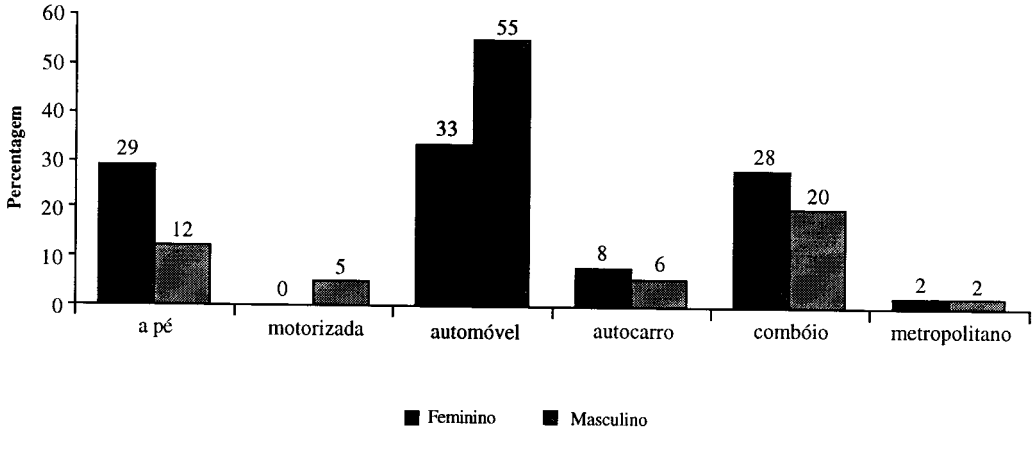
A estruturação dos inquéritos obedeceu a quatro domínios: caracterização sócio-demográfica (idade, género, profissão/ocupação, naturalidade e local de residência); mobilidade geográfica quotidiana (local de emprego, meios e tempos de transporte nos trajectos casa-emprego e casa-escola); distribuição temporal das actividades (tempo gasto nos dias de semana e nos fins-de-semana para um conjunto de actividades); apropriação do espaço (localização e frequência da aquisição/utilização de um rol de 23 bens e serviços).

Do seu tratamento obtiveram-se como conclusões mais significativas os seguintes aspectos:

- Grande diversidade de ocupações (32 situações referidas num universo de 122 inquiridos);
- Reduzido peso (c. 24%) dos naturais do concelho de residência (Sintra);
- Elevada proporção (c. 40%) de inquiridos activos trabalha fora do concelho de residência, com maior incidência em Lisboa;
- Na comparação por géneros, registam-se diferenças significativas na utilização dos meios de transporte, conforme se observa na figura n.º 1;

Meio de transporte casa-emprego por géneros

[FIGURA N.º 1]

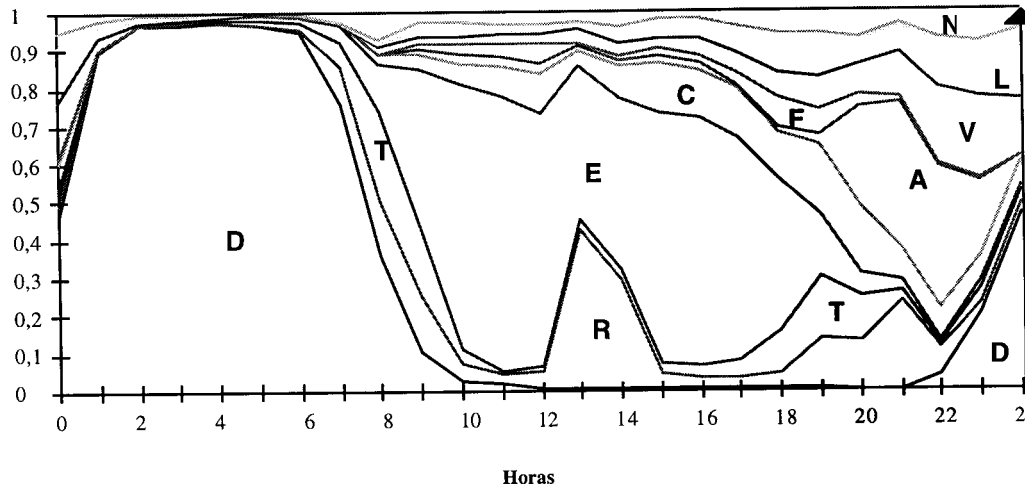


Fonte: Inquéritos.

- Na distribuição das actividades, o gráfico relativo aos dias de semana (figura n.º 2) mostra-nos a sequência e importância mais usuais entre os inquiridos;

Distribuição das actividades de segunda-feira a sexta-feira

[FIGURA N.º 2]



Fonte: Inquéritos.

D — dormir; **A** — aulas; **L** — ler/estudar; **R** — refeições; **C** — trabalho em casa; **O** — outras actividades; **T** — transportes; **F** — compras; **N** — nada; **E** — emprego; **V** — televisão.

- Na comparação por géneros (figura n.º 3), a distribuição das actividades regista diferenças significativas, particularmente nas tarefas «tradicionalmente» femininas (C e F);
- O tempo de interacção por agregado familiar mostra valores reduzidos na maior parte das situações, com 20 famílias de três elementos, num total de 28 famílias, a registarem tempos diários de interacção inferiores a duas horas;
- Na apropriação do espaço, verifica-se uma enorme dependência relativamente a outras localidades distintas da de residência, em especial para as funções mais raras.

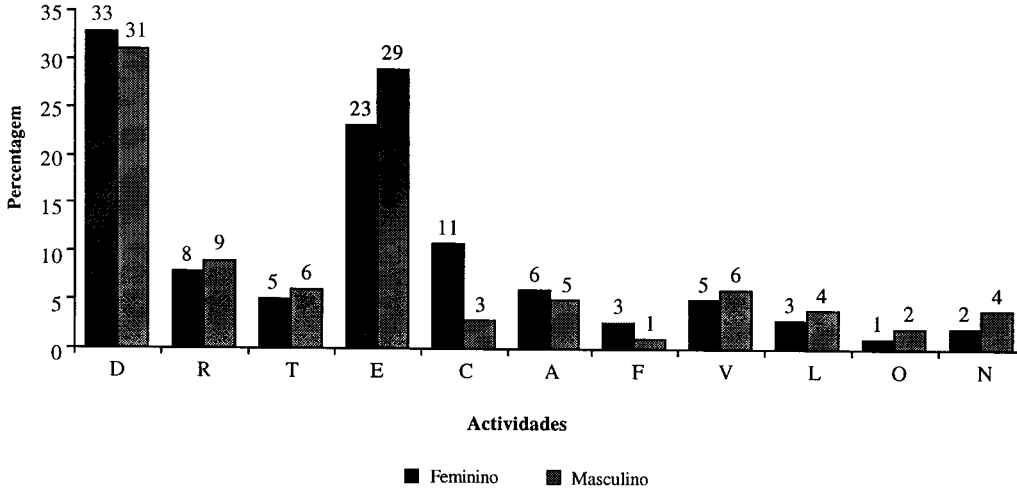
O panorama suburbano exibido pelos inquéritos é particularmente notório na fraca proporção de naturais do concelho de residência, no tempo consumido em transportes (em média, superior a 5% do tempo diário), na reduzida interacção entre os membros dos agregados familiares e na dependência de outros espaços, características estas que, em conjunto, reforçam a falta de identificação perante o espaço residencial e dificultam a criação de laços familiares e comunitários.

3.2. Histórias de vida

As histórias de vida, como instrumento metodológico (Bertaux, 1986), revelaram-se

Comparação por géneros da distribuição quotidiana das actividades

[FIGURA N.º 3]



Fonte: Inquéritos.

D — dormir; **A** — aulas; **L** — ler/estudar; **R** — refeições; **C** — trabalho em casa; **O** — outras actividades; **T** — transportes; **F** — compras; **N** — nada; **E** — emprego; **V** — televisão.

um complemento muito interessante da informação obtida nos inquéritos e, em certa medida, o nível individual do seu âmbito não foi impeditivo da sua representatividade, confirmando em larga medida os pressupostos teóricos deste trabalho.

Por meio de uma «entrevista menos estruturada», o relato biográfico centrou-se primeiramente nas condições objectivas do percurso pessoal que motivaram o abandono do processo formal de ensino para, numa fase posterior, se orientar para os contextos familiar, laboral e escolar e para as respectivas interdependências em termos da articulação espácio-temporal dos sistemas de actividades. Por fim, numa espécie de balanço entre expectativas e obstáculos a ultrapassar, os inquiridos identificaram as motivações que os incentivaram a tentar, via ensino, uma melhoria da sua condição laboral.

No contexto familiar, os processos de «exclusão social» relatados integram-se em dois planos: o relacional, ou de interacção dos elementos do agregado familiar, e o de distribuição das tarefas no lar. No primeiro caso, as longas ausências de casa, reforçadas por vezes pelo desencontro de horários laborais e escolares, conduzem a dificuldades no papel de socialização inerente à família. Quanto à distribuição das tarefas no lar, é ainda evidente um desequilíbrio desfavorável à mulher, em sintonia aliás com os valores obtidos no inquérito ou referidos noutros estudos que incluem essa comparação por géneros (Fonseca, 1990; André, 1993; Wekerle e Rutherford, 1989).

Dos três contextos analisados, consideramos os relatos sobre o contexto laboral os mais ilustrativos do carácter multiforme da exclusão social, a qual, como atrás referimos,

pode ter a fronteira inscrita no próprio mercado de trabalho (Castel, 1994). Se, à primeira vista e face ao manifesto défice da formação académica e qualificação profissional dos activos nacionais, mesmo no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, pareceria que a decisão de prosseguimento de estudos corresponderia a um investimento indirecto pelos empregadores, tal não é a realidade relatada pelos intervenientes nestas «histórias de vida». A sonegação de direitos legalmente consagrados, tanto no sector público como no privado, foi mais mencionada do que o incentivo ou o simples cumprimento da lei. Mudanças de horários para dificultar a presença nas aulas, descontos no vencimento devido a faltas por actividades escolares legalmente justificáveis e referências a não renovação dos contratos são apenas alguns exemplos de situações «vividas» em especial por aqueles cuja situação laboral é mais precária.

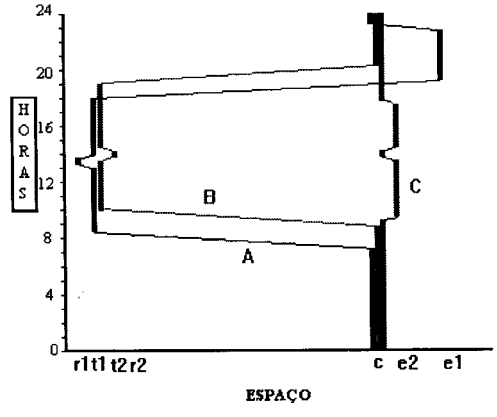
No contexto escolar institucional, o panorama não é mais animador, pois o desfasamento que se sente entre a realidade escolar e a vida activa, numa óptica de quem pertence aos dois universos, é o facto mais saliente, conduzindo a um reforço da componente académica em detrimento da qualificação profissional. No fundo, um balanço entre «diploma» e «qualificação», que só demonstra as distorções do recrutamento no mercado trabalho e que a «escola» ajuda a reproduzir.

3.3. Aplicações do modelo da geografia do tempo

A representação gráfica das trajectórias dos elementos de um agregado familiar, seleccionados entre os inquiridos, ilustra os efeitos da dicotomia espacial casa-emprego realçada por Thrift (1983) e vivida por uma elevada proporção da população residente nos subúrbios. Como se pode observar na figura n.º 4, a «estação» casa é temporalmente coincidente para os três elementos desta família entre as 23 horas e as 7 horas, e, se considerarmos o par mãe-filho, tal coincidência verifica-se entre as 20 e as 9 horas.

Trajectórias quotidianas de três elementos de um agregado familiar suburbano

[FIGURA N.º 4]



A = pai; c = casa; r1 = restaurante; t1 = local de trabalho; e1 = escola
B = mãe; c = casa; t2 = local de trabalho; r2 = restaurante
C = filho; c = casa; c2 = escola frequentada por C

A longa ausência dos pais e a autogestão a que são votados os filhos desde muito novos correspondem a um factor propiciador de «exclusão social», mais evidente na sua forma relacional, mas que pode assumir aspectos multiformes em relação aos seus elementos, pois os processos de socialização ocorrem, em grande parte, fora do contexto familiar. A casa passa a constituir um espaço de realização de tarefas fisiológicas, em vez de constituir um ambiente privilegiado de transmissão de valores, em suma de socialização.

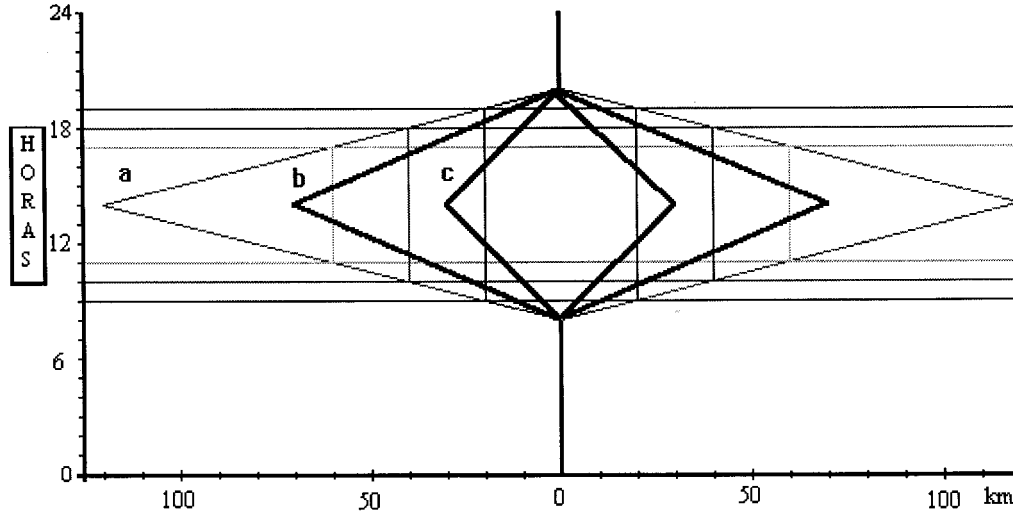
Em relação a outros contextos espaciais, as ausências mais prolongadas que os residentes nos subúrbios registam face à habitação constituem, assim, um catalisador de processos de exclusão que se identifica imediatamente ao nível relacional. Porém, essas longas ausências constituem igualmente um obstáculo para a preparação de estratégias individuais ou familiares face às mudanças económicas e sociais em curso.

Uma outra forma de analisar a importância da dicotomia casa-emprego face às oportunidades de emprego ou à concretização das trajectórias individuais quotidianas pode ser representada por meio de prismas espácio-temporais. Os prismas espácio-temporais, cuja altura depende do tempo que medeia entre a saída e o regresso a casa, ou seja, a variável tempo corresponde à sua terceira dimensão, registam uma variação da distância potencial ao alcance de cada indivíduo de acordo com os meios técnicos da deslocação e tendo sempre presente que o regresso é tido em consideração, facto que transforma os prismas espácio-temporais numa acopulação de dois cones simétricos axialmente centrados na casa.

No exemplo da figura n.º 5 estabelece-se uma relação entre o tempo de trabalho (linhas verticais) e a velocidade da deslocação a partir da residência, representada pelos prismas *a, b* e *c*. Fácil é perceber que, na situação do prisma *c*, as oportunidades são muito mais limitadas do que nos outros dois prismas, pelo que a participação em horários laborais de maior duração e a maior distância espácio-temporal só se conseguem por um alargamento do período de ausência de casa.

Prismas espácio-temporais
(variação da velocidade de deslocação)

[FIGURA N.º 5]



Cada indivíduo, na organização do seu sistema quotidiano de actividades, vê-se, por isso, constrangido espacial e temporalmente pelo horário laboral e pelo tempo de transporte, utilizando o tempo que sobra para a realização de todas as outras tarefas. Os residentes nos subúrbios sujeitos a deslocações consideravelmente extensas e com tendência para aumentarem, dado o alargamento das bacias de emprego proporcionado pela melhoria das infra-estruturas de transporte, vêem, à partida, hipotecada uma parcela significativa das 24 horas, e a parcela susceptível de sofrer mais ajustamentos é o conjunto de actividades correspondentes à «estação» casa.

Quanto às situações decorrentes da proliferação de trabalhos a tempo parcial ou por turnos, os seus efeitos exercem-se também de forma específica sobre a população suburbana. No caso do trabalho a tempo parcial, a disponibilidade para o mesmo só se verifica caso seja compensatório o balanço entre o rendimento obtido e o conjunto de despesas suplementares, tendo em consideração que o dispêndio de tempo casa-emprego é idêntico ao da situação de trabalho a tempo inteiro. Quanto ao trabalho por turnos, as dificuldades centram-se na desarticulação dos horários dos transportes e no maior recurso a transporte próprio, bem como num maior desfasamento com os sistemas de actividades dos restantes membros da família. Por conseguinte, as questões de flexibilização dos horários inerente a um número crescente de actividades colocam em posição mais precária os residentes nos subúrbios, regra geral mais distantes dessas actividades.

Ultrapassando o nível micro da análise, é possível, através do conceito de «capacidade de suporte do espaço-tempo» (Carlstein, 1982), relacionar os sistemas demográfico e de actividades. A interacção do sistema demográfico, constituído por todos os residentes numa unidade espacial, com o sistema de actividades, formado pelo conjunto de actividades e com uma necessidade de tempo equivalente ao somatório da duração de todas as actividades, traduz-se, segundo Pred (1978), de múltiplas formas.

1. Quando os processos de inovação exercem um «efeito multiplicador», com a criação de novas actividades ou a ampliação das existentes, regista-se uma transferência da procura de tempo para essas actividades. Os indivíduos terão, assim, de efectuar pequenos ajustamentos nas respectivas trajectórias espácio-temporais.

2. Se houver redução absoluta no tempo exigido para a consecução das actividades (mudança estrutural e/ou inovação tecnológica), os indivíduos ou beneficiam dessa redução ou vêem-se obrigados a procurar trabalho noutras unidades.

3. A crescente especialização e segmentação do mercado de trabalho, originando polarizações tanto geográficas como sociais, coloca a relação entre a procura (duração das actividades) e a oferta (tempo de trabalho disponibilizado pelas pessoas) num desequilíbrio crescente. A uma procura cada vez mais selectiva e, consequentemente, com maior poder de atracção corresponde uma maior concorrência entre os activos.

4. Por outro lado, os indivíduos que deixam de responder às exigências qualitativas do mercado de trabalho ficam sob o espectro da exclusão via desemprego ou sujeitam-se a trajectórias quotidianas casa-emprego de maior extensão.

A imagem da realidade espácio-temporal dos sistemas demográfico e das actividades pode, assim, constituir um instrumento útil em planeamento, qualquer que seja o âmbito da sua intervenção, mas de particular relevância quando incide sobre as questões da mobilidade das pessoas.

4. Conclusões e propostas de acção

4.1. Conclusões

A crescente fragmentação urbana e os desequilíbrios que se registam na dotação do território influenciam a rotina quotidiana dos residentes nos subúrbios, pois o desempenho dos respectivos sistemas de actividades ocorre em contextos espacialmente diferenciados.

Uma vez que o ponto de referência para a definição dos limites individuais de acessibilidade espácio-temporal se situa na residência, as condições de acessibilidade em relação às outras «estações» quotidianamente utilizadas são muito importantes para a estruturação do sistema de actividades.

Na concertação diária das actividades fisiológicas, laborais e não laborais, a distribuição registada em certos grupos prenuncia níveis baixos de qualidade de vida que se traduzem na omissão de direitos e que criam condições para a reprodução social da «exclusão». Os reflexos da falta de tempo livre são múltiplos e a respectiva intensidade associa-se, com frequência, à posição social e económica de cada indivíduo. Os grupos com qualificações mais baixas e, de forma mais abrangente, as mulheres com filhos menores demonstram grandes dificuldades na articulação dos sistemas de actividades quotidianas.

No caso dos grupos mais fragilizados, sujeitos a maiores cargas horárias, piores salários e deficientes condições de transporte, as disponibilidades de tempo livre são ínfimas. No que respeita às mulheres com filhos menores, cujos problemas cruzam transversalmente diversos níveis sócio-profissionais, observa-se, na génese de muitas formas de exclusão, a associação entre o patriarcado e a esfera económica (André, 1993). Esta ligação conflui numa desvalorização do trabalho feminino, quer na vertente não remunerada do trabalho no meio familiar, quer na discriminação salarial e na precarização do emprego. Estes processos reforçam as condições de «exclusão social» feminina, limitando a amplitude espácio-temporal das deslocações e, concomitantemente, o leque de opções de emprego de acordo com os níveis de qualificação, facto ainda mais evidenciado quando na estruturação dos seus sistemas de actividades está presente a compatibilização com horários escolares dos filhos.

A melhoria da acessibilidade, só por si, não é suficiente para alterar qualitativamente a vida quotidiana nos subúrbios porque induz maior segregação entre o relativo imobilismo da função residencial para os mais desfavorecidos e a maior capacidade de adaptação às novas acessibilidades por parte das actividades da esfera económica. A inclusão de novos territórios nos limites espácio-temporais que compatibilizam as exigências do sistema económico com os *time-budgets* individuais e colectivos acentua as condições de competitividade face ao emprego e propicia o alargamento das trajectórias individuais casa-emprego (Feldman, 1977).

Não se pretende contestar a mobilidade, pois entendemo-la como uma conquista e um factor de mudança sociais, mas num contexto metropolitano pode induzir efeitos nefastos na qualidade de vida dos grupos mais fragilizados, se a sua extensão espácio-temporal corresponder a uma acentuada substituição do tempo extralaboral.

4.2. Propostas de acção

Propor intervenções em problemas encarados com um certo fatalismo, ou sobre outros considerados «naturais», particularmente quando uma parte significativa das mudanças a realizar pertence aos próprios destinatários, não é um exercício fácil num contexto marcado pela incerteza.

Apesar da heterogeneidade das situações que envolvem o quotidiano suburbano, o ponto nevrálgico das condições de «exclusão

social» reside na incapacidade individual e institucional de actuação a montante do processo, isto é, na ausência de defesas.

As defesas que aqui propomos passam por uma conjugação de esforços institucionais, aproveitando ou melhorando recursos existentes, e individuais, com a motivação e participação dos elementos que auto-avaliem uma situação menos favorável face ao emprego.

Com esse objectivo, julga-se que a mudança deve passar por uma maior qualificação dos activos e por um aumento das disponibilidades temporais.

Para a concretização do primeiro objectivo propõe-se o aproveitamento de parte da actual rede escolar do ensino nocturno para um processo efectivo de qualificação profissional, o qual incidiria em áreas específicas de acordo com as características locais/regionais e estaria dotado de grande capacidade de adaptabilidade a novas situações. Em vez de diplomas académicos, os candidatos ficariam possuidores de qualificações orientadas para a vida activa, reforçando assim a sua posição em termos de mobilidade vertical e/ou horizontal no mercado de trabalho.

A outra proposta incide na alteração do ensino pré-escolar, quer no alargamento da rede pública, quer na flexibilização dos respectivos horários. Ambas as alterações visam um alargamento do número de crianças abrangidas e, simultaneamente, uma menor dependência das mães face aos constrangimentos colocados pelos horários dos filhos, diminuindo a sua posição de desigualdade perante o mercado de trabalho.

Em face de uma realidade tão complexa, estas duas medidas visam promover a articulação de um leque variado de intervenientes, primeiro passo para enfrentar a «exclusão social», um problema da sociedade como um todo e não apenas dos directamente atingidos. O segundo passo, porventura mais actuante, procura reforçar, através de uma efectiva qualificação profissional, a posição dos que estão na vida activa, mas em situação precária, e daqueles que foram forçados a abandoná-la (desempregados, jovens mães) ou que nela ainda não conseguiram entrar (jovens à procura do primeiro emprego).

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Isabel M. (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana: Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico,* dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ASCHER, François (1995), *Metapolis ou l'Avenir des villes,* Paris, Éditions Oolite Jacob.

BERTAUX, Daniel (1986), «Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche», *in* Danielle Desmarais e Paul Grell, *Les Récits de vie, théorie, méthodes et trajectoires types,* Montreal, Ed. Saint-Martin.

CARLSTEIN, Tommy (1982), *Time Resources, Society and Ecology,* Londres, George Allen & Unwin.

CASTEL, Robert (1995), «La déstabilisation de la condition salariale», in *Alternatives économiques,* Fevereiro de 1994, cit. por Rosanvallon, *op. cit.*

CASTELLS, Manuel (1977), *The Urban Question, a Marxist Approach,* Londres, Arnold.

FELDMAN, M. (1977), «A contribution to the critique of urban political economy: the journey to work», in *Antipode,* 9, pp. 30-50, cit. por Wekerle e Rutherford (1989), *op. cit.*

FONSECA, M. Lucinda (1990), *População e Território — Do País à Área Metropolitana,* Lisboa, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 14.

FRISBIE, W. Parker, e KASARDA, John D. (1988), «Spatial processes», *in* Neil Smelser, *Handbook of Sociology,* Newbury Park, Sage.

GIDDENS, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade,* São Paulo, Martins Fontes, trad. de Álvaro Cabral.

GIDDENS, Anthony (1993), *Sociology,* Cambridge, Polity Press, 2.ª ed.

GRAWITZ, Madeleine (1976), *Méthodes des sciences sociales,* Paris, Dalloz, 3.ª ed.

HÄGERSTRAND, Torsten (1975), «Space, time and human conditions», *in* A. Karlvist, *Dynamic Allocation of Urban Space,* Farnborough, Saxon House.

HARVEY, David (1989), *The Condition of Postmodernity,* Cambridge, Massachusets, Blackwell.

JAVEAU, Claude (1982), «Pour une sociologie descriptive de la vie quotidienne: quelques pistes et quelques détours», in *Recherches sociologiques,* vol. XIII, n.os 1 e 2.

LENNTORP, Bo (1976), *Paths in Space-Time Environments,* Lund Studies in Geography, serie B, Human Geography, nº 44, The Royal University of Lund.

MAUSS, Marcel (1950), *Sociologie et anthropologie,* Paris, PUF.

PALM, R., e PRED, Allan (1978), «A time-geographic perspective on problems of inequality for women», *in* D. A. Lanegran e R. Palm, *An Invitation to Geography,* Nova Iorque, McGraw-Hill.

PERRET, Bernard, e ROUSTANG, Guy (1993), *L'Économie contre la societé, afronter la crise de l'intégration sociale et culturelle*, Paris, Seuil.

PRED, Allan (1978), «The impact of technological and institutional innovations on life content: some time-geographic observations», in *Geographical Analysis*, vol. 10, n.º 4, Ohio State University Press.

RODGERS, Gerry; GORE, Charles, e FIGUEIREDO, José B. (1995), *Social Exclusion: Rhetoric, Reality, Responses*, Genebra, International Institute for Labour Studies.

ROSANVALLON, Pierre (1995), *La nouvelle question sociale, repenser l'État-providence*, Paris, Seuil.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal — Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento 2.ª ed.

SJOBERG, Gideon (1965), «Cities in developing and in industrial societies: a cross-cultural analysis», *in* Ph. Hauser e L. Schnore (eds.), *The Study of Urbanization.*

SZALAI, A. (ed.) (1980), *The Use of Time,* Haia, Mouton, 1972, *in* Claude Javeau, «Sur le concept de vie quotidienne et sa sociologie», in *Cahiers internationaux de sociologie,* vol. LXVIII.

THRIFT, Nigel J. (1983), «On the determination of social action in space and time», in *Environment and Planning D: Society and Space,* vol. 1, pp. 23-57.

WACHS, M., e SCHOFER, J. L. (1972), «Public transit and job acess in Chicago», in *Transportation Engineering Journal*, 98, cit. por Wekerle e Rutherford (1989), *op. cit.*

WEKERLE, Gerda R., e RUTHERFORD, Brent (1989), «The mobility of capital and the immobility of female labor: responses to economic restructuring», *in* Wolch e Dear, *op. cit.*

WOLCH, Jennifer, e DEAR, Michael (eds.) (1989), *The Power of Geography,* Boston, Unwin Hyman.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 79-95

A UNIVERSIDADE E A REDE URBANA EUROPEIA

*Eduarda Silva Marques da Costa**
*Eduardo Brito Henriques**
*Jorge Macaísta Malheiros**
*Margarida Queirós**
*Maria José Boavida**

> Sans doute, partout où la vie universitaire s'est développée, elle a inscrit sur le sol ses habitats, ses aires de déplacement et ses itinéraires obligés. Les lieux de résidence et de loisir, même dispersés dans l'espace urbain, on leur originalité [...]
>
> P. BOURDIEU e J.-C. PASSERON, *Les Héritiers*, p. 51

Nota introdutória

O presente artigo pretende analisar o modo como se foi configurando a rede universitária na Europa continental[1] e averiguar que forças históricas foram justificando a sua organização. Discutir-se-ão ainda as modificações recentes no papel interventor das universidades na economia e na sociedade.

1. Universidade: a função e o território

Remontará, provavelmente, ao século XIII a afirmação da universidade como uma função

* Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

[1] Em virtude de o sistema universitário do Reino Unido e da Irlanda ser bastante distinto do dos restantes países da Europa (organização em *colleges*, licenciaturas de menor duração, etc.), optou-se por não incluí-lo na presente análise. Não foram igualmente considerados os antigos países da Europa de Leste (com excepção da ex-RDA), uma vez que o sistema educacional neles vigente se baseava em princípios filosóficos distintos. Note-se que a informação utilizada foi recolhida a partir do *International Handbook of Universities* (10.ª edição) e diz respeito, exclusivamente, à rede universitária existente em 1986. A informação contida neste anuário apresenta lacunas diversas (por exemplo, ausência da data de abertura de alguns estabelecimentos e do tipo de cursos por estes oferecidos), pelo que no presente trabalho apenas foram consideradas as escolas de ensino superior para as quais foi possível obter todos os dados, nomeadamente os relativos à data da fundação.

de cunho marcadamente urbano. Apesar do surgimento anterior de estabelecimentos de ensino na dependência de abadias e mosteiros, é neste século que a concepção de ensino começa a alterar-se no sentido de um maior universalismo e de uma redução da dependência face ao poder eclesiástico.

Numa fase (séculos XIV e XV) em que alguns monarcas procuravam afirmar o seu poder face à aristocracia e à Igreja, as universidades funcionavam simultaneamente como um auxílio (formando os doutores em Letras e em Direito que podiam apoiar as administrações em formação) e uma forma de afirmação do poder real. Por outro lado, a maior abertura destas escolas — associada à valorização do saber como uma das vias para o exercício do poder — levou a que os novos estabelecimentos de ensino encontrassem acolhimento não só entre os nobres, mas especialmente junto dos grupos sociais urbanos em emergência, designadamente as corporações de mesteres e a nova burguesia mercantil. Neste quadro, é natural que as universidades da baixa Idade Média se localizassem preferencialmente nas cidades, distanciando-se do modelo de localização dos estabelecimentos de ensino anteriores, que se situavam frequentemente em locais isolados e recolhidos, como alguns mosteiros. Através da sua personagem Guilherme de Baskerville, Umberto Eco dá uma excelente imagem deste processo:

> Sei, enfim que uma abadia gloriosa como Murbach, nestes tempos tão tristes, já não tem um único escriba, que em San Gallo ficaram poucos monges que sabem escrever, que agora é nas cidades que surgem corporações e guildas compostas por seculares que trabalham para as universidades [...]
>
> *O Nome da Rosa,* p. 39

A instalação da universidade nos centros urbanos medievais não significava uma sujeição aos regulamentos vigentes, adoptando as instituições de ensino uma posição de autonomia, decorrente dos privilégios que lhes eram concedidos (Ceri, 1982).

A imposição do espírito humanista do Renascimento contribuiu para a difusão das universidades em diversas cidades europeias após o século XV. No entanto, a concepção corporativa destas comunidades de alunos e mestres não se alterou, pelo que estas poderosas instituições se mantiveram relativamente autónomas face à sociedade envolvente.

A primeira grande ruptura face à concepção de universidade que se acaba de enunciar é, para diversos especialistas (Fourrier, 1971; OCDE, 1991), o resultado das reformas introduzidas por Humboldt, quando funda a Universidade de Berlim em 1809-1810: a universidade deixa de ser uma corporação que visa manter uma elite social de mestres e alunos para se tornar uma instituição vocacionada para a investigação científica, isto é, para a descoberta da verdade e da inovação. Esta afirmação do espírito racionalista na concepção de universidade foi-se reforçando com a progressiva imposição da sociedade industrial capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial, o ensino universitário passou a ter uma lógica funcionalista, entendendo-se as escolas de ensino superior como instituições que devem servir, sob diversas formas, o sistema produtivo. Esta nova concepção, que não pode ser desligada dos processos de massificação e democratização da universidade nos países da Europa ocidental, foi fortemente condicionada por dois tipos de questões (OCDE, 1991): as exigências do mercado de emprego em relação a pessoal altamente qualificado, por forma a permitir a manutenção de um sistema produtivo inovador e competitivo e a difusão do princípio de que o ensino superior corresponde ao direito público de desenvolvimento das capacidades de qualquer indivíduo e não apenas de uma elite social. Contudo, esta democratização ainda hoje está distante de ser plenamente conseguida, pois a aparente igualdade formal

do sistema (mesmo tipo de provas de acesso, programas idênticos, iguais condições de utilização das bibliotecas universitárias, etc.) não anula a importância dos «privilégios culturais» (atmosfera familiar intelectual, prática da língua e outros) no sucesso escolar dos estudantes universitários (Bourdieu e Passeron, 1985).

Este processo de expansão e democratização é contemporâneo de uma diversificação dos modos de ensino superior, sobretudo no sentido da formação prática e profissional[2] (OCDE, 1991). Relembre-se que o sucesso económico da Europa ocidental nos anos 50 e 60 assentou num crescimento contínuo da produção e produtividade industriais, com um crescente recurso às novas tecnologias. A emergência, nos últimos vinte anos, de regimes de acumulação flexíveis, em que as comunicações e a inovação desempenham papéis fundamentais, veio acentuar ainda mais as exigências de investigação e progresso tecnológico.

Assim, pode concluir-se que o ensino universitário actual desempenha, essencialmente, *três tipos de funções complementares,* que podem ser enquadradas em outros tantos sistemas:

— Difusão de formas de cultura e de saber ligadas às classes dominantes, o que deve ser entendido como uma das componentes das estratégias de *reprodução* destes sectores sociais (Casanova, 1993) (sistema sócio-cultural);
— Investigação e inovação científica e tecnológica (sistema científico);
— Produção de diplomados para responder às exigências do mercado de emprego (sistema educativo e sistema de emprego).

Note-se que, através do ajuste da formação dos seus diplomados às exigências dos empregadores, da veiculação de uma cultura académica que se aproxima, cada vez mais, das culturas profissionais[3] e do reforço das ligações ao Estado e às empresas, as universidades têm vindo a reforçar o seu papel regulador no mercado de emprego.

Por outro lado, a sobrevivência das escolas de ensino superior europeu no actual quadro conceptual implica, simultaneamente, maior colaboração e competitividade entre universidades e, especialmente, uma maior ligação destas a outros tipos de instituições (empresas, autoridades supranacionais, nacionais e regionais, associações profissionais e científicas, etc.), numa lógica de colaboração e interdependência.

As alterações na função universitária a que temos vindo a fazer referência implicaram, necessariamente, uma transformação no quadro territorial em que assenta a rede de universidades europeia. A disseminação regional das escolas de ensino superior e, particularmente, das instituições vocacionadas para o ensino técnico nos diversos países europeus, após a década de 50, tenta responder, em simultâneo, ao processo de democratização do ensino e às exigências diferenciadas dos mercados regionais e locais de trabalho.

Se nalguns casos extremos (Upsália, Heidelberga ou Salamanca...) a imagem da universidade se sobrepõe, de certo modo, à da própria cidade, actualmente, na maioria dos centros urbanos, a função universitária constitui uma componente fundamental para a vitalidade, a valorização e a afirmação das cidades,

[2] É neste âmbito que o ensino técnico (arquitectura, engenharia e tecnologia) se vai afirmar na cultura universitária, até então assente na medicina e nos «saberes intelectuais» (letras, direito, filosofia e teologia), típicos da cultura humanista. Integra-se na mesma lógica a disseminação do ensino politécnico na Europa a partir da década de 60.

[3] É significativo, neste âmbito, o esforço que as associações de estudantes e de jovens profissionais de alguns cursos colocam na promoção dos seus licenciados junto de potenciais empregadores.

numa rede fortemente competitiva. Em virtude do seu papel, tanto directo como indirecto[4], no fomento dos circuitos económicos regionais e na animação cultural urbana, as universidades contribuem não só para a manutenção do prestígio do centro urbano em que estão instaladas, mas sobretudo para reforçar a importância detida por este no *hinterland* sob o qual exerce influência.

A função universitária é, pois, uma das componentes do domínio exercido pelos nós urbanos sobre o território envolvente. No presente contexto de concorrência entre cidades, a existência de uma universidade, especialmente se prestigiada e funcional, pode representar uma vantagem comparativa importante, que se reflectirá ao nível de uma polarização territorial mais forte e, naturalmente, de uma melhor posição do aglomerado na hierarquia dos centros urbanos. Em contrapartida, a ausência de universidade (ou a reduzida afirmação desta no quadro do ensino superior) pode contribuir para a marginalização e sobretudo para a dependência de algumas cidades.

2. *A estruturação da rede universitária europeia*

A análise da data de fundação das universidades que compõem a rede em estudo é um elemento relevante para a compreensão do processo de estruturação da rede universitária da Europa continental.

É certo que este método não permite conhecer com exaustão os contornos do processo. Por um lado, não contempla as universidades entretanto desaparecidas, escapando, portanto, as razões que justificaram certos retrocessos na estruturação da rede; por outro lado, não considera toda a latitude do sistema universitário, já que muitos estabelecimentos, por ausência de informação relativamente à data da sua formação, são excluídos da presente análise. Ainda assim, admite-se que a informação disponível é suficiente para esboçar os traços fundamentais da evolução da rede universitária.

As primeiras escolas de ensino surgem na Idade Média, associadas a estabelecimentos monásticos e à formação escolástica e teológica. Alguns dos primeiros estabelecimentos de carácter universitário (os «Estudos Gerais» públicos) desenvolveram-se a partir daquelas instituições; outros formaram-se *ex nihilo* sob o apoio directo dos monarcas, sobretudo onde se assistia já à formação de grupos relevantes de mercadores e burgueses.

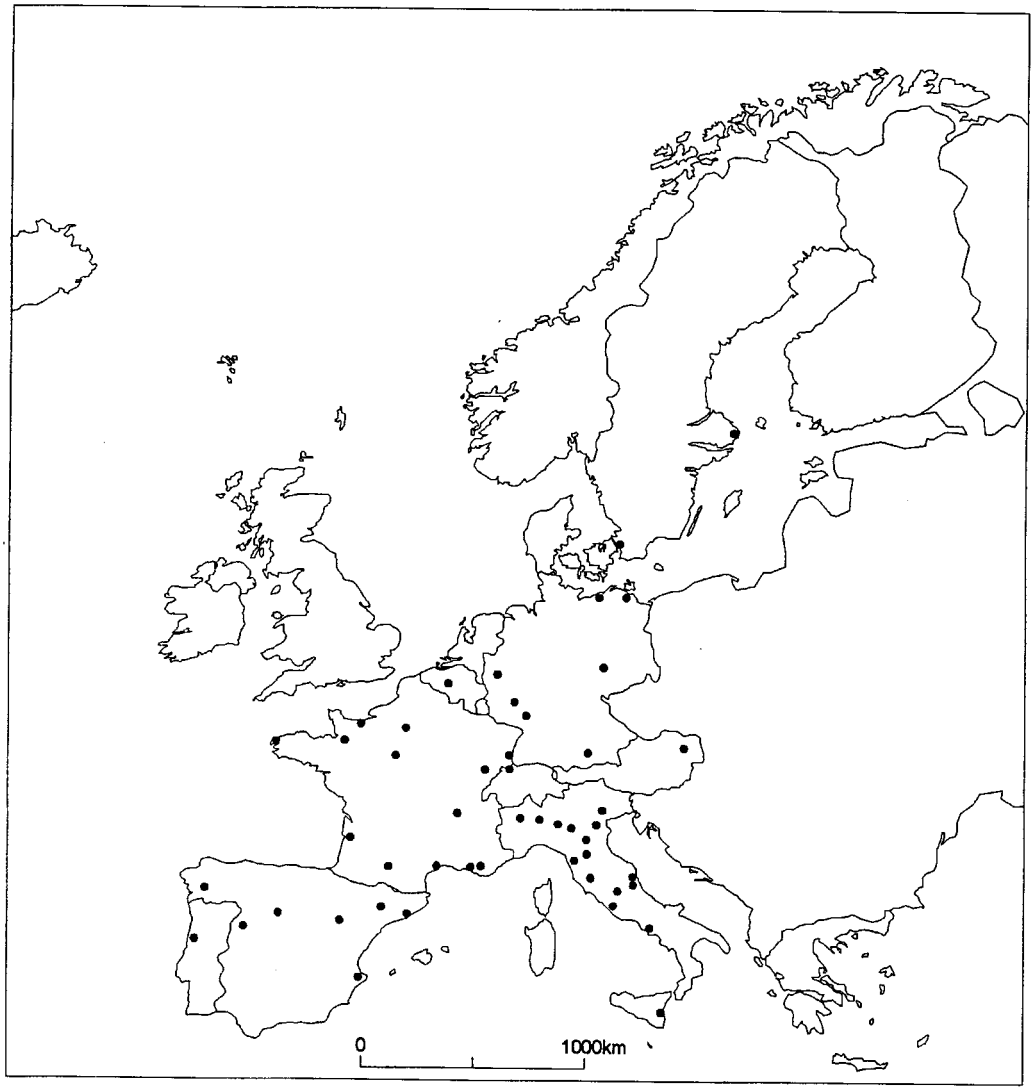
O número deste tipo de estabelecimentos aumentou com alguma regularidade desde meados do século XIII — época em que se destacaram Paris, Montpellier e Bolonha (consideradas as primeiras universidades da Europa) — e nos inícios do século XVI era possível falar já da existência de uma rede de universidades europeia, tanto pela densidade dos estabelecimentos como pelas relações que mantinham entre si (era frequente a circulação de mestres e alunos, por exemplo).

As cidades do Centro e Norte da Península Itálica definiam então a área de maior densidade de estabelecimentos universitários (figura n.º 1). Para além destas, destacavam-se ainda alguns centros urbanos da França meridional e da Península Ibérica, configurando no seu conjunto a estrutura principal da rede universitária da Europa medieval.

[4] A função universitária dá origem a uma série de actividades complementares (aluguer de quartos, tipografias, livrarias, etc.) que, sobretudo em cidades de média dimensão, podem ter alguma importância ao nível da animação de certos circuitos económicos. Por outro lado, ao procurarem responder às necessidades específicas dos mercados de emprego regionais, as universidades contribuem para a potencialização dos recursos humanos e para o ajustamento entre a oferta e a procura de profissionais qualificados. Finalmente, a investigação universitária, sobretudo no caso das instituições mais recentes e de carácter técnico, aparece, com alguma frequência, associada aos processos de inovação dos tecidos empresariais locais.

Rede de universidades da Europa ocidental *c.* 1500
(excepto Reino Unido e Irlanda)

[FIGURA N.º 1]



A geografia das universidades nos inícios do século XVI traduzia, em larga medida, a hierarquia urbana e a importância económica e político-religiosa das diversas cidades. Assumindo-se o ensino universitário como uma função urbana que contava com o apoio de burgueses e mercadores, é natural que as universidades privilegiassem alguns dos nós mais importantes das rotas comerciais medievais. Compreende-se, assim, a importância do arco

mediterrânico; contudo, a maior densidade de universidades no Sul da Europa não pode ainda deixar de ser associada à presença de instituições de topo da hierarquia da Igreja católica, à herança da cultura clássica e à sua ligação mais estreita aos focos de vida intelectual do Norte de África e mesmo do Próximo e Médio Oriente.

Em 1500 mereciam ainda destaque as universidades do Sul da Alemanha (como Heidelberga, Tubinga ou Friburgo), região que absorveu profundamente a cultura católica, como o atestam as relações de privilégio entre os príncipes alemães e a Igreja de Roma. No Norte da Europa, por sua vez, surgiam algumas instituições em cidades ligadas ao tráfego comercial do mar do Norte, em especial à Liga Hanseática, como Upsália, Copenhaga, Rostock e Greifswalt.

A reafirmação da cultura clássica, das artes, das letras e da medicina, fruto da reforma intelectual do Renascimento, justificou o desenvolvimento e a criação de novas universidades no decurso do século XVI, desde a Itália central (Urbino e Messina) passando pela Suiça e pela França, até à Península Ibérica.

A Reforma protestante, iniciada por Lutero[5], justificou, por sua vez, o aparecimento de novos estabelecimentos que conferiram à Alemanha um lugar importante na rede universitária europeia. Se foram fundadas novas universidades que constituíam os focos do humanismo e do protestantismo de Lutero (casos de Marburgo, 1527, e Conisberga, 1544), rapidamente surgiram outras associadas ao movimento da Contra-Reforma (caso de Dillingen, 1554). Este fenómeno explica também o desenvolvimento das universidades na Suíça (Genebra, Lausana) e na França (por exemplo, Lille e Reims), onde o movimento da Reforma assumiu proporções significativas.

Os Descobrimentos e a expansão das potências europeias — que vieram reforçar inicialmente o papel das cidades do Sul da Europa, nomeadamente de Portugal e Espanha — são outros factores a considerar no processo de estruturação da rede universitária entre os séculos XVI e XVIII (figura n.º 2). Não pode ser dissociado deste quadro o surgimento das novas Universidades de Lisboa (por transferência temporária da Universidade de Coimbra), Sevilha, Granada e Madrid, onde se conjuga o ensino das humanidades com disciplinas de índole mais prática, como a matemática, a astronomia e a cosmografia. Refira-se que, paralelamente a estas instituições de ensino, desenvolveram-se ainda novas escolas de formação específica de cosmógrafos, navegadores e outros profissionais ligados ao movimento da expansão ultramarina.

Durante a segunda metade do século XVIII, a administração, a política e a educação são áreas privilegiadas pelo *despotismo esclarecido,* pois constituíam o suporte para o funcionamento e organização do Estado absoluto. Ao mesmo tempo, as ciências, a filosofia e as letras, influenciadas pelo espírito racionalista, fervilham nas academias e sociedades científicas e literárias, que começam a desenvolver algumas actividades em conjunto com a universidade.

É neste contexto que ocorre a reforma humboldtiana do ensino universitário. Pretende-se criar uma universidade una para toda a Alemanha onde a primazia dada à investigação e à ciência reflecte a ascensão do espírito positivista. As universidades alemãs foram as primeiras a desenvolver instituições de ensino especializadas nos domínios das ciências aplicadas (fenómeno que ocorre mesmo antes da grande industrialização do país), donde se

[5] A sua figura está intimamente ligada à Universidade de Vitemberga, onde este fixou as 95 teses que marcam o início da Reforma.

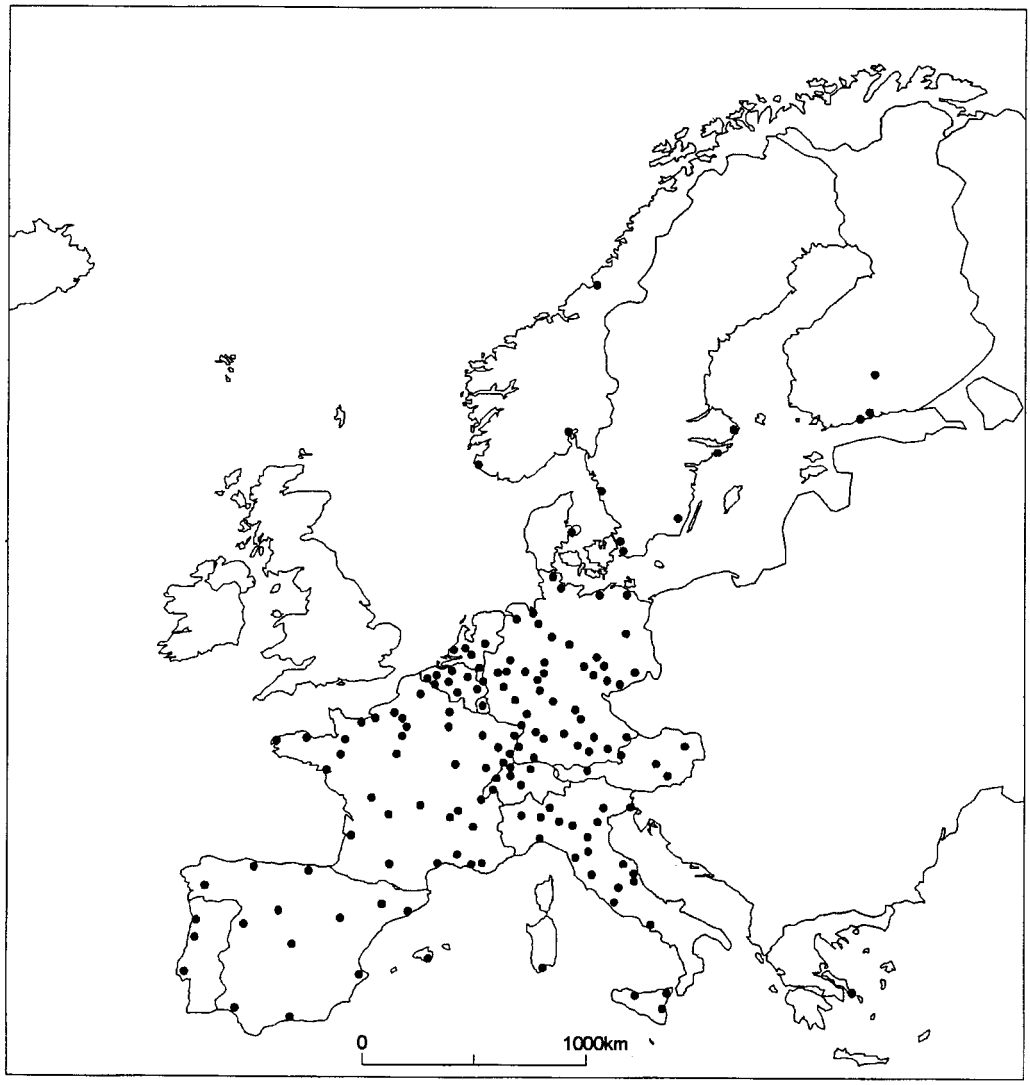
Rede de universidades da Europa ocidental *c.* **1750**
(excepto Reino Unido e Irlanda)

[FIGURA N.º 2]

compreende que alguns autores considerem o século XIX a «época de brilho da universidade alemã [...] que criou e assegurou a posição mundial da ciência alemã» (Schnabel, cit. por Nóbrega, 1967, p. 9). Posteriormente, o processo de unificação alemã veio melhorar as condições que estão na base do crescimento do número de instituições e da expansão territorial da rede universitária deste país (figuras n.os 2 e 3).

Rede de universidades da Europa ocidental — 1900
(excepto Reino Unido e Irlanda)

[FIGURA N.º 3]



Em França, a extinção das universidades do antigo regime, em 1793, não impediu que o ensino superior deste país fosse influenciado pela reforma humboldtiana, pelo que o processo de difusão dos estabelecimentos de ensino superior continuou, especialmente na segunda metade do século XIX[6].

[6] Note-se que em 1875 se decretou a livre abertura de novos estabelecimentos de ensino superior.

Para além das modificações ocorridas nas redes universitárias da Alemanha e da França, merecem particular destaque a Suíça e a Bélgica, que registam um crescimento significativo no número de estabelecimentos de ensino superior entre 1750 e 1900[7]. No caso da Bélgica, este processo está intimamente relacionado com a formação e a afirmação do Estado Belga no período imediatamente posterior à independência. Realce-se que entre 1831 e 1837 são criadas cinco novas universidades nas cidades de Namur, Bruxelas (dois estabelecimentos), Liège e Mons.

Em 1900, para além da Alemanha e da França, a Bélgica e a Itália[8] são os países que apresentam as redes de estabelecimentos universitários mais extensas, embora a Espanha, a Suíça, a Áustria e a Suécia detenham também alguma importância no contexto europeu. No caso dos dois últimos países, a concentração de mais de 50% dos estabelecimentos nas respectivas capitais[9] impede a real visualização do número de universidades existentes em 1900, fenómeno que acaba por traduzir o fraco desenvolvimento da rede urbana nestes países.

O mapa de 1900 (figura n.º 3) põe também em evidência a adopção da função universitária pelas maiores cidades da periferia europeia ao longo do século XIX. Neste período abrem estabelecimentos em Oslo, Bergen, Helsínquia, Lisboa, Porto e Atenas[10].

A primeira metade do século XX é marcada pelo início da afirmação de instituições de ensino superior de carácter técnico. As novas escolas de engenharia, estudos comerciais ou arquitectura vão ser as principais responsáveis pelo crescimento do número de instituições universitárias em diversos países europeus. Deve, contudo, destacar-se que, quando analisado de um ponto de vista territorial, o processo em causa assume um carácter muito mais intensivo do que extensivo. Na verdade, em países como a França, a Alemanha, a Bélgica ou a Noruega o ritmo de acréscimo do número de universidades ao longo deste período resultou, essencialmente, do aparecimento de novas escolas e de novos cursos em centros urbanos onde já existiam instituições, ocorrendo, portanto, uma diversificação da oferta universitária em diversas cidades, mas não um alargamento significativo da rede territorial das cidades universitárias (figuras n.os 3 e 4). Apenas na Dinamarca e nos países mais periféricos de independência tardia (Grécia e Finlândia) o processo de crescimento das escolas de ensino superior foi simultaneamente intensivo (incremento do número de escolas nas capitais destes países) e extensivo (aparecimento de novas instituições nos centros urbanos de nível hierárquico imediatamente inferior ao das capitais — Aarhus, Odense, Alborg, Turku[11], Tampere e Salónica) (figura n.º 4), levando ao surgimento das pequenas redes universitárias nacionais.

---

[7] Enquanto a Suíça duplicava o número de universidades entre 1750 e 1900, a Bélgica atingia no final deste período 22 escolas de ensino superior, distribuídas por nove cidades.

[8] Apesar do reduzido crescimento do número de universidades deste país nos séculos XVIII e XIX, a manutenção da importante rede herdada do período anterior garante-lhe uma posição de destaque no contexto europeu.

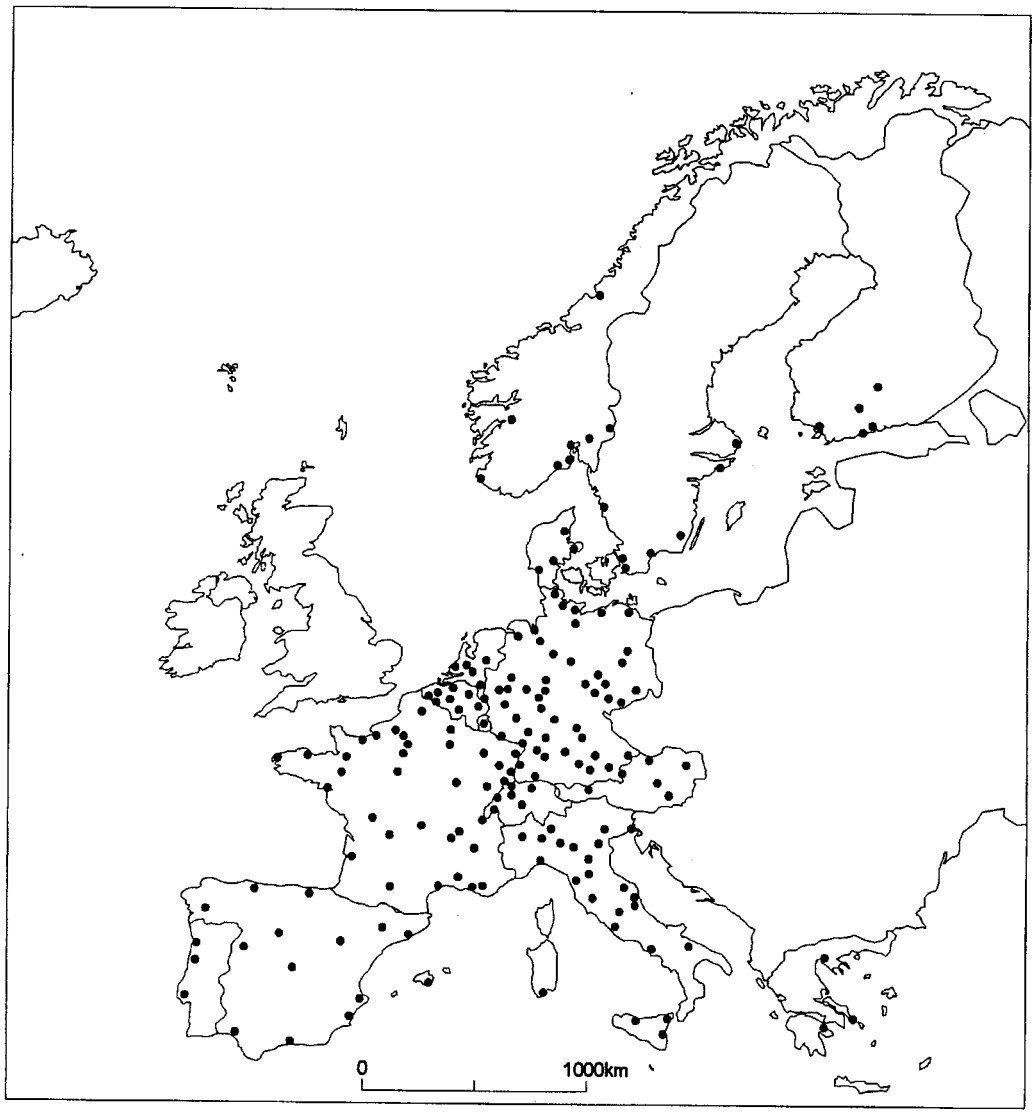
[9] O facto de estas cidades serem, nesta época, capitais de impérios territoriais bastante vastos implicou o reforço da sua centralidade, o que permite compreender a forte concentração dos estabelecimentos universitários.

[10] Também no caso deste país, a independência face ao Império Otomano e o estabelecimento da capital em Atenas terão contribuído para a fundação/localização das novas universidades.

[11] No caso desta cidade finlandesa, as duas universidades abertas na primeira metade do século XX não foram as primeiras a estar instaladas neste local. Na verdade, a primeira Universidade da Finlândia foi fundada em 1640 em Turku, tendo alguns anos mais tarde sido transferida para Helsínquia.

Rede de universidades da Europa ocidental — 1950
(excepto Reino Unido e Irlanda)

[FIGURA N.º 4]



3. A rede universitária actual: a especialização como resposta à nova realidade económica e social

A expansão industrial do pós-guerra veio impulsionar o processo de generalização da formação secundária, que, progressivamente, se foi estendendo também ao ensino superior. As reformas realizadas ao nível da educação universitária, que, inicialmente, apontavam para a síntese das ciências, por forma a prepararem os jovens para o exercício de uma profissão, foram, progressivamente, reflectindo um aumento da especialização.

Neste âmbito, a partir da década de 50, aparecem, um pouco por toda a Europa, novos estabelecimentos de ensino superior, de menor dimensão e muitas vezes com uma forte especialização académica. Note-se que, para além das novas universidades, deve também considerar-se o conjunto de outros estabelecimentos de ensino superior, como os institutos politécnicos, as escolas superiores e outras instituições equivalentes, que em muito contribuíram para o aumento da oferta de uma mão-de-obra qualificada e especializada, designadamente nos domínios das ciências exactas, da economia e gestão e das tecnologias. São as novas características de formação destes profissionais que lhes conferem a capacidade adequada para responderem às exigências de sofisticação e complexidade das tarefas que decorrem, quer de uma crescente incorporação de inovações, quer das novas formas de organização do trabalho inerentes às transformações nos processos de produção e distribuição.

Ao longo do período em causa, o número de estabelecimentos aumentou rapidamente na maioria dos países, tendo este processo sido acompanhado por uma dispersão territorial (figura n.º 5). O surgimento de novas universidades em cidades de média e pequena dimensão, nas regiões periféricas dos diversos Estados, reflecte uma das estratégias subjacentes às políticas estatais de desenvolvimento regional. Relembre-se que a universidade, sendo uma função de nível hierárquico superior, não só reforça a capacidade polarizadora dos centros urbanos, como proporciona a formação de uma mão-de-obra mais adaptada às características dos mercados regionais de emprego.

4. Síntese e perspectivas — as universidades e a rede urbana numa Europa de novos contornos

Se bem que os traços gerais do processo de expansão verificado nos últimos quatro decénios sejam generalizáveis a diversos países europeus, verificam-se variantes regionais que evidenciam os aspectos específicos que actuaram como condicionantes à construção e afirmação da rede universitária nos diferentes territórios.

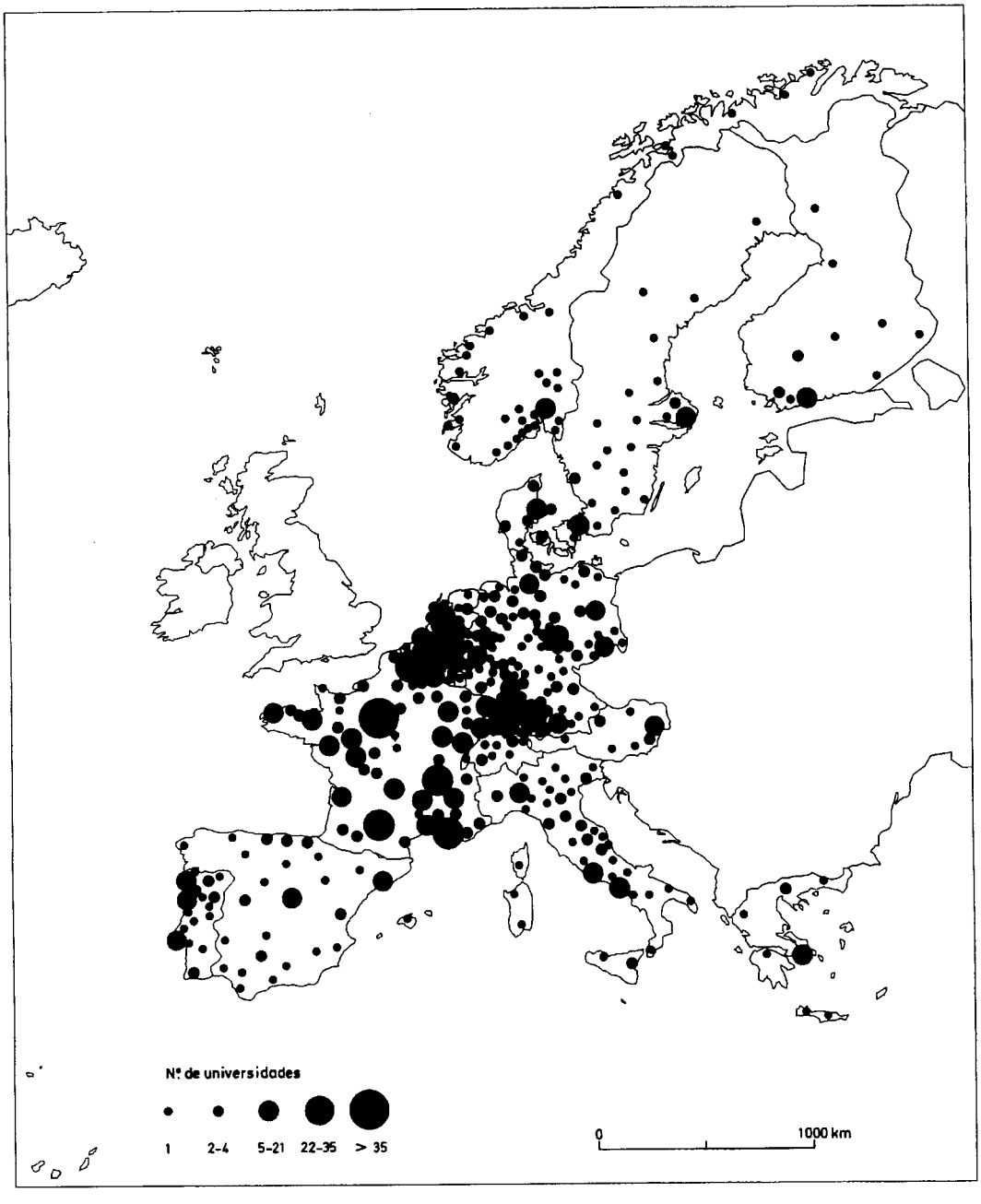
A figura n.º 6 representa a evolução das redes universitárias de sete países, que sintetizam, em termos genéricos, a diversidade de comportamentos observados no espaço em estudo.

Comportamento tipo 1: corresponde às redes nacionais de maior dimensão (Alemanha e França), com origens relativamente antigas e que conheceram processos de incremento progressivo após 1750.

Comportamento tipo 2: redes cujo início é posterior a 1500, mas cujo processo de alargamento até 1750 tem alguma relevância, correspondendo a um período de uma certa vitalidade económica dos Estados continentais do mar do Norte. Posteriormente, a evolu-

Rede de universidades da Europa ocidental — 1986
(excepto Reino Unido e Irlanda)

[FIGURA N.º 5]



ção é relativamente idêntica à do primeiro comportamento.

Comportamento tipo 3: corresponde a pequenos países da Europa do Norte (Bélgica, Dinamarca), cujas redes eram praticamente inexistentes em 1750 e que conheceram, posteriormente, um processo de incremento progressivo.

Comportamento tipo 4: é característico dos Estados da Europa central (Suíça e Áustria) e evidencia, sobretudo no último caso, a progressiva perda de protagonismo deste país no contexto europeu. De facto, a desagregação do Império Austro-Húngaro, o envolvimento e a derrota em duas guerras, os gravíssimos efeitos da crise dos anos 20-30 e as ocupações alemã e soviética ilustram bem as dificuldades de afirmação política e económica do novo Estado austríaco até meados dos anos 50. Note-se que ao longo deste período a rede universitária quase não sofre alterações. Só após 1950 aparecem novas instituições, quer em cidades onde já existiam universidades, diversificando o leque de formações oferecidas, quer em cidades de média dimensão que até então ainda não possuíam qualquer estabelecimento de ensino superior (por exemplo, Klagenfurt).

Comportamento tipo 5: caracteriza o processo ocorrido nos grandes países da Europa mediterrânica (Itália e Espanha) e corresponde a redes bastante precoces no quadro europeu, com uma evolução lenta até meados do século XIX e que experimentaram um importante acréscimo após 1950. Note-se, contudo, que este acréscimo possui contornos diferenciados nos dois países. De facto, o processo de democratização iniciado pela Espanha em meados da década de 70, designadamente pelo efeito que teve em relação à implementação e reforço das autonomias regionais, tem contribuído para uma aceleração no ritmo de dispersão da rede universitária espanhola que é bastante superior ao verificado em Itália.

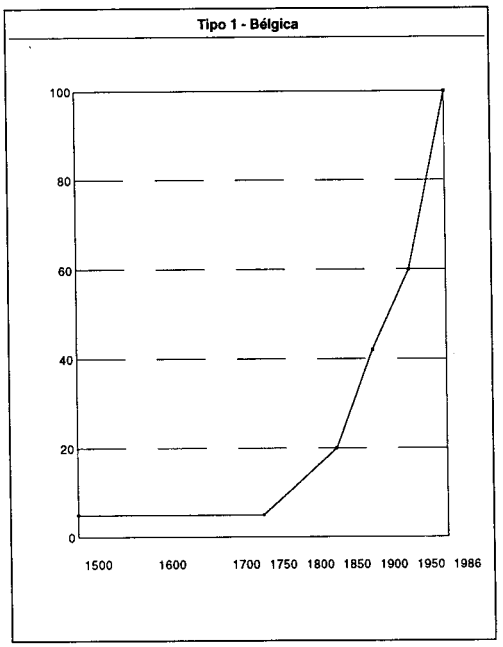
Comportamento tipo 6: ilustra o modo como se foi estruturando a rede universitária em países periféricos que só adquiriram a autonomia política tardiamente (Noruega, Finlândia e Grécia). Nestes casos, as primeiras escolas abrem no século XIX (com excepção da Finlândia), acelerando-se o ritmo de criação de novos estabelecimentos no século seguinte, como se teve oportunidade de referir no ponto anterior.

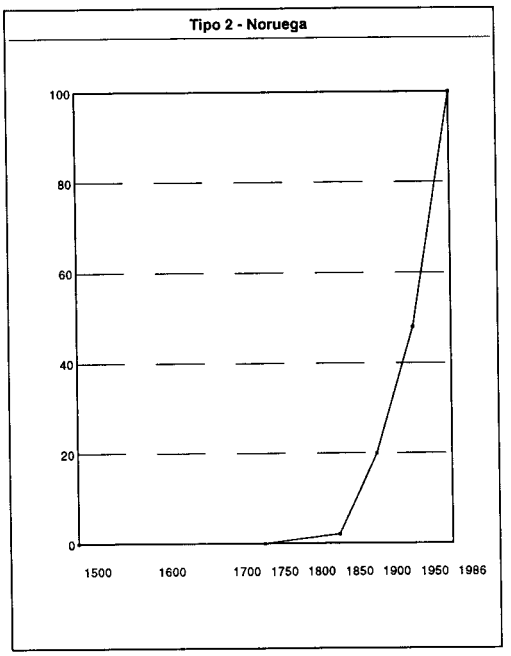
Comportamento tipo 7: retrata o comportamento particular de Portugal no contexto da periferia europeia. Na verdade, possuidor de uma universidade fundada no século XIV, a rede universitária portuguesa mantém-se praticamente inalterada até 1900, acabando por conhecer um enorme acréscimo após 1950. Refira-se, no entanto, que este comportamento decorre da própria especificidade da evolução do país nos últimos quinhentos anos. Detentor de um significativo protagonismo na geopolítica europeia no início do século XVI, Portugal veio a conhecer um declínio progressivo, sem, contudo, ter perdido a sua independência formal (com excepção do curto período entre 1580 e 1640). Em contrapartida, ao contrário dos grandes países da Europa do Sul, Portugal nunca conseguiu um grau de autonomia política e económica suficiente para assegurar a manutenção de dinâmicas internas e externas minimamente fortes, num período em que o centro político-económico da Europa se transferia para norte e se reajustava o quadro das relações entre os Estados europeus. O imobilismo da rede universitária é, precisamente, um dos elementos que permitem aferir a reduzida dinâmica das instituições portuguesas ao longo deste período.

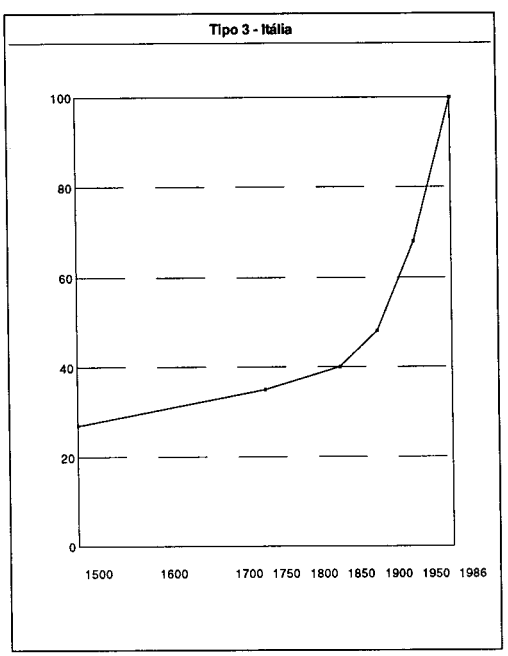
Após 1950, especialmente a partir de meados da década de 70, o número de estabelecimentos de ensino superior sofreu um significativo incremento, o que se prende não só com o reforço dos gastos estatais neste domínio, mas também com um redireccionamento desses investimentos para centros urbanos das regiões

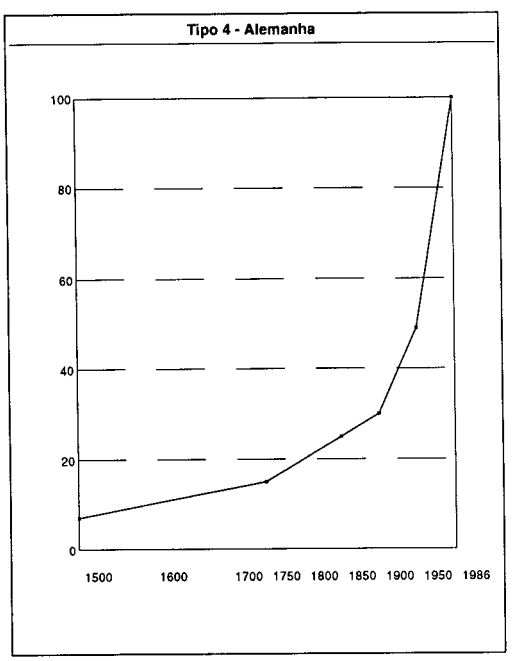
Evolução de redes universitárias nacionais (comportamentos-tipo)

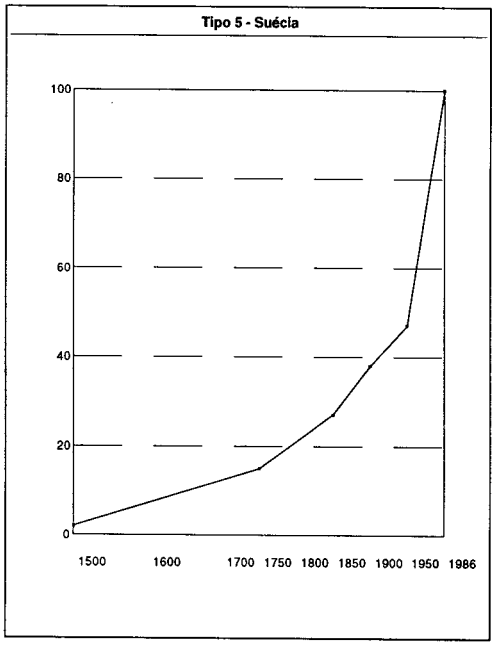
[FIGURA N.º 6]

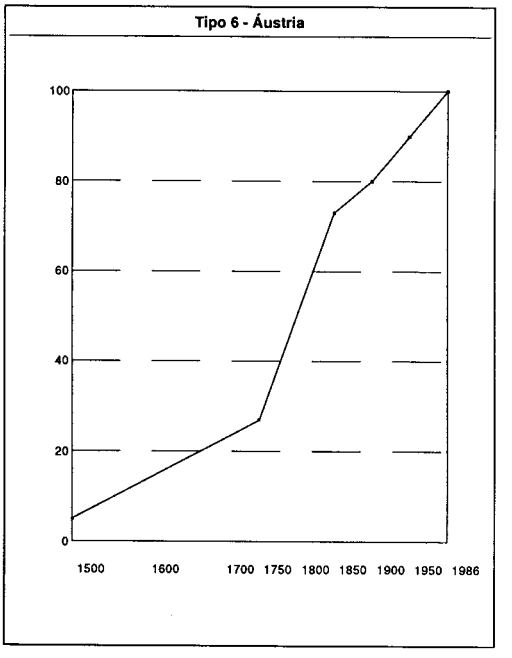


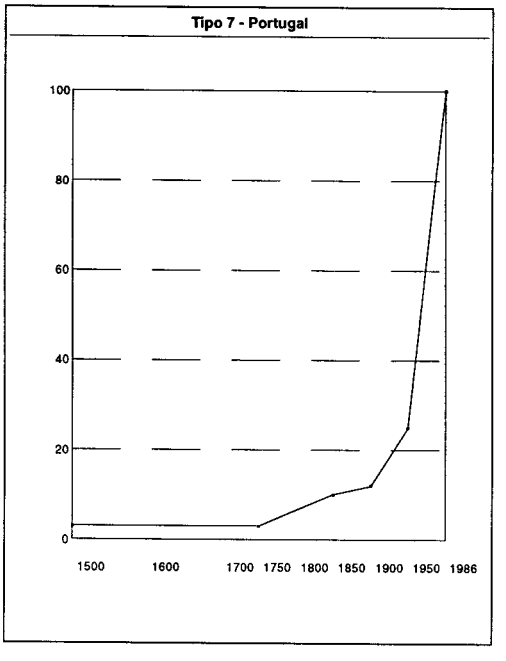







Tipo 5 - Suécia
100
80
60
40
20
0
1500
1600
1700
1750
1800
1850
1900
1950
1986


Tipo 6 - Áustria
100
80
60
40
20
0
1500
1600
1700
1750
1800
1850
1900
1950
1986


Tipo 7 - Portugal
100
80
60
40
20
0
1500
1600
1700
1750
1800
1850
1900
1950
1986

periféricas (por exemplo, Évora, Covilhã, Vila Real) que até então não possuíam universidade. Note-se que o surgimento de diversas instituições privadas de ensino superior a partir da década de 80, inicialmente nos grandes centros urbanos (área de Lisboa e Porto), contribuiu também para o ritmo de acréscimo afectado.

Para concluir, interessa discutir algumas tendências que parecem detectar-se relativamente ao papel das universidades europeias, designadamente no processo de organização e competitividade territorial.

Em primeiro lugar, verifica-se um atenuar no ritmo de acréscimo das instituições, sobretudo nos países da Europa do Norte. É natural que tal situação comece também a ocorrer na Europa do Sul, designadamente na Península Ibérica, onde o reforço das políticas regionais (especialmente em Espanha) e a necessidade de incrementar os níveis de qualificação da população com o objectivo de criar uma mão-de-obra concorrencial no quadro da União Europeia conduziram, na última década, a um investimento importante no domínio da educação e, naturalmente, do ensino superior.

Por outro lado, a manutenção de uma concepção funcionalista da universidade, se bem que possa representar um reforço das possibilidades de uma integração bem sucedida dos licenciados no mercado de trabalho, traz consigo uma desvalorização de aspectos essenciais da formação dos indivíduos, como a perda de uma concepção sistémica e integradora dos domínios científicos ou a marginalização das artes e das letras.

Admitindo que a redução da investigação nos domínios culturais e sociais é uma das vertentes do processo de desvalorização dos valores culturais que definem a identidade dos povos e o reflexo de uma tendência para resolver todos os problemas a partir de variáveis de ordem financeira e técnica, é importante a reafirmação de princípios (e de cursos superiores) de carácter humanista que contrabalancem a visão funcionalista do saber assente na tecnologia e na economia.

Em termos territoriais, o processo de integração e alargamento da Europa tem implicado um progressivo reforço das redes de contacto interuniversitário[12], o que significa, em última análise, um reforço das componentes de interacção territorial (circulação de informação, de estudantes e professores, de capitais, etc.) entre os nós do sistema urbano europeu.

Refira-se que o alargamento dos contactos entre universitários e a constituição de equipas interuniversitárias para a execução de determinados projectos implicam, necessariamente, um realinhamento do quadro universitário europeu. Deve, portanto, assumir-se como tendência uma subalternização dos sistemas universitários nacionais face a um sistema universitário europeu único, englobante e competitivo. Isto significa que as actuais hierarquias universitárias nacionais aparecerão cada vez mais desvalorizadas perante a hierarquia geral europeia, resultando daqui uma necessária redefinição de posições das diversas universidades quando consideradas no escalonamento mais amplo do sistema universitário europeu.

Neste processo, as universidades mais prestigiadas, quer em termos gerais, quer em termos específicos (por exemplo, em um ou dois domínios científicos), tenderão a assumir-se como líderes de redes de investigação e a alargar a sua esfera de captação de alunos, docentes e investigadores a todo o território da União Europeia. Uma vez alargados os canais de comunicação interuniversitária e reduzidas as barreiras políticas e linguísticas, é natural que os estabelecimentos mais prestigiados reforcem a sua capacidade de recrutamento dos melhores investigadores, implicando um acentuar das desigualdades entre as escolas e, naturalmente, um reforço dos níveis

[12] Inserem-se aqui os diversos programas que visam o intercâmbio de experiências científicas de alunos e de investigadores (ERASMUS, Sócrates...) fomentados e patrocinados pelas instituições europeias.

de hierarquização. Com este processo acabarão por sair reforçadas quer as universidades dos principais nós da rede urbana, quer as universidades tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P., e PASSERON, J.-C. (1964), *Les Héritiers,* Les Éditions de Minuit, Paris, 1985.

CASANOVA, J. L. (1993), «Estudantes universitários. Composição social, representações e valores», in *Cadernos do Instituto de Ciências Sociais,* n.º 5, 5.ª série.

FOURRIER, Ch. (1971), *Les Institutions universitaires,* PUF, Paris.

MARQUES DA COSTA, N., e SILVA, E. (1991), *Ensino Superior e Desenvolvimento,* Actas do Primeiro Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa.

OCDE (1991), *Nouvelles formes d'enseignement supérieur,* Paris.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 97-104

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE COGNITIVA E REGIÕES INTELIGENTES: UMA ARTICULAÇÃO PROMISSORA*

*João Ferrão***

1. Sociedade cognitiva: um debate que também é nosso?

A aposta na inteligência colectiva constitui hoje uma preocupação presente na maior parte dos discursos de natureza técnica, científica e política. À imagem de outros conceitos — como os de globalização, desenvolvimento sustentável ou subsidiariedade, para dar apenas três exemplos —, a ideia de sociedade cognitiva e dos processos de inteligência colectiva que lhe são inerentes expande-se rapidamente, com reflexos evidentes no modo como estratégias e políticas vão sendo desenhadas por instituições e organizações de nível supranacional e nacional.

A emergência deste tipo de preocupação poderá constituir, para os especialistas em questões territoriais, uma ameaça ou uma oportunidade. A ocorrência da primeira hipótese (ameaça) prende-se com os efeitos nefastos que sempre decorrem da importação acrítica de conceitos produzidos noutros contextos científicos; é o que sucederá se a preocupação pela moda e pela actualização superficial prevalecer sobre o esforço rigoroso de adequação e ajustamento às especificidades da problemática e das realidades territoriais. Simultaneamente, porém, essa nova preocupação pode constituir uma oportunidade na medida em que abre uma nova frente analítica que permitirá aos especialistas em desenvolvimento regional e local contribuir, de forma original e útil, para uma matéria socialmente reconhecida como relevante.

A história do pensamento geográfico e de outras ciências de conteúdo territorial confirma a possibilidade de ambas as hipóteses anteriores se concretizarem. Torna-se, portanto, necessário adoptar uma postura de abertura selectiva e interactiva, isto é, capaz de acolher preocupações socialmente reconhecidas como relevantes, mas contribuindo, ao mesmo tempo, para o seu enriquecimento teórico e analítico. Se se aceitar como válida a analogia entre os fluxos de conhecimento que se estabelecem entre diferentes disciplinas e os fluxos de bens que se observam entre diferentes países, é possível dizer que interessa saber acrescentar valor aos produtos (conceitos) importados, tornando-os suficientemente originais para serem «competitivos» tanto no mercado interno

---

* Texto referente à comunicação, com o mesmo título, apresentada no III Seminário Internacional «Impactos Territoriales de la Reestructuración: Mercados de Trabajo, Desigualdades Sociales», Universidad Internacional de Andalucia/Sede Iberoamericana, La Rabida, Outubro de 1996.

** Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

(disciplinar) como no mercado externo (outras disciplinas).

Que aprendemos nós com as novas ideias sobre «sociedade cognitiva» e «inteligência colectiva» e que contributo podemos dar para o enriquecimento desse debate? As reflexões que se seguem constituem uma primeira reacção a estas perguntas.

2. *Educação: o regresso das grandes finalidades*[1]

No início da década de 90, Brown e Lauder (1992) defenderam a necessidade de uma nova concepção do papel dos sistemas educativos, ajustada ao paradigma tecno-económico emergente a partir do colapso dos modelos taylorista e fordista de organização do trabalho verificado nos países mais avançados. Propõem, assim, a necessidade de uma terceira vaga, que designam por «educação pós-fordista» e cujos traços distintivos face à vaga anterior («educação fordista») se encontram sistematizados no quadro n.º 1. De entre as ideias-chave desta nova perspectiva, duas merecem particular destaque pelo facto de condicionarem as restantes: (*i*) considerar a educação como «indutora da mudança e não como elemento de adaptação passiva» (Alves, 1994, 42); (*ii*) apostar na inteligência colectiva em detrimento de soluções individuais e atomizadas. Adopta-se, portanto, uma visão claramente prospectiva, voluntarista e sistémica.

O Livro Branco sobre a Educação e a Formação, publicado pela Comissão Europeia em 1995, defende uma postura semelhante, sob o título sugestivo «Enseigner et apprendre.

Características da educação fordista e pós-fordista

[QUADRO N.º 1]

Segunda vaga	Terceira vaga
Escolhas vocacionais precoces.	Escolhas vocacionais tardias.
Relação professor/aluno fundada no desempenho académico e na uniformidade cultural.	Relação professor/aluno fundada nas características individuais e na diversidade cultural.
Fraco nível relacional entre professor/aluno e professor/encarregado de educação.	Elevado nível relacional entre professor/aluno e professor/encarregado de educação.
Fraco incentivo ao desenvolvimento de capacidades individuais.	Elevado incentivo ao desenvolvimento de capacidades individuais.
Ênfase na inteligência ou desempenhos individuais.	Ênfase na inteligência e desempenho individuais e colectivos.
Avaliação no fim do ano ou curso.	Ênfase na avaliação contínua e em padrões de excelência.
Prioridade a padrões educativos da minoria.	Prioridade a uma educação para todos.
Divisão disciplinar rígida.	Aprendizagem/ensino integrado.
Educação e formação limitadas quase exclusivamente à adolescência.	Educação e formação permanentes.
Distinção entre formação geral e formação vocacional.	Educação geral e formação vocacional integrada.
Ensino liceal *versus* ensino técnico.	Ensino unificado.

Fonte: Brown e Lauder (1992, 28), *in* Alves (1994, 53).

[1] O raciocínio aqui apresentado baseia-se em elementos presentes em Alves (1994) sobre a evolução histórica das relações educação-economia verificada nas sociedades de tipo ocidental.

Vers la société cognitive». A capacidade colectiva de permanentemente adquirir e produzir novos conhecimentos é encarada como condição essencial para garantir soluções flexíveis e duráveis adequadas à crescente complexidade e imprevisibilidade que caracterizam as sociedades actuais e, por maioria de razão, as sociedades futuras: «La société du futur sera donc une société qui saura investir dans l'intelligence, une société où on l'enseigne et l'on apprend, où chaque individu pourra construire sa propre qualification, en d'autres termes, une société cognitive» (Commission Européenne, 1995, 5).

Partindo da identificação do que considera serem os três choques-motor que irão estruturar o essencial das modificações futuras — choque da sociedade da informação, choque da globalização e choque da civilização científica e técnica — e das consequências negativas que previsivelmente irão desencadear, o Livro Branco sugere dois tipos de resposta para o domínio da educação e da formação: revalorizar a cultura geral e desenvolver a aptidão para o emprego. É no âmbito desses dois tipos de respostas que são identificadas as acções a desenvolver prioritariamente (quadro n.º 2).

Exemplos de acções propostas no Livro Branco sobre a Educação e a Formação

[QUADRO N.º 2]

Tipos de acções prioritárias (exemplos)
• Mobilidade de estudantes e trabalhadores.
• Recurso a novas tecnologias de educação *multimedia*.
• Criação de escolas de segunda oportunidade para os excluídos do sistema escolar.
• Criação de um serviço voluntário (europeu) de acção humanitária.
• Domínio de três línguas (comunitárias).

Mais do que analisar em profundidade os argumentos e as soluções apresentados nesta publicação da Comissão Europeia, importa interpretar o tipo de ideias que aí são expostas no contexto mais geral do papel que, sucessivamente, foi sendo atribuído à educação nos últimos duzentos anos nas sociedades de tipo ocidental.

Ainda que correndo o risco de excessiva esquematização, é possível reconhecer algum paralelismo relativamente ao modo como o papel da educação foi valorizado nas etapas iniciais tanto do período «moderno» como do período «pós-moderno». De facto, em ambos os casos se atribui à educação uma função de natureza essencialmente político-ideológica, de contornos universalistas: a construção da escola de massas, iniciada há cerca de dois séculos nalguns países mais desenvolvidos, decorre do facto de se atribuir à educação um papel fundamental para o progresso das nações; actualmente, o empenho na construção de uma sociedade cognitiva integra-se num objectivo mais global, em que se reconhece na educação e na formação permanentes uma via fundamental de acesso à cidadania plena. Progresso e cidadania apresentam-se, assim, como ideias mobilizadoras, centrais para o desenvolvimento (tal como é entendido em cada um desses momentos) e estruturalmente dependentes das características dos sistemas educativos (e formativos).

Se observarmos o modo como o papel atribuído à educação se foi alterando ao longo do período «moderno», facilmente verificamos que a primeira etapa, visando objectivos gerais e universalistas, vai dando lugar a objectivos mais circunscritos e orientados, significando mais eficiência e pragmatismo, para uns, mas reducionismo e instrumentalismo, para outros. Com efeito, a grande finalidade do ensino que dominou até à Segunda Grande Guerra (a educação dos jovens como condição de progresso das nações) vai ser substituída por objectivos bem mais precisos, adequados ao que se considera serem os problemas fundamentais a resolver.

No pós-guerra, a expansão dos sistemas públicos de educação surge estreitamente associada a duas preocupações: (*i*) diminuir as desigualdades sociais aumentando as possibilidades de mobilidade social intergeracional (democratização do ensino) e (*ii*) contribuir para o crescimento económico através do aumento de produtividade e, consequentemente, dos salários, do rendimento disponível e, por fim, da capacidade de consumo (teoria do capital humano: a educação como investimento).

Com a crise dos anos 70, os objectivos visados vão ser outros, embora se mantenha a dupla dimensão, social e económica, presente na fase anterior: combater o desemprego e, de uma forma mais geral, a exclusão social; aumentar a competitividade num contexto de crescente globalização dos mercados.

A trajectória percorrida durante o período «moderno» aponta, pois, para uma sequência em que a grande finalidade inicial (progresso das nações) vai dando lugar a preocupações mais focalizadas, igualdade social e produtividade num primeiro momento, combate ao desemprego e competitividade na fase seguinte.

A educação «pós-fordista» recupera a ideia de educação geral, embora invocando uma nova grande finalidade: a sociedade cognitiva respeitadora dos valores de cidadania. Assim sendo, não admira que o tipo de respostas e acções propostas no Livro Branco sobre a Educação e a Formação pareça demasiado geral e universalizante, ignorando as distinções sócio-culturais, políticas e institucionais que inevitavelmente caracterizam os diversos espaços geográficos, sejam eles países ou regiões. Esta visão não deixa de surpreender todos aqueles que, preocupando-se com questões regionais, não só valorizam as especificidades de cada território, como dão como adquirida a ineficácia de intervenções de natureza uniformizante, como as que foram desenvolvidas no âmbito das políticas regionais de inspiração neoclássica.

É justamente por essa razão que o Livro Branco sobre a Educação e a Formação suscita sentimentos contraditórios. Por um lado, torna-se difícil ignorar a relevância da aposta na inteligência colectiva ou discordar da natureza prospectiva, voluntarista e sistémica que caracteriza a visão proposta. Por outro lado, é decepcionante a perspectiva a-histórica que implicitamente se sugere, escamoteando a diversidade das situações existentes, a incidência das heranças do passado, a persistência de memórias colectivas associadas a referências culturais e institucionais muito distintas. Em suma, a preocupação excessiva por uma intervenção simultaneamente prospectiva e voluntarista leva a que se apague o presente, e por isso também o passado, deslocando-se a acção para formas de preparar e apressar as boas soluções do futuro num quadro de aparente «tábua-rasa».

Este voluntarismo «revolucionário» coloca-se, assim, na posição oposta à da visão instrumental dominante nas últimas décadas, em que os sistemas de educação e formação eram crescentemente moldados em função das necessidades do mercado de trabalho. A situação de dependência face aos requisitos da economia tende agora a alterar-se, ganhando a educação o estatuto de indutora de novas procuras sociais: regressa, pois, a concepção da educação (e da formação) como motor por excelência da construção de uma sociedade diferente.

Entre o excesso instrumentalista, que em nome do pragmatismo empurra a educação para um papel dependente das necessidades do mercado de trabalho, e o excesso inducionista, que de um modo voluntarista atribui à educação/formação a função de grande motor da mudança social, talvez haja espaço para uma leitura mais sensível à diversidade das realidades existentes, sem que isso signifique perder de vista a necessidade de se defenderem objectivos globais partilháveis por sociedades distintas.

O problema não reside, portanto, no carácter geral e universalizante dos grandes objectivos, mas sim na natureza igualmente geral e universalizante que se pretende atribuir ao tipo de acções a desenvolver. Ora, é precisamente no esforço de distinguir convenientemente estes dois níveis que os especialistas em questões territoriais poderão ter algum valor original e útil a acrescentar. A pergunta é então a seguinte: como conciliar, num mundo crescentemente globalizado, grandes finalidades tendencialmente universais com soluções sensíveis à diversidade territorial nos domínios sócio-cultural, institucional, económico e político?

3. Da sociedade cognitiva à região inteligente

A ideia de inteligência colectiva associada aos argumentos anteriormente apresentados penetrou já explicitamente na área dos estudos regionais. Florida (1995), por exemplo, propõe o conceito de *learning region* para as regiões capazes de funcionarem como «colectoras e repositórios de conhecimentos e ideias e de possuírem o ambiente e as infra-estruturas que facilitam os fluxos de conhecimentos, ideias e práticas de aprendizagem» (p. 527).

A tese defendida por Florida pressupõe dois pontos-chave.

Em primeiro lugar, o autor refere que a evolução das sociedades actuais não se efectuou no sentido de uma recomposição sectorial, como muitos tinham preconizado (passagem de uma sociedade industrial a uma outra pós-industrial ou de serviços), verificando-se antes uma alteração relacionada com a emergência de novos sistemas de organização e de gestão. Esta nova fase, que designa por capitalismo intensivo em conhecimento, caracteriza-se por dois traços fundamentais: por um lado, o conhecimento e a inteligência humana afirmam-se como a principal fonte de criação de valor, substituindo definitivamente o trabalho físico e a habilidade manual, centrais até ao final da fase «moderna»; por outro lado, as novas formas de conhecimento e de inteligência são de natureza fundamentalmente colectiva, pressupondo o trabalho em equipa e em rede e opondo-se às soluções rigidamente hierárquicas da fase anterior.

Em segundo lugar, Florida defende que esta nova fase do capitalismo exige um novo tipo de região. À imagem das organizações, também as regiões devem adoptar a capacidade colectiva de produzir, acumular e consumir informação e conhecimento como preocupação estratégica se quiserem construir vantagens sustentadas num mundo em crescente globalização. A «região inteligente» *(learning region)* será aquela que conseguir desenvolver práticas permanentes de aprendizagem colectiva, o que pressupõe infra-estruturas e formas de produção e regulação adequadas (v. quadro n.º 3).

A semelhança entre os pressupostos da proposta de Florida e as preocupações expressas por Brown e Lauder (1992) e pela Comissão Europeia (1995) é por de mais evidente. Exactamente por essa razão, a ideia de «região inteligente», tendo potencialidades indiscutíveis, partilha com as perspectivas anteriores uma natureza demasiado abstracta. A visão apresentada possui uma ambição universalizante que levanta reservas idênticas às que se explicitaram previamente a propósito de propostas centradas em grandes finalidades e que, por essa razão, não contemplam nem a diversidade das realidades existentes nem o modo como se processa a articulação entre objectivos gerais, de natureza tendencialmente universal, e situações concretas, inevitavelmente marcadas por algum grau de especificidade.

A ideia de «região inteligente», tal como foi proposta por Florida, pode, no entanto, ser enriquecida e transformada num instrumento de referência conceptual e analítica de grande

utilidade. A sua formulação original sugere, pelo menos, quatro aspectos potencialmente interessantes:

- Centra o debate em torno das condições territoriais de desenvolvimento, complementando as visões que valorizam a óptica dos impactos territoriais;
- Cria uma matriz que permite integrar grande parte do património recente das diversas ciências regionais, assegurando uma coerência e uma finalidade claras;
- Defende uma análise preocupada em entender, de forma sistémica, as práticas dos diversos actores (individuais e colectivos) no quadro de comunidades territoriais específicas;
- Fornece argumentos favoráveis ao reforço da importância das políticas de base territorial.

Da região de produção de massa à região «inteligente»

[QUADRO N.º 3]

	Região de produção de massa	Região «inteligente»
Factores de competitividade.	Vantagens comparativas baseadas em: • Recursos naturais; • Trabalho físico.	Vantagens sustentadas baseadas em: • Criação de conhecimento; • Aperfeiçoamento contínuo.
Sistema de produção.	Produção de massa: • Trabalho físico como fonte de valor; • Separação entre inovação e produção.	Produção baseada em conhecimento: • Criação contínua; • Conhecimento como fonte de valor; • Integração entre inovação e produção.
Infra-estruturas industriais.	Importância das relações com abastecedores próximos.	Redes de empresas e sistemas abastecedores como fontes de inovação.
Infra-estruturas humanas.	Trabalho barato e desqualificado. Organização taylorista da força de trabalho. Educação e formação tayloristas.	Trabalhadores do conhecimento. Aperfeiçoamento contínuo dos recursos humanos. Educação e formação contínuas.
Infra-estruturas físicas e de comunicação.	Infra-estruturas físicas orientadas para o mercado interno.	Infra-estruturas físicas e de comunicação de orientação global. Intercâmbio electrónico de dados.
Sistema de governância económica	Relação de competição entre adversários. Estruturas hierarquizadas de regulação, de controle e comando.	Relações de dependência recíproca. Organização em rede. Estruturas flexíveis de regulação.

Fonte: Florida (1995, 533).

A importância atribuída ao conhecimento das condições territoriais de desenvolvimento reflecte a visão prospectiva e voluntarista presente nos textos referidos no capítulo anterior. Esta perspectiva corresponde a uma inflexão face à tendência, se não maioritária, pelo menos muito forte, de valorizar a óptica dos impactos territoriais. A análise dos impactos desencadeados pelos grandes processos de reestruturação sócio-económica (globalização,

terciarização, novas tecnologias de informação e comunicação, flexibilização...) é, evidentemente, muito importante. No entanto, ela corresponde apenas a uma das dimensões possíveis de análise. A sua hipervalorização leva, do ponto de vista analítico, à subalternização do espaço relativamente aos processos sócio-económicos e, do ponto de vista da acção, a atitudes fatalistas, retirando às colectividades territoriais qualquer esperança de autonomia no que se refere ao desenvolvimento de estratégias que não sejam de mera acomodação ou ajustamento.

A ideia de «região inteligente» pode, em segundo lugar, constituir um pólo agregador de muitos dos contributos mais relevantes que têm sido produzidos pelas ciências de conteúdo territorial nas últimas décadas. Na realidade, a vasta literatura sobre sistemas económicos territorializados, desde os teóricos da «Terceira Itália» até aos defensores da análise de redes ou dos conceitos de «meio inovador» e de «sistema regional de inovação», tem recorrentemente chamado a atenção para a importância que os mecanismos formais e informais de produção, circulação e consumo de informação e de conhecimento têm para a competitividade desses sistemas. A ideia de «região inteligente» prolonga esses contributos, atribuindo uma centralidade ainda maior à capacidade colectiva e permanente de aprendizagem e adaptação (defensiva e ofensiva). Por outro lado, associa essa capacidade às novas formas de organização, gestão e regulação que estruturam a actual fase do capitalismo e não apenas a tipologias de casos de sucesso relativamente restritos.

A visão sistémica subjacente ao conceito de «região inteligente» constitui uma terceira potencialidade que deve ser explorada. Por um lado, e à imagem do que se referiu no parágrafo anterior, a perspectiva adoptada permite incorporar explicitamente alguns dos contributos mais interessantes produzidos nos últimos anos em torno de questões como estratégias de actores, *empowerment* e *institution building*. Mas mais importante é o facto de a visão sistémica induzir uma abordagem processual da construção da inteligência colectiva de cada comunidade territorial. Sendo socialmente construída, esta inteligência colectiva insere-se inevitavelmente em condições culturais, institucionais e políticas próprias, que não podem ser ignoradas. Se à ideia, relativamente abstracta, de «região inteligente» sobrepusermos a preocupação pelos processos que condicionam, positiva ou negativamente, a construção dessas realidades, estaremos a adequar uma finalidade global, universalizável, à relativa especificidade de cada comunidade territorial. Estaremos, ao mesmo tempo, a revalorizar o papel dos actores sociais e da acção social, tão esquecido desde os anos 70, conforme Hadjimichalis (1994) bem salienta.

A ideia de «região inteligente» permite ainda reforçar a importância das políticas de base territorial. Com efeito, o nível «regional» apresenta-se como duplamente condicionante da emergência da nova fase de «capitalismo intensivo em conhecimento». A um nível meso, as regiões inteligentes constituem ambientes indispensáveis à criação e expansão de instituições e empresas igualmente inteligentes, pelas infra-estruturas que disponibilizam e pelas formas colectivas de regulação e governância que asseguram (quadro n.º 3). A um nível global, a afirmação de colectividades territoriais «regionais» [tanto no sentido tradicional de aglomerações metropolitanas e regiões «nacionais» como na acepção que Ohmae (1993) atribui aos *regional states* transnacionais] impõe-se como condição indispensável à consolidação e expansão dos processos de globalização[2]. Assim sendo, é natural que as políticas explícitas de desenvol-

[2] Neste contexto, vale a pena relembrar a seguinte afirmação de Krugman (1996, 206): «A melhor maneira de compreender a economia americana é estudar as cidades americanas.»

vimento territorial tendam a reforçar o seu peso, ganhando importância absoluta (função coordenadora e integradora) e relativa (assim como a educação vocacional levou à subalternização das políticas de educação relativamente às políticas de formação, também uma visão pragmática da sociedade cognitiva e dos processos sociais e institucionais de construção de inteligência colectiva induzirá por certo uma maior integração das políticas de educação e formação em «pacotes» de base territorial).

4. *Construir os territórios da sociedade cognitiva*

Haverá razões que justifiquem o envolvimento activo de especialistas regionais no debate actual sobre a sociedade cognitiva? Os comentários anteriormente expostos sugerem uma resposta positiva, sobretudo se essa participação se traduzir em processos interactivos enriquecedores para as diferentes áreas disciplinares envolvidas.

Esta vantagem recíproca pressupõe, no entanto, uma visão processual e contextualizada. Não basta invocar o conceito de sociedade cognitiva como uma nova ideia mobilizadora ou como mero horizonte estratégico. Interessa, isso sim, entender os processos de construção da(s) sociedade(s) cognitiva(s) levando em conta os contextos — sócio-culturais, institucionais, económicos e políticos — em que eles se desenvolvem. Se assim acontecer, dificilmente se poderá prescindir das colectividades territoriais como matriz de referência. E é justamente este reconhecimento que justifica a presença activa dos especialistas do desenvolvimento regional e local no debate mais alargado a que estamos a referir-nos.

É ainda face a este contexto que a ideia de «região inteligente» apresenta potencialidades que convém aprofundar, iniciativa facilitada, aliás, pelo facto de esta perspectiva poder integrar muitos dos contributos mais interessantes produzidos nos últimos anos pelas ciências com preocupações territoriais.

As razões para os especialistas regionais participarem no debate sobre as condições e as vias de construção da(s) sociedade(s) cognitiva(s) parecem, portanto, ser múltiplas: potenciar o seu património conceptual e analítico, enriquecer e flexibilizar a leitura dos processos em acção, reorientar as estratégias e as políticas que devem ser desenvolvidas. Existem boas razões para nos empenharmos na «fileira» educação/sociedade cognitiva/«regiões inteligentes», articulando a natureza universal das grandes finalidades com o carácter específico de cada realidade territorial concreta. É este o contributo que podemos dar a um debate consensualmente considerado como relevante.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Natália C. (1994), «Formação Profissional Inicial e Território: dos Processos de Construção da Oferta às Estratégias Individuais da Procura», dissertação de mestrado de Sociologia, ISCTE, Lisboa (policopiado).

BROWN, P., e LAUDER, H. (1992). «Education, economy and society: an introduction to a new agenda», *in* P. Brown e H. Lauder (eds.), *Education for Economic Survival from Fordism to Post-Fordism?,* Routledge, Londres, pp. 1-44.

COMISSION EUROPÉENNE (1995), *Livre blanc sur l'éducation et la formation. Enseigner et apprendre. Vers la société cognitive,* C. E., DG XXII / DG V, Bruxelas.

FLORIDA, Richard (1995), «Toward the learning region», in *Futures,* vol. 27, n.º 5, pp. 527-536.

HADJIMICHALIS, Costis (1994), «Global-local social conflict: examples from southern Europe», *in* A. Amin e N. Thrift, *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe,* Oxford University Press, Oxford, pp. 239-256.

KRUGMAN, Paul (1996), *Pop Internationalism,* The MIT Press, Massachusetts.

OHMAE, Kenichi (1993), «The rise of the region state», in *Foreign Affairs,* pp. 78-87.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 107-116

DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — EXPERIÊNCIA EM PORTUGAL*

*João Cabral***
*Teresa Sá Marques****

1. Introdução

O conteúdo deste texto representa os primeiros resultados de um trabalho de avaliação da inclusão da componente da sustentabilidade na realização dos planos estratégicos para as cidades médias, elaborados ao abrigo do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional (PROSIURB), formalizado pelos Despachos n.os 6/94 e 7/94, de 26 de Janeiro de 1994.

No total foram analisadas as propostas de estratégia feitas em 26 planos, que correspondem a 37 das 40 cidades médias do continente abrangidas pelo programa. A informação teve como base elementos recolhidos para o «Estudo do sistema urbano nacional», elaborado pela Quaternaire Portugal para a DGOT-DU em 1995-1996.

A metodologia utilizada correspondeu, no essencial, aos seguintes passos:

- Elaboração de um primeiro quadro em que foram sistematizados objectivos de desenvolvimento sustentável que representam desafios ao exercício do planeamento local e que se procurou associar às potencialidades de utilização das metodologias do planeamento estratégico;
- Produção de um segundo quadro de componentes de diagnóstico e níveis de estratégia que permitiu classificar o âmbito das 820 linhas de estratégia nomeadas em 26 planos, donde foram retirados resultados sobre, por um lado, a expressão de objectivos para a sustentabilidade nestes planos e, por outro lado, a aplicação das metodologias de planeamento estratégico identificadas no primeiro quadro.

Subjacentes a esta abordagem estão algumas ideias sobre as condições de realização dos planos estratégicos e o conceito de desenvolvimento sustentável aplicado às cidades.

---

* Este texto representa uma versão mais completa da comunicação apresentada na 2.ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis — *Workshop* P2 (Lisboa, 6-8 de Outubro de 1996).

** Departamento do Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro/ Oficina de Arquitectura.

*** Departamento de Geografia da Universidade do Porto/Quaternaire Portugal.

Em primeiro lugar, a realização dos planos estratégicos para as cidades médias em Portugal tem uma componente institucional demasiado importante, fortemente baseada na iniciativa da autarquia local e no seu interesse em ter acesso aos fundos do PROSIURB. Assim, a decisão, política, de promover a participação de actores, agentes e cidadãos na realização do plano e de percorrer os passos metodológicos e as tarefas necessárias para que o plano estratégico seja assumido pela cidade, com condições para ser implementado numa base alargada, raramente foi uma opção e uma prioridade. Por outro lado, o objectivo de promover o desenvolvimento de centros urbanos que desempenhem um papel estratégico na organização do território nacional (Despacho n.º 6/94) colocou a componente da competitividade entre cidades e de afirmação para o exterior como o objectivo prioritário na definição das propostas estratégicas relativamente à componente da sustentabilidade dos recursos e da coesão social.

Este ponto prende-se com uma segunda questão, que diz respeito à posição do conceito de desenvolvimento sustentável na afirmação e competitividade das cidades e em que o económico tem o lugar predominante. A cidade não é, por definição, sustentável, mas, como lugar e nó de relações sociais e económicas e como centro de um espaço natural mais alargado, tem exigências de funcionamento e eficiência (económica e social) que só têm viabilidade com a adopção de políticas que enquadrem e implementem, no longo prazo, a valorização e protecção dos recursos ambientais e a equidade social, como prioridades internas e como elemento estruturante da sua relação com o exterior (Camagni, 1995).

Finalmente, interessa referir também uma limitação importante sobre este exercício e os resultados desta primeira avaliação. Acontece que as propostas de estratégia analisadas estão, na sua grande maioria, enunciadas com um carácter geral, alargado e prospectivo, sem relação explícita com objectivos de desenvolvimento sustentável. Assim, a organização das propostas por componentes de diagnóstico e linhas de estratégia foi feita com um nível razoável de abstracção, baseada nas intenções subjacentes e na experiência de trabalho em planeamento estratégico, dos autores. Este trabalho deverá ser, posteriormente, complementado com uma aferição das acções e projectos concretos dos planos estratégicos e da sua implementação numa grelha de avaliação que poderá ser mais apertada e que permitirá então medir as condições reais dos planos estratégicos para enquadrar e promover objectivos de sustentabilidade.

2. Desenvolvimento sustentável e planeamento estratégico — desafios e potencialidades

Enquadrar e compatibilizar objectivos de desenvolvimento sustentável na prática da gestão urbanística e do planeamento das cidades representa responder a desafios que, por tradição, a gestão autárquica e os instrumentos de política local têm dificuldade em perspectivar. Estas condicionantes estão associadas ao carácter normativo dos instrumentos de planeamento e à maior importância da componente territorial e das questões do direito do urbanismo relativamente à componente económica e às questões do direito do ambiente.

Por outro lado, a aplicação da abordagem estratégica ao planeamento das cidades, importada dos métodos de gestão e planeamento utilizados para as empresas, procura racionalizar a acção pública urbana através da definição e implementação de um projecto comum e de objectivos de valorização, afirmação e inovação enquadrados por uma estrutura organizativa, de participação, obtenção de consensos e constante avaliação (Oficina de Arquitectura, 1994, p. 22).

Dentro desta perspectiva, a aplicação da abordagem e das metodologias do planeamen-

to estratégico à construção de sistemas sustentáveis sugere afinidades claras na medida em que a sustentabilidade está dependente da capacidade de conseguir produzir um ambiente urbano eficiente e de qualidade para os residentes e utentes da cidade (Camagni, 1995, p. 12). Uma sistematização das condições do planeamento estratégico, que representam potencialidades face a desafios ao planeamento para um desenvolvimento sustentável, permite ilustrar as interacções relevantes, patenteadas no quadro que se segue.

Desafios ao planeamento para o desenvolvimento sustentável	Potencialidades do planeamento estratégico
Promover o equilíbrio ecológico e a diversidade e autonomia do nível local em alternativa à tendência para uma cultura dominante de globalização com aumento dos custos sociais e das trocas desiguais.	Promove a construção de uma visão para a cidade fundamentada num diagnóstico prospectivo e numa gestão do longo prazo.
Questionar e alterar abordagens e padrões tradicionais de comportamento como resultado de exigências de integração e de complementaridade de políticas, em especial as que têm impacto na área do ambiente.	Procura a interpretação das dinâmicas internas e externas e a integração das diferentes componentes do sistema, identificando interdependências e áreas críticas de mudança.
Promover um sistema equitativo na participação e redistribuição da riqueza, necessário à coesão social e territorial e à eficiência das relações e trocas entre actores e agentes.	Constrói uma ideia do planeamento como lugar de convergência da sociedade civil e do Estado, promovendo a participação, as iniciativas em parceria e a descentralização do processo de decisão.
Saber interpretar sistemas complexos e interdependentes e conseguir produzir respostas organizadas com coordenação de acções e de processos de decisão.	Promove o plano como elemento estruturante do processo de deliberação, decisão e implementação, estabelecendo uma organização, hierarquia e prioridades para chegar a metas e obter resultados.

3. *Linhas de estratégia e conceito de sustentabilidade*

3.1. Critérios de agregação

Como foi acima referido, as linhas de estratégia identificadas pelas cidades médias nos diferentes planos não foram à partida orientadas para princípios e objectivos de sustentabilidade. A tentativa de sistematizar e agregar estas linhas em função destes princípios procura somente perceber, na sequência das reflexões avançadas no ponto anterior, em que medida as opções expressas nos planos, por um lado, são o reflexo das potencialidades geradas pela aplicação das metodologias e dos processos de planeamento estratégico e, por outro lado, podem contribuir para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável.

Assim, optou-se por um critério de agregação em que, numa primeira fase, se fizeram corresponder as linhas dos planos às componentes consideradas estratégicas para as cidades médias na procura da promoção de qualidade, da eficiência e do seu melhor posicionamento relativamente:

— À qualidade ambiental;
— À eficiência económica;
— À equidade e solidariedade social e cultural;

Organização por componentes estratégicas		Níveis das estratégias	
Qualidade ambiental		Gestão de recursos. Valorização e mobilização.	
Eficiência económica		Optimização dos recursos internos. Afirmação e competitividade para o exterior.	
Equidade e solidariedade social e cultural		Sectorial. Integrada.	
Ordenamento territorial		Ordenamento físico e reabilitação. Animação e integração urbana.	
Governo da cidade		Intervenção do actor/agente. Concertação de interesses. Cidadania participada.	
Integração	Regional Supra-regional Internacional	Afirmação económica Afirmação sócio-cultural Afirmação ambiental Melhoria das acessibilidades	Reforço de complementaridades.

— Ao ordenamento territorial;
— Ao governo da cidade.

Numa segunda fase procura-se distinguir a importância nessas linhas dos níveis endógeno, interdisciplinar e de participação, que se consideram os mais próximos para a prossecução de objectivos de sustentabilidade. Exemplifiquemos:

— Na qualidade ambiental separam-se as estratégias orientadas simplesmente para a gestão dos recursos das que visam a valorização e mobilização das populações em torno dos mesmos;
— Na eficiência económica distinguimos a optimização dos recursos internos (a estrutura comercial, a rede de escolas e de instituições de formação e apoio tecnológico, o emprego e as qualificações dos recursos humanos) das estratégias de afirmação e competitividade para o exterior (internacionalização e inovação da base económica);
— Na equidade e solidariedade social e cultural separa-se uma visão sectorial, mais orientada para investimentos materiais (sobretudo em equipamentos), de uma mais participativa e integradora, que associa investimentos materiais e imateriais;
— No ordenamento territorial, o ordenamento e a reabilitação física são posturas ultrapassadas pelas estratégias de animação e integração urbana;
— No governo da cidade definiram-se três níveis, desde a intervenção da competência de cada actor/agente, passando pela concertação interinstitucional em função de interesses comuns, até uma cidadania participada.

Depois desta abordagem urbana, os critérios de integração territorial na definição de estratégias pareceram-nos pertinentes. Trata-se de avaliar até que ponto as cidades estão ancoradas nas suas regiões (integração regional) e quais as suas estratégias na definição de redes e posicionamentos no sistema urbano nacional e no espaço internacional. Esta leitura também identificou dois níveis:

— O primeiro, de afirmação económica, sócio-cultural, ambiental e de melhoria de acessibilidades;
— O segundo, mais próximo de objectivos de sustentabilidade, orientado para a identificação de estratégias que visem o reforço de complementaridades.

3.2. Avaliação preliminar das propostas de estratégia dos «planos estratégicos» das cidades médias portuguesas

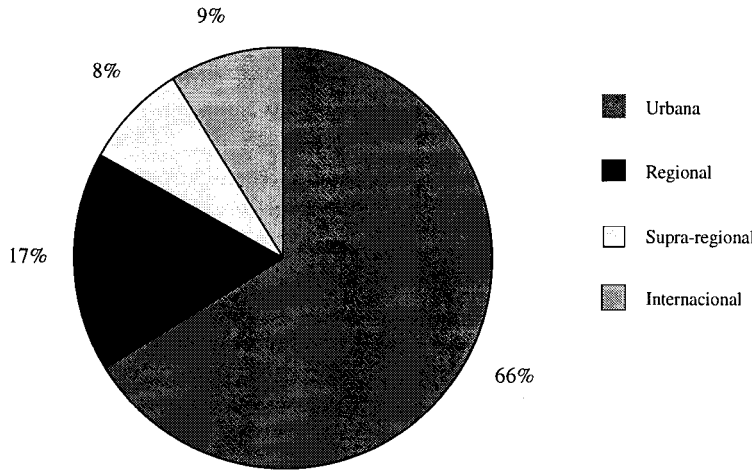
Esta avaliação parte da identificação de todas as propostas de estratégia definidas nos documentos apresentados à DGOT-DU, nos denominados «planos estratégicos», como já referimos. Estes documentos foram aprovados pelas respectivas câmaras municipais e apreciados pelas assembleias municipais e pelos gabinetes de cidade.

As propostas de estratégia foram formalizadas por diferentes equipas e apresentam naturalmente níveis de especificação diversificados. O facto de estas propostas de estratégia terem sido posteriormente revistas, e muitas vezes reescritas, por uma só equipa garante uma formalização mais coerente e uniforme. Por outro lado, as autarquias tiveram acesso a este novo formato das suas propostas e propuseram algumas alterações e acrescentos que foram considerados.

Relembrando, o nosso universo de análise são 26 planos referentes a 37 cidades médias (das 40 do continente abrangidas pelo programa PROSIURB), as quais formalizaram 820 linhas de estratégia. Neste universo, dois terços (cerca de seiscentas) dirigem-se ao centro urbano e um terço tem objectivos de integração regional, supra-regional e internacional.

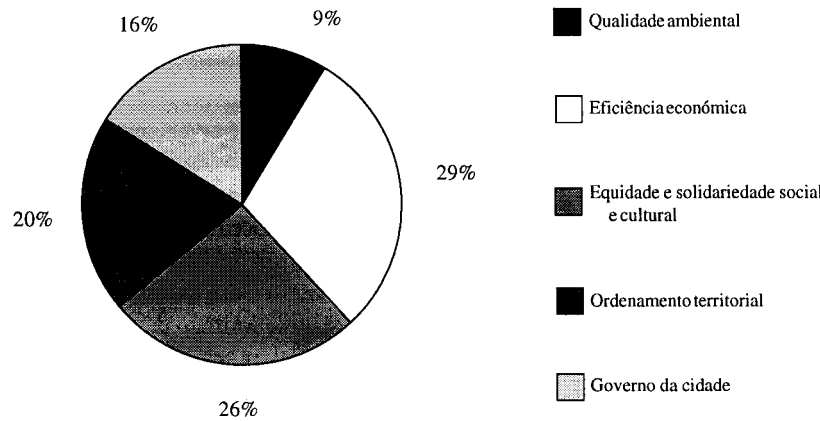
Peso relativo das diferentes linhas de estratégia segundo a escala geográfica de actuação

[GRÁFICO N.º 1]



Peso relativo das diferentes linhas de estratégia por componentes

[GRÁFICO N.º 2]



Analisando os planos segundo a organização por componentes, verificamos que há planos que não contemplam todas as componentes. As componentes mais ausentes são a qualidade ambiental e a equidade e solidariedade social e cultural: a primeira foi negligenciada em cinco planos e a segunda em quatro planos. Em contrapartida, a eficiência económica, o ordenamento territorial e o governo das cidades raramente não são abordados.

O número total de linhas de estratégia em todos os planos (gráfico n.º 2) por componente dá-nos uma leitura mais precisa da situação, pois, na maioria das vezes, um maior número corresponde a uma maior precisão e especificidade na formalização das propostas. A qualidade ambiental continua a ser a componente mais esquecida, seguida do governo da cidade. Em contrapartida, a equidade e solidariedade social e cultural ganha visibilidade.

Em termos de critérios de sustentabilidade, as estratégias das cidades médias negligenciam e demonstram pouca sensibilidade para este objectivo. Além disso, os planos apresentam fortes desigualdades na formatação das linhas de estratégia. Podemos afirmar que há planos que podem vir a contribuir para um desenvolvimento sustentável, enquanto outros estão completamente alheados dessas preocupações (gráfico n.º 3).

Quanto à qualidade ambiental, além de estar debilmente representada, as linhas de estratégia presentes orientam-se preferencialmente para a gestão dos recursos ambientais (criação de parques urbanos, investimentos na rede de saneamento e de abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos, arranjos paisagísticos, etc.) em desabono de uma valorização dos recursos associada a uma forte mobilização e animação dos mesmos (sensibilização ambiental, promoção e animação de espaços públicos verdes, etc.). Se o primeiro nível representa só 6% do total do número de propostas, o segundo nível não atinge os 4%. Por outro lado, será de referir que este número, além de ser muito baixo, dirige-se a um número muito limitado de cidades.

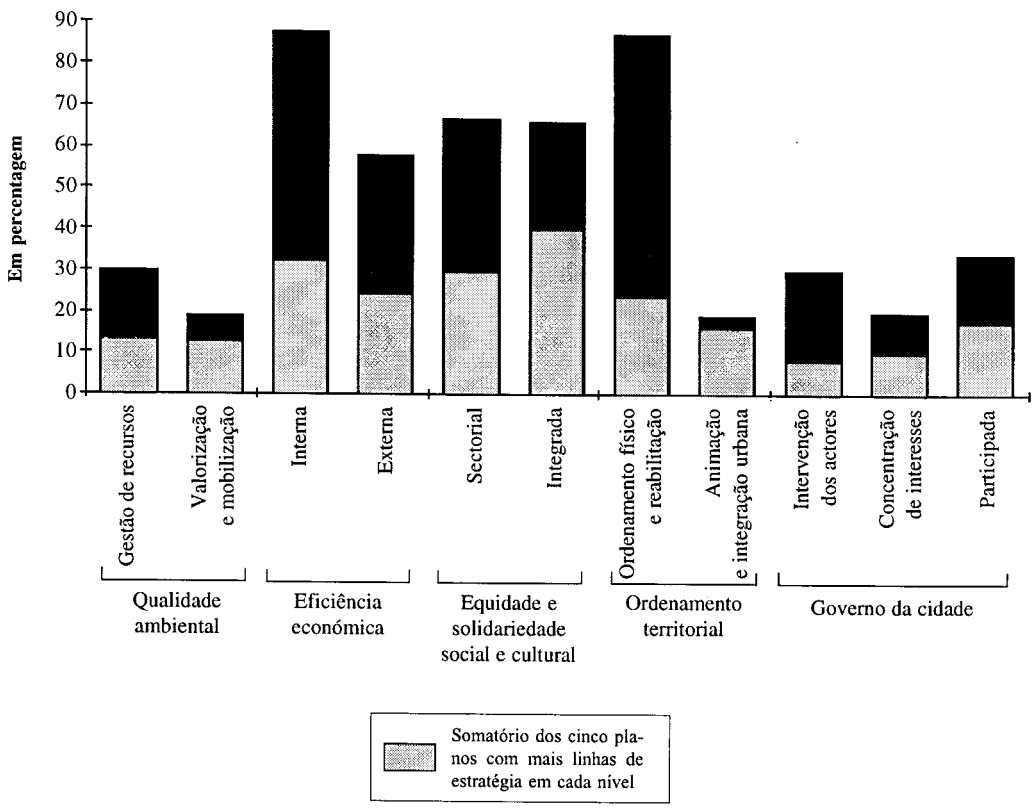
A eficiência económica (gráfico n.º 3) privilegia a optimização dos recursos internos (estrutura comercial, estruturas de ensino, formação e investigação e serviços existentes na cidade), desvalorizando as implicações urbanas da globalização da economia. Só 11% das estratégias estão orientadas para as questões de internacionalização e inovação e estas demonstram fraca sensibilidade aos impactos destas opções. Por outro lado, esta percentagem está concentrada num número muito reduzido de planos, fazendo com que a afirmação e competitividade externa seja um domínio da exclusividade de um número muito reduzido de cidades.

A equidade e solidariedade social e cultural (gráfico n.º 3) é abordada de uma forma pouco integrada e direccionada para elevados investimentos materiais (intervenções nos domínios da habitação, saúde, educação e investimentos em equipamentos), prejudicando uma postura integradora e mobilizadora. Esta componente não faz parte da estratégia de cerca de 15% dos planos e as intervenções mais integradas estão ausentes em quase 40% dos planos. Em contrapartida, seis planos dão-lhe uma relevância muito forte.

O ordenamento territorial (gráfico n.º 3) está presente em quase todos os planos, mas só ao nível dos investimentos materiais (investimentos de carácter físico: rede viária, reabilitação física de edifícios, etc.). Os objectivos de animação e integração urbana estão debilmente abordados, pois só estão visíveis em

Peso relativo dos diferentes níveis das estratégias

[GRÁFICO N.º 3]



oito planos e representam só 4% das linhas de estratégia formuladas em todos os documentos.

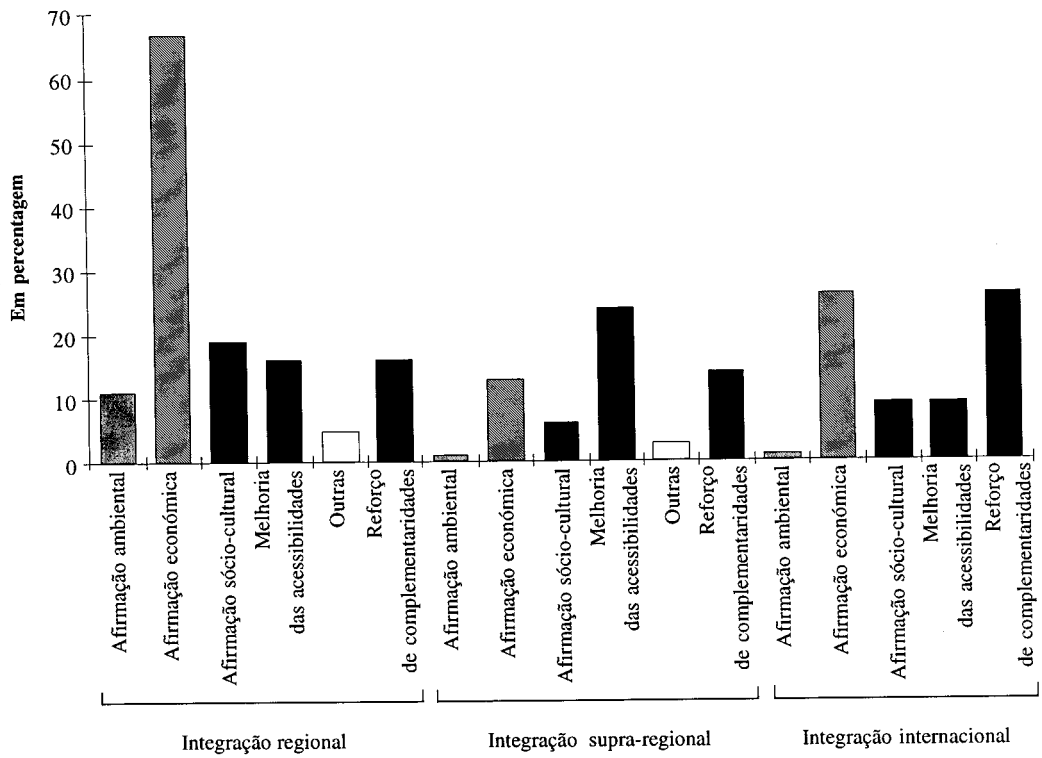
O governo da cidade (gráfico n.º 3), ainda que esteja presente na maioria dos planos, é abordado de uma forma genérica e pouco concretizada, somando um número de linhas de estratégia relativamente baixo (só 16%, enquanto a eficiência económica atinge os 28%). O reforço da cidadania e da participação, factor fundamental de uma estratégia sustentável para uma cidade, só é referido em 50% dos planos.

Concluindo, a sustentabilidade ainda não é uma preocupação nem um objectivo fundamental dos documentos de estratégia para as cidades médias portuguesas. As sensibilidades e as posturas das autarquias e das equipas técnicas são muito diversificadas, fazendo com que o panorama ao nível nacional seja muito heterogéneo. Há um grupo de cidades (cerca de seis planos) que apresentam documentos de estratégia em que as diferentes componentes e níveis de sustentabilidade estão internalizados. No outro extremo existe um outro grupo de cidades em que as estratégias se fundamentam em objectivos muito limitados, orientados fundamentalmente para investimentos materiais em infra-estruturas básicas e construção de equipamentos.

A sustentabilidade pode também ser analisada no posicionamento em que a cidade se coloca relativamente à sua região e na intensidade do relacionamento e abertura às trocas de experiências e desenvolvimento de redes com o exterior (gráfico n.º 4).

Peso relativo dos diferentes tipos de integração espacial

[GRÁFICO N.º 4]



A integração, regional, supra-regional e internacional, mais concretamente o posicionamento de cada cidade relativamente ao seu território regional, o seu posicionamento no sistema urbano nacional e a integração em espaços mais alargados (transfronteiriços, comunitários ou outros), é abordada nas linhas de estratégia, na maioria das vezes, de uma forma demasiado abrangente, sobressaindo mais uma lista de boas intenções do que estratégias afirmativas de integração e intensificação de relacionamentos. Mesmo assim, podemos enunciar algumas conclusões (gráfico n.º 4):

— Em termos globais, cerca de 40% das linhas de estratégia têm como objectivo a afirmação económica e quase 20% dirigem-se para a melhoria das acessibilidades;
— A afirmação sócio-cultural e ambiental é negligenciada;
— O reforço de complementaridades intra-regionais tem uma fraca expressão;
— As propostas que visam a avaliação dos impactos das medidas de internacionalização foram também esquecidas.

A integração regional é a escala privilegiada da afirmação das cidades médias portuguesas. Nesta escala de actuação urbana, a afirmação económica da cidade no seu território e a sua função animadora do desenvolvimento económico regional são os objectivos dominantes (metade das linhas de estratégia). A qualidade ambiental e a equidade sócio-cultural estão relativamente desvalorizadas face à componente económica. A melhoria das acessibilidades tem também uma forte representatividade.

A integração supra-regional tem uma importância muito inferior face à escala regional. Nesta escala, a melhoria das acessibilidades volta a ter uma elevada expressividade e as propostas de reforço de complementaridades continuam a ter pouca relevância.

A integração internacional é a escala que dá maior importância ao desenvolvimento de redes de complementaridades e espaços de concertação. A afirmação económica continua a estar no centro das propostas de internacionalização.

4. Algumas lições a tirar da integração de princípios gerais de desenvolvimento sustentável na gestão estratégica urbana e territorial

1. A definição das linhas de estratégia é construída a pensar no longo prazo, mas negligencia a avaliação dos respectivos impactos e da sua relação com processos de globalização. Prospectiva e globalização foram componentes mais ou menos incorporadas nos documentos estratégicos elaborados no âmbito do PROSIURB; no entanto, ficaram por identificar e propor medidas de controle dos impactos negativos dessas mesmas estratégias. Concluindo, a maioria das cidades quer preparar o seu futuro, mas precisa de avaliar e ponderar as medidas que pensa implementar.

2. O diagnóstico realizado para os planos identifica potencialidades e estrangulamentos que raramente se reflectem em políticas integradas e de alteração de comportamentos. O projecto de cidade que as nossas cidades médias pensam preparar e construir ainda é um projecto pouco integrado e estruturado. Concluindo, aumentar a sustentabilidade das nossas cidades médias passa por uma maior mobilização das populações em torno de ideias fortes e estratégias e projectos estruturadores, evitando as exaustividades desnecessárias e as generalidades.

3. A valorização e protecção dos recursos ambientais e a equidade social não aparecem como elementos estruturadores do relacionamento da cidade com o exterior e estão também insuficientemente expressas nas propostas de actuação urbana. A componente económica surge no centro das preocupações nas diferentes escalas de actuação e é a principal preocupação nas actuações urbanas e de integração regional e internacional. Concluindo, a componente económica é um elemento fundamental para a sustentabilidade das cidades médias, pois a ela se deve sobretudo a criação e a estabilidade de emprego; no entanto, não devem desvalorizar-se as outras componentes, também elas criadoras de emprego, pois o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida são elementos fundamentais para a qualidade urbana.

4. A componente de participação e de intervenção da sociedade civil no governo da cidade tem fraca expressão na definição de estratégias, o que compromete a coesão social e territorial e a implementação de sistemas de redistribuição. A participação é uma componente fundamental do planeamento estratégico, mas os documentos de estratégia foram elaborados em períodos demasiado curtos (de forma a possibilitarem uma candidatura ao PROSIURB) para permitirem uma auscultação das populações. Por outro lado, participação em Portugal tem, sobretudo, significado aprovação *a posteriori* e não um trabalho real de audição das populações.

5. O plano funciona como processo estruturante de deliberação de estratégias e definição de prioridades, mas não garante uma resposta organizada com vista à sua implementação. As capacidades financeiras e a estrutura organizativa das instituições não foram avaliadas de forma a prever as capacidades de implementação e monitorização das estratégias e acções propostas.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 117-126

ESTUDO PROSPECTIVO DAS REGIÕES ATLÂNTICAS*

CEDRE — Centro Europeu de Desenvolvimento Regional

1. Introdução

A zona atlântica da Comunidade Europeia (CE), que se estende ao longo de 2500 quilómetros da Escócia às Canárias, abrange pouco menos de 30% do território comunitário, no caso de as Antilhas e a Guiana Francesa serem incluídas, mas conta apenas com 16% da população total da CE.

A sua aparente unidade, sugerida pela presença do mar, encobre contrastes marcantes entre as regiões atlânticas em termos de morfologia (as áreas montanhosas da costa cantábrica, da Escócia e do País de Gales alternam com as planícies da Irlanda e do Ocidente da França), de demografia (densidades que ultrapassam os 300 habitantes por quilómetro quadrado no Sul de Gales e no País Basco contrastam com as áreas muito despovoadas das Terras Altas Escocesas e do Alentejo) e de economia (regiões tradicionalmente industriais, como a costa da Cantábria, o Sul de Gales e as Terras Baixas Escocesas, confinam com regiões predominantemente rurais por natureza, como a Irlanda, o Ocidente da França e o Alentejo, ou com regiões onde o turismo está muito desenvolvido, como o Algarve, a Andaluzia, a Madeira, as Canárias, o litoral atlântico francês e as regiões do Sudoeste da Inglaterra).

2. Actividades e dificuldades regionais

Devido à sua história económica e à situação geográfica muito periférica, as regiões atlânticas da Europa apresentam imensas desvantagens. O carácter essencialmente rural das zonas atlânticas pode ser sobretudo notado no papel desempenhado pela agricultura. As regiões atlânticas, com 15% da população comunitária, representam 24% de toda a mão-de-obra agrícola e 28% da área agrícola total da Comunidade, mas apenas contam 19% da margem agrícola bruta-padrão. Em média, estas regiões apresentam, por conseguinte, uma produção relativamente baixa.

Embora as regiões atlânticas sejam as principais produtoras agrícolas da Europa, também constituem uma zona sensível exposta aos grandes desafios criados pela saturação do mercado, pelas reformas da política agrícola comum (PAC) e pelo Acordo Global sobre Tarifas e Comércio (GATT).

* Trad. da secção «European Briefing», in *European Planning Studies*, vol. 3, n.º 3, 1995, pp. 381-389.

Outro exemplo do seu carácter rural é a debilidade e desequilíbrio da urbanização. Os principais centros urbanos da região atlântica dificilmente competem com as capitais das regiões europeias mais centrais. Outro problema é a fraca urbanização: Norte da Escócia, Norte de Gales, o Algarve e o Alentejo. Em termos gerais, as regiões atlânticas são caracterizadas globalmente por serviços pouco sofisticados, quando comparados com a média das principais aglomerações europeias. Num grande número de áreas rurais afastadas das capitais regionais, o despovoamento continua em virtude da ausência de centros de desenvolvimento económico.

Em termos industriais, as regiões atlânticas são tipicamente áreas de actividades em declínio, pouco intensivas em capital e de baixo conteúdo tecnológico. As especializações regionais são limitadas e geralmente mais «por acomodação» do que «por atracção»: indústrias que se encontram isoladas por falta de centros dominantes e de complementaridade significativa com outras actividades regionais.

A predominância de actividades nos sectores tradicionais, em particular o lento desenvolvimento do sector primário, não encoraja a investigação e a alta tecnologia sobretudo porque a actividade comercial é pequena, local e mal preparada para cooperar entre si. A ausência de uma base industrial e inovadora alarga a lacuna entre a investigação local e regional e a indústria, aumentando a dependência de muitas economias regionais em relação ao planeamento estatal e a importantes grupos multinacionais. O elevado nível de dependência de algumas regiões quanto a actividades controladas pelo Estado, como a construção de instalações aeronáuticas, navais e paramilitares, é motivo de preocupante fragilidade, dado que pode levar a despedimentos em massa (Sudoeste da Inglaterra, Aquitânia, País Basco e Galiza). Os centros de investigação, numerosos na região atlântica e na maior parte dos casos pertencendo ao estado, produzem efeitos limitados.

A transferência tecnológica e as estruturas para a aplicação da investigação são, regra geral, fracas, comparadas com as existentes em regiões mais centrais da Europa. Em relação às actividades piscatórias, o total de capturas nas regiões atlânticas representa 36% da tonelagem europeia, estando 60% desse valor concentrado no Noroeste de Espanha, Escócia e Bretanha. Em termos de valor, a pesca no Atlântico representa 48,5% do total europeu. As regiões atlânticas abrigam 27% da frota europeia em termos de embarcações, mas representam 40% da capacidade piscatória da CE. Possuem 46% do número total de pescadores europeus, sendo três quartos empregados nos barcos espanhóis e portugueses. Perante o desequilíbrio entre os recursos disponíveis e a capacidade desta frota de pesca, várias medidas foram adoptadas ao nível comunitário. Se a CE decidir reduzir esta frota em pelo menos 40%, a reestruturação deste sector poderia tornar-se brutal não apenas no que respeita aos pescadores, mas também em relação a outros empregos, em particular os da indústria transformadora.

O grau de isolamento das regiões atlânticas é ainda elevado, conforme foi revelado pela análise do grau de conexão com as principais redes de transporte. O acesso continua a ser difícil não apenas para áreas insulares, como também para o interior da Península Ibérica, Gales, Norte da Escócia e o Sul e Sudoeste da Irlanda.

As condições de acessibilidade da região atlântica têm progredido relativamente às das capitais nacionais, dado terem sido realizados melhoramentos recentes nas ligações, bem como no desenvolvimento de redes radiais. No entanto, as áreas atlânticas da Espanha e do interior de Portugal ainda não beneficiam de boas ligações rodoviárias em relação às respectivas capitais. Os principais corredores de acesso ao túnel do canal a partir da Escócia, Sudoeste da Inglaterra e Gales ainda se encontram em construção (por exemplo, falta de

acesso directo ao túnel). No que se refere a ligações transversais inter-regionais, o nível das estradas ainda é baixo.

3. Acessibilidades e transportes

As infra-estruturas ferroviárias ainda desempenham um papel secundário em regiões atlânticas onde o acesso é muito deficiente. As redes espanholas e portuguesas são obsoletas e inadequadas aos novos requisitos. As velocidades dos transportes são muito lentas e as operações de carga e descarga na fronteira francesa ainda as reduzem mais. As redes radiais francesas, do Reino Unido e da Irlanda negligenciam as ligações ao longo da costa.

Algumas ligações radiais também apresentam deficiências, em particular no Norte e Sul de Gales e do Sudoeste a Londres e ao túnel do canal. Em contraste, o comboio a alta velocidade TGV-Atlântico melhorou grandemente o serviço para as regiões atlânticas francesas e este serviço melhorará ainda mais quando as ligações ao TGV-Sueste e TGV-Norte forem efectuadas. A linha Sevilha-Madrid constitui um primeiro passo para melhorar o acesso à Andaluzia ocidental.

Os portos do Atlântico são, em grande parte, pequenos e o seu tráfico não é muito diversificado. Existem sobretudo portos regionais, que, mesmo quando são de certo modo especializados, possuem influência limitada. Nas últimas décadas as regiões atlânticas foram alvo de forte competição em transporte marítimo por parte das regiões do Norte da Europa e do Mediterrâneo. Os portos do Atlântico não se encontram realmente ligados à vasta rede de transporte que está a ser estabelecida na Europa. O serviço ferroviário de acesso a esses portos não é muito eficiente e, do mesmo modo, a rede rodoviária também não serve vários portos regionais, quer ao longo da costa noroeste da Espanha e do litoral atlântico da França como em algumas partes da costa portuguesa ou do eixo Norte-Sul da Grã-Bretanha (por exemplo, Escócia-Devon). A existência de centros de natureza internacional em ambientes portuários é, consequentemente, pouco comum ao longo do arco atlântico e esses centros raramente são desenvolvidos de forma concertada com os interesses das regiões vizinhas.

A área do arco atlântico possui muitos aeroportos, mas o número de voos e a sua frequência são irregulares e de baixa qualidade. Embora tenham boas ligações com as cidades europeias mais importantes, estão ineficazmente ligados uns aos outros e, na maioria dos casos, o trânsito através dos aeroportos das capitais ainda constitui a norma. O elevado preço das viagens aéreas na Europa afecta mais as regiões atlânticas, na medida em que, na maior parte das vezes, são o único meio de transporte.

Ocorrem igualmente deficiências nas telecomunicações. A cobertura via satélite da Europa atlântica não é boa e capta apenas a periferia das zonas cobertas centralizadas nas regiões do Centro e Norte da Europa. A cobertura da rede de transmissão terrestre na Europa atlântica também é muito irregular e flagrantemente menos densa do que nas áreas centrais da Europa. As novas redes de valor acrescentado, como Numeris, ainda estão a ser desenvolvidas.

O turismo é um importante factor económico nas regiões atlânticas. O número de visitantes é elevado, até mesmo nas Ilhas Britânicas, onde o clima é menos favorável. Nas últimas décadas as regiões atlânticas tiveram de competir fortemente com as áreas mediterrânicas, pois os produtos turísticos oferecidos correspondiam cada vez mais às mudanças na procura. Actualmente, o turismo ainda permanece concentrado na orla costeira, enquanto o rico potencial turístico do interior continua por desenvolver.

Ao contrário das zonas mais centrais da Europa, frequentemente saturadas, as regiões

atlânticas, devido à sua baixa densidade demográfica (94 habitantes por quilómetro quadrado), possuem vastas reservas de espaços abertos e um ambiente de qualidade relativamente bom. Isto, todavia, não exclui problemas de poluição. O ambiente foi degradado principalmente em antigas áreas industriais (Norte da Irlanda, País Basco, Astúrias e baías de Huelva e Cádis). Também existem alguns problemas ambientais associados à expansão industrial (Irlanda, Galiza e Portugal) e à intensa agricultura e silvicultura (Bretanha, Aquitânia e Alentejo).

O aumento de urbanização trouxe problemas de congestionamento nos maiores aglomerados urbanos por causa das deficiências no sistema de transporte público (Dublin, Bordéus, Lisboa e Porto), o que, por sua vez, pressiona as zonas costeiras. As regiões atlânticas têm, contudo, recursos consideráveis e nos últimos dez a quinze anos tal situação começou a mudar significativamente.

4. *Diversificação industrial*

Sem contar com a imigração imprevisível proveniente de terceiros países, a população das regiões atlânticas está a aumentar mais rapidamente do que a média comunitária devido a um índice de nascimentos relativamente alto e a uma grande proporção de gente jovem. Mas por volta do ano 2015 tal tendência estagnará e a população da CE entrará globalmente em declínio.

Pólos de tecnologia, de diversas dimensões e graus de eficácia, têm vindo a ser desenvolvidos nestas regiões. Os mais importantes encontram-se em Edimburgo, Bristol, Bath, Rennes, Nantes e Bordéus. Mas o potencial de Dublin, Cardife Bilbau, Porto, Lisboa e Sevilha, bem como os centros mais pequenos La Rochelle e Galway, não devem ser subestimados. As organizações dedicadas à transferência de tecnologia estão a multiplicar-se, embora de momento ainda estejam demasiado concentradas em parques de ciência e tecnologia, parecendo ter dificuldades em influenciar o conjunto da estrutura industrial das regiões onde se localizam.

A maior parte das regiões atlânticas beneficiou e continuará a beneficiar nos próximos quinze anos de substanciais programas de investimento público em infra-estruturas de transporte.

Logo que tal investimento fique completo, as restrições de acesso a inúmeras áreas no interior das regiões em questão serão consideravelmente reduzidas, conforme se mostra no mapa de ligações a importantes redes de transportes programadas para o ano 2010 e baseadas em projectos estabelecidos. Algumas regiões atlânticas (o Oeste e o Sudoeste da França e a Andaluzia) já são servidas por comboios modernos de alta velocidade e outras serão equipadas com novos aeroportos (Lisboa). Mas os programas de infra-estruturas adoptados até agora ainda não eliminam todas as deficiências quanto a acessibilidades, especialmente aqueles que dizem respeito a ligações com as regiões centrais da Comunidade.

A diversificação industrial processa-se desigualmente de região para região. Além de projectos exógenos concebidos por importantes grupos europeus e não europeus, há muitos exemplos de localizações industriais de alta tecnologia endógena especializados em produtos para os quais há uma crescente procura e que empregam mão-de-obra altamente qualificada. As regiões mais bem apetrechadas nesta área são o Sudoeste da Inglaterra e as regiões atlânticas francesas, seguidas por Gales e pela Escócia. Algumas regiões ibéricas possuem indústrias deste tipo (o País Basco, o Norte de Portugal, Lisboa e o Vale do Tejo), mas ainda são limitadas em número.

Algumas localizações exógenas, em particular as indústrias de armamento e afins, instaladas em grande número nas regiões atlânti-

cas, causam enormes problemas de emprego devido a drásticas reduções nas despesas com o armamento.

Um dado número de regiões atlânticas também tem a capacidade de proporcionar lucros elevados com produtos primários provenientes da sua economia rural e marinha. As regiões atlânticas francesas e, em menor proporção, o Sudoeste da Inglaterra são as mais eficazes. Mas a Irlanda, o Norte de Portugal e a Andaluzia também estão a fazer progressos.

Apesar de as regiões atlânticas terem sido lentas a adaptar os seus produtos turísticos à procura corrente e potencial, tem-se verificado algum progresso (Irlanda, Escócia, País de Gales, Sudoeste da Inglaterra, Oeste da França e Norte de Portugal) na promoção do turismo rural no interior e de produtos de valor acrescentado nas zonas costeiras.

5. *Cenário baseado no prolongamento das tendências actuais*

Num contexto geral no qual o mercado europeu único (MEU) será totalmente implementado e as decisões de Maastricht aplicadas e no qual a competição intercontinental será mais incisiva, na medida em que os principais países industrializados terão de encarar ajustamentos internos e procurarão obter o máximo lucro do MEU, mantendo o investimento público a níveis correntes, certos mecanismos e mutações terão lugar nas regiões do Atlântico.

A nível inter-regional, as disparidades na evolução demográfica hão-de persistir. Num contexto geral no qual o crescimento populacional nas regiões atlânticas diminuirá, mas mantendo-se positivo, o despovoamento de inúmeras áreas rurais e zonas de recuperação industrial continuará, enquanto a concentração nos centros metropolitanos e na costa irá acelerar. A emigração tenderá a aumentar entre a população de idade activa, por exemplo, nas áreas rurais do interior de Gales, Norte e Centro de Portugal, Galiza e Alentejo e em regiões industriais como o País Basco e as Astúrias. O crescimento demográfico continuará, particularmente na Irlanda, no Sudoeste da Inglaterra, nas regiões atlânticas francesas, no Norte de Portugal, em Lisboa e Vale do Tejo e ainda na Andaluzia. Algumas destas regiões continuarão a gerar fluxos emigratórios (Irlanda, Irlanda do Norte e Andaluzia Ocidental), mas, globalmente, serão sobretudo os principais centros urbanos que, previsivelmente, verão a sua população aumentar.

Baseando-nos apenas nas tendências, um défice de 1,7 a 2,4 milhões de empregos está previsto para o ano 2000, quer dizer, mais ou menos igual ao que se verifica actualmente. Neste contexto, podemos concluir que será difícil, mesmo numa perspectiva positiva, melhorar significativamente a situação.

Mas o indicador de emprego, que não é muito encorajador para as regiões do Atlântico, não devia toldar o progresso real conseguido na modernização e na produção industrial. Dadas as grandes reservas de produtividade na economia destas regiões, a modernização do sistema de produção liberta necessariamente mais mão-de-obra no mercado de trabalho. Por exemplo, a produção industrial na Irlanda aumenta 10% ao ano, enquanto o nível de desemprego sobe.

Os contrastes no interior das regiões do Atlântico têm tendência a intensificar-se:

— Primeiro, entre as regiões com nítidas desvantagens (costa cantábrica, Irlanda do Norte, Alentejo, etc.) e aquelas com grandes centros tecnológicos e terciários (Leste da Escócia, Leste e Sudoeste da Inglaterra, Oeste da França, Norte de Portugal, Lisboa e Vale do Tejo);
— Segundo, e mais característico, entre os principais pólos e a sua área envolvente mais imediata, por um lado, e o resto dos territórios atlânticos, por outro. A

polarização à volta dos centros metropolitanos (Dublin, Bristol, Rennes, Nantes, Bordéus, Bilbau, Lisboa e Sevilha) irá continuar em detrimento das áreas rurais periféricas e cidades isoladas de média dimensão.

Os centros tecnológicos permanecerão em grande parte isolados. Os seus efeitos compensadores e sinergéticos e, consequentemente, a sua posição competitiva, comparada com os principais pólos de tecnologia localizados no Centro da Europa, serão necessariamente limitados.

A estrutura radial do transporte terrestre será reforçada e os serviços de transporte serão desenvolvidos (comboios de alta velocidade, aviões a jacto com maior capacidade). Isto afectará um número limitado de percursos privilegiados, beneficiando consideravelmente as localidades vizinhas e intensificando a influência dos centros metropolitanos nacionais. Em contraste, as cidades de média dimensão afastadas das principais rotas ou deficientemente ligadas a serviços de transportes modernos tornar-se-ão menos atraentes para a localização de companhias e o desenvolvimento de serviços de qualidade. Tornar-se-ão gradualmente menos capazes de desempenhar um papel coordenador e de suporte para as áreas rurais vizinhas, as quais acabarão por entrar em declínio mais rapidamente. A falta de ligações e serviços de transportes universais nas regiões atlânticas inibirá o intercâmbio e cooperação entre elas. E devido à falta de instalações e de serviços intermodais, bem como à ausência de medidas intervencionistas para promover rotas marítimas inter-regionais, a economia portuária das regiões do Atlântico continuará a declinar, pois mais comércio irá para os portos do mar do Norte.

No que respeita à actividade piscatória, aguarda-se que surjam instrumentos regularizadores nos próximos anos, o que resultará na criação de centros de pesca que concentrarão o peixe apanhado em portos com infra-estruturas competitivas e bons acessos ao resto da indústria. A maioria dos portos que obedecem a estes critérios estão situados fora do arco atlântico.

Por causa do conteúdo técnico relativamente baixo dos seus produtos, as áreas mais periféricas irão encontrar cada vez maior dificuldade para penetrar nos mercados das regiões mais centrais da CE. Um número considerável de estabelecimentos de baixo nível pertencentes a empresas estrangeiras será transferido da Comunidade para a Europa central e oriental, Sudoeste da Ásia e África do Norte.

O progresso será lento no sector do turismo e no melhoramento do ambiente. Não haverá alterações significativas de um turismo de massas essencialmente costeiro para um turismo de qualidade que beneficie o interior. O litoral e as áreas em torno dos principais centros urbanos ficarão cada vez mais congestionados. Áreas onde a indústria pesada se encontra tradicionalmente presente perderão os atractivos que lhes restam, pois serão incapazes de reparar os estragos causados ao ambiente.

Este cenário, baseado no prolongamento das tendências actuais, realça a dicotomia e os contrastes existentes no seio das regiões do arco atlântico. Algumas destas regiões conhecerão um período de prosperidade, embora sem alcançarem limiares particularmente elevados. Esse florescimento concentrar-se-á sobretudo em áreas particulares, o que acarretará economias de escala externas. Em contraste, muitas outras áreas rurais subprodutivas perderão gradualmente vitalidade. Sem solidariedade inter-regional activa nada será feito para estruturar os efeitos de sinergia e de economias de escala em estruturas de tipo reticular.

6. Cenário de intervenção voluntarista

Neste cenário, a «intervenção» não significa apenas a acção desenvolvida, a vários ní-

veis, por decisões públicas que visam aumentar o seu esforço de investimento. Ela deve envolver igualmente as forças activas da economia e sociedade das regiões em causa, as quais começam agora a reagir à dependência exterior e à falta de iniciativa e domínio sobre o processo de desenvolvimento.

As duas áreas que produzirão mudanças com maior efeito sobre a economia atlântica são a inovação/industrialização e os sistemas de transporte. A primeira tem duas dimensões principais: conceber uma rede de sectores com excelência tecnológica na região atlântica e ampliar as estruturas de disseminação tecnológica e modernização industrial em cada região. Os projectos de cooperação tecnológica nas regiões atlânticas não são exclusivos (estão a ser aplicados muitos desses projectos nas regiões centrais e talvez outros se sigam), variam segundo os interesses e oportunidades disponíveis e têm diferentes finalidades (criação de uma larga gama de capacidades ou centros especializados a um nível realista e auto-sustentado).

As seguintes redes poderiam ser constituídas:

— Engenharia (o Sudoeste da Inglaterra, a região do Loire, o País Basco, Lisboa e Vale do Tejo);
— Biologia e ciências marinhas (Gales, Bretanha, região do Loire, Galiza e Irlanda);
— Tecnologias aplicadas ao processamento e desenvolvimento de produtos agrícolas (Oeste da França, Irlanda, Galiza e Andaluzia);
— Engenharia eléctrica e electrónica (Escócia, Gales, Sudoeste da Inglaterra, Irlanda e região atlântica francesa);
— Novos materiais (as regiões atlânticas da França e do Reino Unido);
— Tecnologias de protecção antipoluição e ambiental.

A investigação tecnológica e a produção industrial ficarão associadas, de uma forma mais sistemática, por redes para a difusão de tecnologia e serão instaladas o mais perto possível das empresas que delas precisem.

Os objectivos principais da disseminação tecnológica consistirão em acelerar o processo de modernização e a diversificação industrial nas regiões tradicionalmente industriais (Strathclyde, Irlanda do Norte, Gales, País Basco, Cantábria, Astúrias, Província de Huelva, Lisboa e Vale do Tejo) e em elevar o nível tecnológico de indústrias endógenas (Irlanda, Escócia, Sudoeste da Inglaterra, regiões atlânticas francesas, Galiza e Centro de Portugal).

Esta estratégia, cujo objectivo é dinamizar a estrutura industrial injectando tecnologia, será acompanhada por esforços semelhantes em apoios financeiros.

O transporte será a segunda maior área de desenvolvimento. O impulso à economia portuária e ao transporte marítimo passará por duas fases: incremento da cooperação entre portos e promoção de ligações marítimas inter-regionais.

O acesso às regiões atlânticas também será melhorado através da criação de serviços aéreos inter-regionais tanto no interior da área atlântica como com os centros metropolitanos exteriores. Novos serviços de transportes inter-regionais também podem entrar rapidamente em funcionamento a par da criação do mercado único, mas as infra-estruturas exigem um período mais longo de espera. Os planos para a rede principal devem ser implementados a fim de compensarem a sua actual configuração radial e encorajarem novos padrões de integração viária. Algumas vias radiais também requerem modernização e desenvolvimento, como as de Gales e do Sudoeste da Inglaterra e o túnel do canal.

Também deve ser mencionada a construção de um eixo estrutural terrestre de Baiona a Viseu, que contribuirá para a integração da costa cantábrica, Galiza e o Norte e Centro de Portugal na Europa. Atenção particular será

dada ao desenvolvimento de interfaces de transporte na junção dos eixos Norte-Sul/Leste-Oeste, por exemplo, em Nantes, Bordéus, Baiona/País Basco e Viseu. Estas interfaces podem igualmente contribuir para o desenvolvimento de eficazes centros de transporte combinados e intermodais, o que ajudará a aliviar os congestionamentos nas estradas principais. A intermodalidade será desenvolvida não somente para transporte de carga, ligando as zonas portuárias às principais redes de transporte terrestre e aos centros multimodais, mas também para transporte de passageiros (especialmente por via férrea a aeroportos).

Como o futuro do ambiente rural está estreitamente ligado ao da estrutura urbana, as cidades de média dimensão serão promovidas. Além do melhoramento de estradas, comboios modernos de «velocidade intermédia» ligarão essas cidades aos principais centros urbanos.

Tais cidades também terão acesso às modernas redes de telecomunicações, o que lhes permitirá desenvolver serviços de alto nível. Em alguns casos, redes de cooperação poderão ser instaladas para darem possibilidade a essas cidades de efectuarem projectos especiais (promoção de centros universitários, aeroportos especiais, etc.).

A fim de se adaptar às novas restrições impostas pela PAC e pelo GATT, a economia rural dedicar-se-á à exploração agrícola extensiva, mas com valor acrescentado em termos de qualidade para poder tirar partido de novos segmentos de mercado. A produção de alimentos de qualidade aumentará e a produção de energia será, do mesmo modo, desenvolvida gradualmente. A perda de rendimentos agrícolas será compensada através da diversidade das actividades rurais, particularmente o turismo. Isto travará o desemprego nas áreas rurais. Calcula-se que 300 000 empregos poderiam, assim, ser salvos em toda a área atlântica.

Como a procura de peixe e produtos afins aumenta, as restrições impostas pela política piscatória terão de ser equilibradas por uma maior fluidez no fornecimento aos mercados europeus. A agricultura desenvolver-se-á graças ao melhoramento progressivo da qualidade das águas do litoral e de cooperação técnica regional.

O fornecimento de produtos turísticos será efectuado através de dois modos interdependentes. Os produtos adaptar-se-ão à nova procura e todos os recursos das regiões atlânticas serão desenvolvidos, em particular os provenientes do interior. A qualificação profissional também melhorará consideravelmente.

O maior trunfo das regiões atlânticas, a elevada qualidade do seu ambiente, será acentuado e capitalizado através da transferência de técnicas modernas.

Um equilíbrio melhorado na estrutura urbana favorecerá as cidades mais pequenas, limitando, assim, o congestionamento nos centros metropolitanos e aliviando a pressão no litoral, em particular no Sul do arco atlântico.

Medidas especiais serão tomadas para prestar assistência às regiões insulares periféricas, tendo como objectivo principal a consolidação das populações rurais. Nas ilhas escocesas a população será estabilizada através da manutenção das actividades agrícolas, mesmo que estas sejam marginalmente lucrativas. A par de medidas compensatórias, a promoção de produtos de alta qualidade poderia ajudar a estabilizar a situação.

A Comunidade encorajará a cooperação com terceiros países, em particular no caso dos departamentos ultramarinos franceses (juntamente com o resto das Caraíbas).

Este cenário voluntarista é ambicioso, mas de acordo com os riscos de marginalização da área atlântica e podendo ser descrito como «um salto qualitativo e abrangente».

7. Propostas e recomendações

A fim de proporcionar a este cenário voluntarista uma maior possibilidade de su-

cesso e contrabalançar as tendências negativas identificadas anteriormente, várias estratégias devem ser implementadas.

7.1. *Promoção da integração para pôr fim ao isolamento:* a economia atlântica necessita de ser melhor integrada nas economias internacionais e europeias (fortalecimento de elos económicos transatlânticos; integração da economia atlântica no resto da CE através de maior competitividade, especialização e melhores infra-estruturas; cooperação com a Europa central).

7.2. *Desenvolvimento de economias de escala e sinergias no domínio da tecnologia e produção; encorajamento de projectos económicos:*

— Desenvolvimento de investigação tecnológica através de cooperação (engenharia, biologia e ciência marinha, agronomia, engenharia eléctrica, protecção antipoluição e ambiental, etc.);
— Sinergias obtidas a partir de transferências tecnológicas; promoção de investimento produtivo.

7.3. *Melhor desenvolvimento dos recursos internos:*

— Aumento do valor acrescentado e processamento industrial de produtos agrícolas e piscatórios;
— Desenvolvimento de florestas, em particular no Sul do arco atlântico;
— Desenvolvimento dos recursos marinhos do litoral (aquacultura, culturas de mariscos e ostras);
— Reorganização de produtos turísticos costeiros e desenvolvimento de recursos turísticos no interior;
— Promoção da cooperação inter-regional nas áreas acima citadas.

7.4. *Animação das regiões através de estruturas urbanas dinâmicas:*

— Manutenção do dinamismo e dos atractivos das cidades de pequena e média dimensão nas áreas rurais através de investimentos em infra-estruturas e equipamentos; provisão de oportunidades de desenvolvimento através de acesso a novas tecnologias de transporte e telecomunicações;
— Desenvolvimento de redes de cidades para projectos comuns no âmbito das infra-estruturas e da prestação de alguns serviços.

7.5. *Adequação da formação aos novos imperativos da produção:*

— Maior desenvolvimento e adaptação dos vários sistemas de formação inicial e contínua tendo em consideração as mudanças ocorridas nos mercados de trabalho regionais;
— Melhoria na coerência da oferta de soluções de formação;
— Promoção da cooperação inter-regional e intercâmbio ao nível de formação.

7.6. *Melhoria e integração do sistema de transportes:*

— Melhor acesso interno e externo para as regiões atlânticas em termos de infra-estruturas e serviços de transporte e maior integração dos nós e sistemas de transporte. Duas categorias de infra-estruturas exigem modernização: (1) importantes infra-estruturas transnacionais ou trans-regionais concebidas para melhorar as ligações entre as regiões atlânticas e o resto da Europa e facilitar o comércio no interior da área atlântica; (2) infra-estruturas intermediárias concebidas para pôr fim a zonas de isolamento inter-regional e estabelecer ou

manter uma estrutura urbana equilibrada;

— Desenvolvimento de serviços aéreos e marítimos inter-regionais; modernização de instalações portuárias e das infra-estruturas de apoio aos respectivos *hinterlands*; desenvolvimento de soluções intermodais terra-mar e rodo-ferrovias; promoção de alguns aeroportos regionais e de rotas aéreas entre regiões periféricas.

7.7. *Melhor administração do ambiente atlântico:*

— Intensificação do controle sobre o desenvolvimento litoral inspirada pelos princípios da Carta da Costa Europeia;
— Melhor controle sobre o crescimento urbano (promoção de cidades de média dimensão; prioridade ao desenvolvimento de transporte público);
— Manutenção e melhoramento da qualidade da água;
— Melhoramento de equipamentos para tratamento de desperdícios de origem industrial;
— Desenvolvimento de uma base económica saudável à volta de pequenos centros urbanos para contrariar o despovoamento de algumas áreas rurais.

7.8. *Necessidade de intensificar e reorientar os apoios comunitários:*

— Os fundos comunitários devem tomar em consideração novos factores de desestruturação (grave declínio na indústria de armamento, mudança para Leste do centro de gravidade europeu);
— Melhoria qualitativa dos fundos comunitários; coordenação entre os diferentes quadros comunitários de apoio nacionais para lidar com objectivos espaciais a grande escala, em particular nas áreas fronteiriças; desenvolvimento de estratégias visando distribuir os lucros gerados pela tecnologia sofisticada usada em unidades localizadas ao longo dos principais corredores de transporte;
— Conceber programas comunitários que digam especificamente respeito ao arco atlântico, envolvendo o ambiente, a investigação, as transferências de tecnologia, etc. O aumento de fundos para cooperação inter-regional é também necessário.

Inforgeo, 11, Dez. 1996, 127-132

O COMPÊNDIO DE SISTEMAS DE PLANEAMENTO ESPACIAL EUROPEU*

*David Shaw, Vincent Nadin e Tim Westlake***

1. Introdução

A União Europeia (UE) possui muitos e diversos meios e normas de planeamento espacial tanto entre Estados membros como dentro de cada um destes. A própria ideia de «planeamento espacial», ou até mesmo «plano», difere de país para país ou de uma região para outra. Essas diferenças podem ter impacto significativo na capacidade da UE para alcançar os seus objectivos de coesão económica e social, integração e crescente cooperação na política espacial pan-europeia para além das suas fronteiras. A capacidade e eficácia da intervenção estrutural para contrariar as disparidades regionais também pode ser afectada por características particulares dos sistemas de planeamento espacial.

Em 1993, a Comissão Europeia escolheu «Plan Local», empresa formada por Chesterton Consulting e pela Universidade de Central England, no Reino Unido, para produzir um compêndio de sistemas e normas de planeamento, o qual constituirá uma fonte de informação autorizada e acessível sobre sistemas e normas em toda a UE e proporcionará apoio ao trabalho resultante do documento «Europa 2000 +» (CEC, 1994) e à perspectiva de desenvolvimento espacial europeu, então proposta.

Este documento estabelece o contexto para a produção de um compêndio, incluindo o crescente papel desempenhado pela política de planeamento pan-europeu e cooperação para além das suas fronteiras, e a necessidade de informação comparativa sobre mecanismos para planeamento espacial nacional e transnacional.

A ideia de um compêndio de sistemas de planeamento europeu foi pela primeira vez formalmente concebida no documento «Europa 2000» (CEC, 1991). O «Europa 2000» pretendia encorajar uma melhor compreensão dos problemas de desenvolvimento regional na UE (então denominada Comunidade Europeia) como um todo. Esperava-se igualmente que promovesse mais sistematicamente a cooperação entre os planificadores regionais através da Europa e, assim, desenvolvesse o

---

* Trad. da secção «European Briefing», in *European Planning Studies*, vol. 3, n.º 3, 1995, pp. 390-395.

** D. Shaw, Department of Civic Design, Faculty of Social and Environmental Studies, Town and Regional Planning, Liverpool University, Abercromby Square, Liverpool L69 3BX, UK.

V. Nadin e T. Westlake, School of Planning, Faculty of the Built Environment, University of Central England, Birmingham B42 2SU, UK.

pensamento europeu em relação às questões de planeamento. O «Europa 2000» adoptou deliberadamente uma estrutura analítica que ultrapassava as fronteiras nacionais. Vários grupos regionais dentro da UE que partilhavam características semelhantes foram seleccionados para serem o centro de estudos transnacionais posteriores.

O «Europa 2000» constitui efectivamente um texto geográfico. Avalia e analisa, mas não se envolve realmente na linha de acção ou no planeamento. O interesse da Comissão Europeia era o de promover a utilização mais efectiva do território comunitário no contexto das muitas variáveis económicas e sociais geradas pelo mercado único europeu. Na sua introdução ao «Europa 2000», Bruce Millan, o comissário da DGXVI, disse que «a Comissão não tem qualquer intenção de assumir funções de planeamento exercidas adequada e eficazmente pelos Estados membros, quer a nível local, quer regional ou nacional» (p. 4). No entanto, o papel do planeamento espacial na formação de mudanças territoriais era claramente reconhecido, «o planeamento em isolamento relativo já não é possível» (CEC, 1991, p. 198). Foi contestado que havia necessidade de continuar a proporcionar e actualizar informação sócio-económica comparativa a fim de que os planificadores locais pudessem desenvolver estratégias e programas tendo em vista outros Estados e regiões. Mais informação deveria ser prestada sobre os sistemas, processos e normas de planeamento espacial. Perante as conclusões do «Europa 2000», esse documento representava, sem sombra de dúvida, uma consciência crescente por parte da UE das questões espaciais transeuropeias e a possibilidade de respostas quanto ao planeamento a nível europeu. A recessão mundial dos fins da década de 80 chamou ainda mais a atenção para a necessidade de mecanismos adicionais a fim de assegurar que o potencial do mercado único europeu fosse posto em prática e a competitividade da UE mantida e intensificada. Além do mais, crescentes pressões políticas do *lobby* ambiental exigiam que o desenvolvimento económico não fosse feito à custa do ambiente, mas sim contribuindo para a melhoria da sua qualidade.

Uma avaliação macroeconómica do impacto do mercado único europeu calculava que nos primeiros cinco anos seriam criados mais dois milhões de empregos e o valor total da economia da UE aumentaria entre 4% e 7% (Cecchini, 1988). Em 1993 foi calculado que o PIB total da UE tinha descido 0,3% (*Economist,* 1994), embora com amplas variações, consoante a região. O impacto deste crescimento e declínio foi de modo crescente reconhecido como sendo geograficamente discriminatório e, assim, a dimensão espacial da política da UE tornou-se mais importante. Tendo em conta este novo contexto, um conselho informal de ministros, responsável pela política e planeamento regional em cada um dos Estados membros, decidiu, em Novembro de 1993, que era necessário haver maior concertação comunitária no que respeita ao planeamento espacial. Em resumo, acabou por concordar com a criação de uma perspectiva de desenvolvimento espacial europeu. A palavra *perspectiva* foi escolhida porque sugere mais do que um estudo, mas menos do que um plano. Foi descrita como uma «estratégia indicativa», o que reflecte o cuidado que é preciso para tomar uma iniciativa tendo em conta o conceito de subsidiariedade.

Esta estratégia indicativa para o território europeu será formalmente produzida pelos próprios Estados membros através do Comité do Desenvolvimento Espacial (CDE). É evidente que a Comissão desempenha um papel importante e que parte da formação desta «perspectiva» é proporcionada pelos documentos saídos do «Europa 2000», o «Europa 2000 +».

A fim de promoverem o planeamento transnacional e transfronteiriço mais intensivo que é proposto na documentação do «Europa 2000» e sugerido pelo trabalho na «perspecti-

va», é importante que os planificadores de toda a Europa entendam melhor os sistemas e normas de cada um deles. Foi alcançado algum progresso quanto a isto através de numerosas redes patrocinadas pela UE, mas agora requer-se informação mais abrangente e sistemática sobre sistemas e normas. É igualmente crucial para a Comissão que sejam informados sobre os mecanismos disponíveis em cada país a fim de participarem e implementarem as normas transnacionais identificadas pela Comissão e pelos Estados membros. A Comissão também deseja compreender as questões de relevância europeia, mas ainda não existe nenhuma política na UE neste domínio.

Apesar de ter sido publicado um certo número de estudos de qualidade sobre sistemas de planeamento na Europa (DOE, 1994; Davies *et al.*, 1989; ISOCARP, 1992), o assunto tratado não era muito abrangente e a análise não era totalmente comparativa. A UE encomendou, por conseguinte, um trabalho baseado nestes estudos, proporcionando a primeira fonte de informação autorizada sobre planeamento por toda a Europa, o compêndio de sistemas e normas de planeamento espacial.

2. Termos de referência

Ao reconhecer que já não eram possíveis planeamentos isolados (CEC, 1991), o compêndio de sistemas e normas de planeamento espacial é considerado uma fonte autorizada e comparativa de informação sobre sistemas e normas de planeamento para os Estados membros da UE. (Por razões óbvias, a Noruega também se encontra incluída no projecto e aguarda-se que mais tarde outros países o integrem, como a Suíça, os antigos Estados do bloco oriental e outros membros potenciais da UE.)

O projecto tem essencialmente dois objectivos. Primeiro, apresentar a todos os Estados membros o conjunto de instituições e mecanismos que lidam com o desenvolvimento espacial. Segundo, descrever resumidamente as normas de planeamento em cada um dos países participantes e, através de estudos de casos, tentar compreender como funcionam realmente os procedimentos formais estipulados segundo a lei e o papel do sistema de planeamento espacial na gestão do desenvolvimento e do uso e conservação do solo.

Julga-se que haverá um dado número de utilizadores potenciais para o compêndio:

— A Comissão Europeia, a fim de melhor se compreender a implicação das suas normas e iniciativas nos domínios da utilização do solo e da prática de planeamento nos Estados membros;
— Os próprios Estado membros, incluindo os técnicos de órgãos de planeamento local e regional, para os ajudar a desenvolverem normas e programas transnacionais e transfronteiriços e examinarem as potencialidades para transferência de ideias e métodos para resolverem questões comuns;
— O sector privado, para fornecer informação referente aos procedimentos de planeamento e instrumentos reguladores que possam interferir nas decisões de investimento no interior da UE;
— Grupos de interesse público, para os quais a informação geral sobre normas e práticas em outros países europeus possa ser valiosa a fim de exercerem pressões para reverem normas e práticas nos seus próprios países;
— A comunidade académica, à qual fornecerá informações de grande utilidade e a base para análises comparativas mais fundamentadas.

Trata-se, claramente, de um projecto ambicioso e complexo para o qual terá de haver uma estrutura e limites bem definidos.

3. O tipo de abordagem

O compêndio está a ser coordenado por um consórcio-líder, constituído por uma associação entre Chesterton Consulting e a Universidade de Central England. No interior de cada Estado membro foi escolhida uma entidade subcontratada para efectuar a necessária descrição e análise dos sistemas nacionais. A fim de conseguir termos de comparação e um nível suficiente de consenso, cada entidade subcontratada está a elaborar um relatório cujo teor já foi discutido. Além disso, e a fim de assegurar a qualidade, foram nomeados quatro peritos independentes que conhecem pormenorizadamente os vários sistemas nacionais e regionais de planeamento. Estes peritos, juntamente com o consórcio-líder, estão encarregados de examinar todos os projectos submetidos a fim de verificarem se obedecem aos critérios de precisão, comparação e compreensão desejados. Finalmente, os próprios governos dos Estados membros são consultados em relação aos respectivos relatórios individuais.

Uma das primeiras decisões foi definir os limites e âmbito do compêndio. Embora todos os Estados membros possuam instituições e modos para regularem o desenvolvimento e utilização do solo, o significado exacto, o papel e a função de, por exemplo, *raumplanung* (Alemanha), *l'aménagement du territoire* (França) e planeamento rural e urbano (Reino Unido) variam consideravelmente. O centro de interesse do compêndio é, portanto, o planeamento espacial, cujo âmbito foi definido a partir da identificação das actividades que comporta. A importância pode variar de país para país, mas todas as entidades subcontratadas concordaram que o planeamento espacial inclui as seguintes actividades:

— Criação de planos locais de uso do solo que identificam as actividades físicas autorizadas em locais particulares. Estes podem ser pormenorizados e precisos ou mais gerais e até permitir uma variedade de opções;
— Criação de planos estratégicos e políticas regionais e nacionais que proporcionem uma referência para a formulação de planos de uso do solo e sua regulamentação. Cada entidade subcontratada deverá decidir quais desses instrumentos e políticas possuem realmente como objectivo central a intervenção no domínio do uso do solo;
— O sistema de regulamentação, em geral as autorizações de ocupação e uso, particularmente aquelas que, no âmbito do planeamento espacial, possibilitam ou impedem que o desenvolvimento tenha lugar;
— As medidas especiais que apoiam a implementação de objectivos-chaves do sistema. Isto não inclui apenas as medidas para encorajar o desenvolvimento e a regeneração, mas também as medidas para proteger o ambiente.

O compêndio foi dividido em duas partes. A primeira descreve a estrutura institucional, as entidades e os mecanismos associados ao sistema de planeamento espacial. Foi usado trabalho anteriormente efectuado para redigir breves relatórios sobre os sistemas de planeamento espacial do «Europa 2000 +» dos Estados membros. Nesta primeira parte há quatro secções:

— «Uma visão global» proporciona uma descrição breve dos principais factores que rodeiam e formam o sistema de planeamento, dando igualmente a oportunidade de identificar tendências que possam ter considerável impacto no sistema de planeamento;
— «Fazer e rever planos e políticas» descreve as entidades e os participantes principais, bem como o seu papel na política de planeamento espacial e na formulação estratégica do planeamento. Descreve os vários instrumentos em

uso e a relação entre diferentes níveis administrativos e tipos de planeamento;
— «Regulamentação e autorizações» proporciona uma explicação do modo como o desenvolvimento é regulamentado, incluindo a amplitude das autorizações utilizadas e procedimentos relacionados, bem como os métodos aplicados, caso haja qualquer violação à regulamentação do planeamento;
— A secção final, «Agências e mecanismos», fornece uma descrição das mais importantes organizações e iniciativas introduzidas para implementar a política de planeamento, quer promovendo o desenvolvimento, quer preservando importantes aspectos da construção ou do ambiente.

A segunda parte do compêndio refere-se a questões, normas e estudos de casos individuais para explicar como o sistema funciona na prática. O essencial é identificar as características que podem ser descritas como transnacionais quanto à orientação e direcção política a nível regional e nacional. Os estudos de casos individuais serão usados para ilustrar o papel desempenhado pelos sistemas de planeamento espacial na administração e uso do solo, desenvolvimento e protecção. Isto é frequentemente diferente das intenções das leis e regulamentos originais.

O ponto principal será a inter-relação entre níveis administrativos, normas e planos para influenciar o uso e ocupação do solo.

Esta segunda parte tem três subsecções:

1. «A visão global» proporciona um breve resumo de corrente das orientações actuais nas políticas de planeamento espacial e do seu impacto;
2. «Políticas» descreve o método geral de abordagens quanto aos diferentes sectores a nível nacional e sublinha o modo como as orientações de política variam de região para região;
3. O fundamental da segunda parte tem, no entanto, a ver com «estudos de caso», os quais serão utilizados para explicar como o sistema funciona na prática. Estes estudos incluem um um pequeno número de exemplos ilustrativos elaborados pelas entidades subcontratadas. Os estudos concentram-se sobre o facto de o sistema de planeamento ser capaz de apresentar questões de dimensão transeuropeia, incluindo a gestão do desenvolvimento urbano, cooperação transfronteiriça, redes transeuropeias, política regional e planeamento das orlas costeiras. Com os outros *dossiers* será apresentada uma selecção de tópicos, mas haverá sempre oportunidades para fazer comparações entre países, embora possam não incluir todos os quinze Estados membros. Ainda que o tipo de abordagem e os exemplos possam variar, todos os estudos se concentram em projectos já iniciados e devem conter um dado número de questões-chaves relacionadas com o papel do sistema de planeamento.

Os resultados alcançados por todas as entidades subcontratadas serão examinados por dois processos comparativos, um para avaliar os sistemas de planeamento e o outro para fazer comparações entre os Estados membros quanto a políticas sectoriais e modos como os sistemas funcionam na prática.

4. Conclusões

A UE está cada vez mais interessada na promoção, de modo mais efectivo, do espaço comunitário e o papel do planeamento espacial está a ser reconhecido. Por conseguinte, o compêndio terá grande importância para a Comissão e o CDE, pois procuram elaborar,

por consenso, uma estratégia territorial para a UE, a «perspectiva de desenvolvimento espacial europeu».

O reconhecimento por parte da Comissão do crescente papel que este planeamento tem de desempenhar na modificação do território transparece claramente na documentação do «Europa 2000 +» (CEC, 1994). Todo um capítulo é dedicado aos sistemas de planeamento espacial e são feitas referências frequentes a estes sistemas no texto.

O compêndio fornecerá uma primeira fonte autorizada e abrangente/globalizante dos sistemas de planeamento e sua aplicação na Europa e, no futuro, também proporcionará a estrutura para uma análise mais profunda e comparativa. Os sistemas de planeamento europeus são dinâmicos e estão a atravessar um período de rápidas modificações em resposta aos factores ambientais, sociais e económicos que estão a moldar o território europeu e global. Nos próximos doze a dezoito meses, o compêndio fornecerá critérios úteis quanto às modificações, adaptações e evolução dos sistemas de planeamento, que, indubitavelmente, serão de grande importância para a classe dirigente e universitários, entre outros.

BIBLIOGRAFIA

CEC (1991), *Europe 2000: Outlook for the Development of the Community's Territory,* Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CEC (1994), *Europe 2000: Cooperation for Europeran Territorial Development,* Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CECCHINI, P. (1988), *The European Challenge 1992: The Benefits of a Single Market,* Londres, Wildwood House, Ltd.

DEPARTEMENT OF THE ENVIRONMENT (1994), *Integrated Planning and the Granting of Permits in the E. C.,* Londres, HMSO.

DAVIES, H. W. E., EDWARDS, D.; HOOPER, J. A., e PUNTER, J. V. (1989), *Planning Control in Western Europe,* Londres, HMSO.

ECONOMIST (1994), «Something dodgy in Europe's 'single market'», in *The Economist,* 21 de Maio, pp. 89-90.

ISOCARP (1992), *International Manual of Planning Practice,* Haia, ISOCARP.

A perda de solo pode não ser apenas consequência, como se mencionou, de um uso desadequado do tipo referido. Na realidade, existem outros fenómenos, como sejam os movimentos de massa (nomeadamente os deslizamentos), naturais ou induzidos pela acção humana, e as erupções vulcânicas, que contribuem também para essa perda.

No decurso dos anos 80, a erosão dos solos nos EUA produziu a taxa média de 10,5 t/ha/ano e, para o conjunto das terras cultivadas, 44% estão afectadas por perda do solo (OCDE, 1991).

A erosão do solo é uma questão ambiental com claras implicações sócio-económicas, pois, à medida que a erosão progride, diminui a produtividade do solo, fazendo aumentar os factores de produção (adubos, pesticidas e irrigação).

O aumento crescente da produção agrícola, especialmente da agricultura de regadio, muitas vezes em áreas onde a secura o desaconselharia (nomeadamente nas regiões mediterrâneas, de que Israel e a parte centro-sul da Península Ibérica são exemplo), leva à sobreexploração dos aquíferos e à salinização dos solos. A água contém sais e, quando utilizada na rega, parte dela perde-se por evaporação, ficando a remanescente com teor em sais acrescido. A sucessão de ciclos de rega-evaporação promove uma saturação natural em sais. Por outro lado, o recurso à utilização de nitratos, por exemplo, conduz a que, rega após a rega, a água que atinja os aquíferos, já de si empobrecidos, chegue contaminada. Estima-se que hoje em dia mais de 30% das áreas irrigadas estejam afectadas pela salinização dos solos, com clara perda de produtividade agrícola, uma vez que as plantas (salvo casos muito particulares) não toleram teores elevados em sal. Uma das consequências é a denominada desertificação, criando áreas improdutivas em locais onde climatologicamente não deveriam existir. São áreas onde os horizontes dos solos foram deteriorados pela salinização seguida de erosão (eólica, hídrica), pela escassez de vegetação que não pode sobreviver pela ausência de solos e, consequentemente, de fixação de água. Nos países da OCDE, a taxa normal de irrigação é de 10 000 m^3/ha/ano, o que corresponde a uma taxa de deposição de sal de 2 a 5 t/ha/ano, valor este dependente das condições climáticas (OCDE, 1991). Em meados dos anos 80, a salinização tinha afectado 5,2 milhões de hectares de terras irrigadas nos EUA, isto é, 27% do total (OCDE, 1991). Estes problemas têm desencadeado evoluções tecnológicas que permitem a dessalinização (por osmose inversa), utilizada nos EUA e no Japão, e a transformação da água subterrânea salgada e da água do mar em água própria para beber e para a irrigação.

A degradação da qualidade do ar

A degradação das condições atmosféricas, nomeadamente a poluição atmosférica, é um fenómeno que surge com a revolução industrial. O caso da cidade de Londres é um exemplo didáctico. Foi famoso até meados do século o *smog*, nevoeiro característico desta cidade. Era consequência da emissão para a atmosfera de grande quantidade de partículas e fumos resultantes da combustão da madeira na indústria e para o aquecimento. Na atmosfera, as partículas funcionavam como núcleos de condensação. Hoje, em Londres, é proibido o uso de combustíveis vegetais nas indústrias e no aquecimento doméstico e o *smog* deixou de existir.

Os acidentes tecnológicos, como o da central nuclear de Chernobil, vieram mostrar o carácter transnacional da contaminação atmosférica.

Mas a degradação das condições atmosféricas por acção das actividades humanas começou a ser levada a sério há cerca de 25 anos e deve-se à tomada de consciência do empobrecimento da camada de ozono na estratosfe-

ra, do efeito de estufa e da propagação da poluição atmosférica no mundo. Os dois primeiros estão ligados na medida em que os hidrocarbonetos clorofluoretados (CFC) têm um papel primordial na destruição do ozono atmosférico e contribuem também para o efeito de estufa.

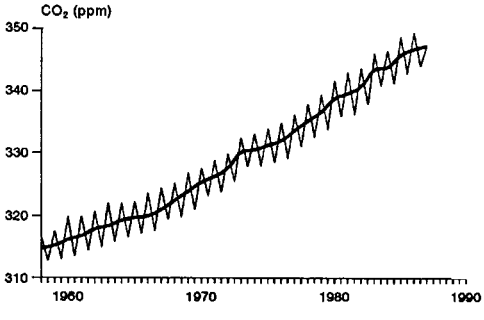
Desde o início da era industrial que a concentração do dióxido de carbono aumentou cerca de 25% na atmosfera, proveniente da combustão de recursos naturais, como o carvão, o petróleo e o gás natural, da desflorestação e das mudanças de uso do solo (figura n.º 3). Estima-se que entre 1860 e 1984 tenham sido emitidas para a atmosfera 183 mil milhões de toneladas de carbono por combustão dos recursos fósseis e 150 mil milhões de toneladas pela desflorestação e mudança de uso do solo (OCDE, 1991). Para uma mesma quantidade de energia térmica, o carvão liberta para a atmosfera mais carbono do que o gás natural. Estimava-se, para 1988, a emissão de 6 mil milhões de toneladas de carbono/ano para a atmosfera proveniente da combustão dos recursos fósseis e 1600 milhões de toneladas de carbono/ano por mudanças no uso do solo resultante da actividade humana (como, por exemplo, quando as florestas ou as pastagens são convertidas em terrenos agrícolas, a oxidação da matéria orgânica liberta CO_2 para a atmosfera: OCDE, 1991). Este é um dos gases, juntamente com o metano, os CFC, o óxido nitroso e o ozono troposférico, que intervêm no balanço radiativo médio anual do sistema terra-atmosfera. Estima-se que, sem o efeito de estufa e sem modificação da radiação solar e do albedo, a temperatura média da superfície terrestre seria de – 19ºC *(ob. cit.)*. Os gases de efeito de estufa (GEE) absorvem parte da radiação de grande comprimento de onda, mantendo o equilíbrio térmico do planeta, o qual foi perturbado pelo aumento da concentração dos GEE.

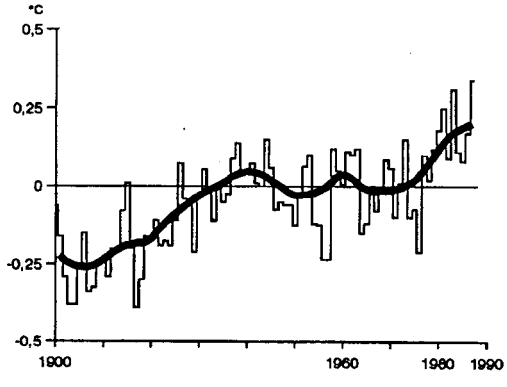
Dada a dificuldade de prever com exactidão a evolução das emissões de GEE, porque depende de factores sociais, políticos, técnicos e económicos, avaliações recentes indicam que, se as emissões continuarem a aumentar ao mesmo ritmo, a temperatura global aumentará 0,3ºC por decénio no próximo século. Pelo contrário, com as medidas tomadas (e se forem cumpridas) aumentará apenas 0,1ºC por decénio. A evolução das temperaturas no presente século revela uma tendência crescente, apesar de algumas inversões, tendo sido os anos 80 (os últimos contemplados) os mais quentes (figura n.º 4).

As consequências do aumento da temperatura são de vária ordem, de que destacamos a

Evolução das tendências mensais e anuais de concentração de dióxido de carbono na atmosfera, no Havai, a 20º de latitude norte (extraído de OCDE, 1991)

[FIGURA N.º 3]



Variação da temperatura mundial ao nível do solo (extraído de OCDE, 1991)

[FIGURA N.º 4]